

**UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ - UNIVALI**  
**VICE-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO**  
**ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE POLÍTICAS**  
**PÚBLICAS- PMGPP**

**“QUEM FAZ A HISTÓRIA SOU EU”:**  
**A INSERÇÃO FEMININA NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA**  
**CATARINA, COM ÊNFASE NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS ENTRE OS**  
**ANOS DE 1983 E 2018**

**ELIANE LUIZ ESPÍNDOLA DE SOUZA**

Itajaí  
2019

**UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ - UNIVALI**  
**VICE-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO**  
**ESCOLA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE POLÍTICAS**  
**PÚBLICAS- PMGPP**

**“QUEM FAZ A HISTÓRIA SOU EU”:**  
**A INSERÇÃO FEMININA NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA**  
**CATARINA, COM ÊNFASE NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS ENTRE OS**  
**ANOS DE 1983 E 2018**

**Dissertação apresentada à Banca examinadora no**  
**Mestrado Profissional em Gestão de Políticas**  
**Públicas, da Universidade do Vale do Itajaí –**  
**UNIVALI, como exigência parcial para obtenção**  
**do título de Mestre em Gestão de Políticas**  
**Públicas.**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao meu esposo Michel de Souza pela compreensão e paciência com as longas horas de estudos e pelas muitas vezes em que o desânimo esteve presente.

À minha linda e inteligente filha, por sempre estar ao meu lado, inclusive, auxiliando-me em vários momentos de desespero com as Normas da ABNT. Seu apoio foi fundamental para o sucesso desta jornada.

Aos meus familiares e amigos, os quais sempre demonstraram muito entusiasmo pelo meu sucesso, e isso fez com que eu não esmorecesse.

Aos colegas do Mestrado que tive o grande prazer de conhecer, e com os quais convivi.

Aos meus coordenadores, pois é em conjunto com eles que desempenho minha profissão de professora; pelo zelo e compreensão ao longo desse tempo em que também precisei de espaço na agenda para me dedicar aos estudos do Mestrado.

Aos policiais e às policiais que me receberam abertamente para que eu pudesse conhecer um pouco mais de suas histórias de vida. Sem a colaboração de todos/as esta Dissertação não seria possível.

Aos professores e técnicos administrativos do PMGPP, por partilharem seus conhecimentos.

Em especial, agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Rafael Burlani Neves, por dispensar parte de seu tempo para compartilhar seu conhecimento na construção desta Dissertação. Agradeço, também, ao meu Co-orientador, Professor Dr. Paulo Rogério Melo de Oliveira, pela sua disposição em me auxiliar nos primeiros passos desta jornada.

Também, meu muito obrigada à Ana Cristina Costa, pessoa gentil, que dedicou um pouco do seu tempo atribulado para corrigir minha pesquisa.

Não poderia esquecer de agradecer todo o apoio recebido do Professor Dr. Flávio Ramos, profissional que admiro muito pela leveza que transmite seus conhecimentos, em especial, nas horas em que parece que nada vai dar certo, mas ao contrário, tudo flui, tudo se concretiza!

Por último, mas não menos importante, à minha querida amiga Danielle Maria Espezim dos Santos, a quem estimo muito e agradeço pelo grande apoio.

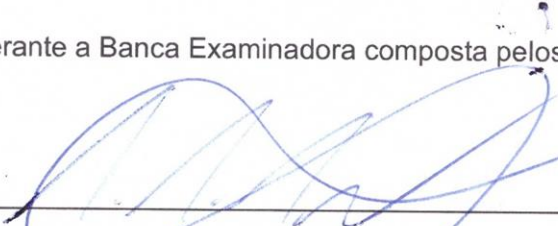


Esta Dissertação foi julgada APTA para a obtenção do título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas e aprovada, em sua forma final, pela Coordenação do Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas – PMGPP/UNIVALI.

---

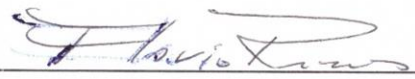
PROFA. DRA. MARIA GLÓRIA DITTRICH  
Coordenadora

Apresentada perante a Banca Examinadora composta pelos Professores:



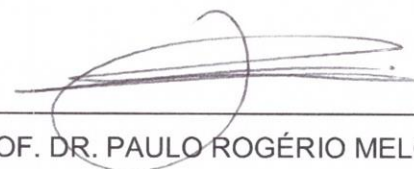
---

PROF. DR. RAFAEL BURLANI NEVES (UNIVALI)  
Presidente e Orientador



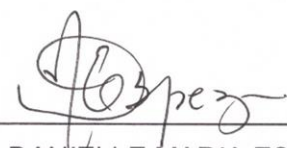
---

PROF. DR. FLÁVIO RAMOS (UNIVALI)  
Membro Interno



---

PROF. DR. PAULO ROGÉRIO MELO DE OLIVEIRA (UNIVALI)  
Membro Interno



---

PROFA. DRA. DANIELLE MARIA ESPEZIM DOS SANTOS (UNISUL)  
Membro Externo

Itajaí (SC), 19 de março de 2019.

## RESUMO

A pesquisa que resultou na presente Dissertação teve como objetivo geral inferir os desafios, as dificuldades, bem como as estratégias de sobrevivência enfrentadas pelas policiais militares, situadas em Florianópolis/SC, entre os anos 1983 e 2018, por meio de um estudo sobre o processo de inserção de mulheres, enquanto militares, na PMSC, e as relações de Gênero ali vivenciadas. Buscou-se, assim, compreender as dinâmicas das relações díspares de poder, a partir da análise das representações sociais desses militares, de ambos os sexos, sobre as relações de Gênero em suas carreiras, com base nos instrumentos normativos vigentes na atualidade. Metodologicamente, a pesquisa foi desenvolvida como um estudo de caso, de caráter qualitativo, utilizando-se como procedimentos a análise documental e bibliográfica, complementada com a pesquisa de campo, mediante a realização de entrevistas com militares oficiais e praças<sup>1</sup> que vivenciaram e ainda vivenciam transformações nas relações de Gênero nessa Instituição. O recorte temporal teve como marco inicial o primeiro ano em que a PMSC permitiu a inserção feminina, isso em 1983 até 2018. Os resultados decorrentes desta investigação apontam, em linhas gerais, para uma situação de tensão gerada pelo impedimento das mulheres em disputar o ingresso na PMSC em igualdade de condições com os homens, assim como as dificuldades impostas a elas quando se trata do exercício de funções de comando ou de tarefas especiais, gerando atitudes discriminatórias contra as militares no cotidiano da Instituição. Os resultados acusam, deste modo, que embora haja avanços nas relações de Gênero na PMSC, tendo em vista os 35 anos de liberação para o ingresso feminino, estes estão aquém do desejável para a Igualdade de Gênero e, com isso, evidencia-se a necessidade de profunda mudança dentro da Corporação, também da sociedade e do próprio Estado, a fim de se oportunize uma revisão sobre as Políticas Públicas de Gênero já implementadas, para que se torne realidade a inclusão efetivamente democrática das mulheres na PMSC, com o rompimento eficaz do estereótipo, ainda vigente, nesse espaço público, cuja dominação masculina é perceptível.

Palavras-chave: Gênero. Políticas Públicas. Polícia Militar de Santa Catarina.

---

<sup>1</sup> Praças é o sinônimo usado dos níveis hierárquicos das forças militares inferiores aos Oficiais: soldados, cabos, sargentos e suboficiais.

## ABSTRACT

The overall objective of the research that led to this dissertation was to reflect on the challenges, difficulties, and survival strategies faced by military police personnel in the city of Florianópolis, in the Brazilian state of Santa Catarina, from 1983 to 2018, through a study on the process of allowing women to join the PMSC as police personnel, and the gender relations they experienced. It sought to understand the dynamics of disparate power relations, based on an analysis of the social representations of these military personnel in terms of gender relations in their careers, based on the current regulatory instruments. In terms of methodology, the research took the form of a qualitative case study, using the procedures of document and bibliographic analysis, complemented by field research through interviews with official military officers and privates<sup>2</sup> who have experienced, and are still experiencing transformations in the gender relations within this Institution. The starting point of the study period was 1983 - the first year in which females were allowed to join the PMSC, and the end point is 2018. The results of this investigation indicate, in general terms, a situation of tension generated by the barriers that women face in competing for jobs in the PMSC on equal terms with men, as well as the difficulties they face in exercising functions of command or special tasks, generating discriminatory attitudes against female military personnel in the daily life of the Institution. The results therefore show that although there have been advances in gender relations in the PMSC, with the barriers to entry having been lifted 35 years ago, it still falls short of the ideal in relation to gender equality. Profound changes are needed within the institution, society and the state itself, through a review of the public policies on gender already implemented, so that the effective democratic inclusion of women in the PMSC can become a reality, breaking down the stereotype that still exists within this male-dominated public institution.

Keywords: Gender. Public policy. Military Police of Santa Catarina.

---

<sup>2</sup> Squares is the synonymous used of the hierarchical levels of the inferior military forces to the privates: soldiers, cables, sergeants and sub-officers.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Trecho retirado do Edital do Concurso Público da PMPR, em 2018 .....	47
Figura 2 Trecho retirado do Edital de Concurso Público nº 091/CESIEP/2017 para Admissão no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar (QOPM).....	48
Figura 3 Antiga sede da Polícia Militar Feminina, na Avenida Rubens de Arruda Ramos, 402 – Beira Mar Norte – Florianópolis – SC 1985, utilizada a partir da formatura das primeiras mulheres militares.....	52
Figura 4 Primeiras policiais femininas do Curso de Oficiais em visita ao Comando Geral da Polícia Militar de Santa Catarina. Apresentação ao Comandante Geral – 1983. ....	53
Figura 5 Foto retirada do site oficial da PMSC, no dia da transmissão de comando do Centro de Ensino da PMSC para a primeira mulher, Cel. Claudete Lehmkuhl em 2017. ....	55

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Quadro atual da PMSC (2018) .....	55
Quadro 2 Perfil dos/as policiais militares entrevistados/as para a pesquisa (2019) ..	59

## **LISTA DE ABREVIACES**

CEPM – Centro de Ensino da Polícia Militar  
CFGv-Fem – Curso de Formao de Graduadas Femininas  
CFS-Fem – Curso de Formao de sargentos Feminino  
CRFB – Constituio da República Federativa do Brasil  
EB – Exército Brasileiro  
EF – Entrevistada Feminina  
EM – Entrevistado Masculino  
GBS – Grupo de Busca e Salvamento  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IGPM – Inspetoria Geral das Polícias Militares  
MM36 – Movimento Mulher 360  
PM – Polícia Militar  
PMPR – Polícia Militar do Estado do Paraná  
PMSC – Polícia Militar de Santa Catarina  
PROERD - Programa Educacional de Resistência s Drogas  
SC – Santa Catarina  
SOS – Sinal Informativo Utilizado para Solicitar Socorro  
STM – Superior Tribunal Militar  
TAF – Testes de Aptidão Física  
UFC – Ultimate Fighting Championship

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>GÊNERO E “DOMINAÇÃO MASCULINA”: A ABORDAGEM TEÓRICA</b>	<b>18</b>
2.1	DISCUSSÃO DE GÊNERO	18
2.2	GÊNERO E DOMINAÇÃO MASCULINA	21
2.3	CONCEITO DE GÊNERO E SEXO	25
2.4	GÊNERO DESNATURALIZA OS PAPÉIS SOCIAIS	27
2.5	POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO	31
<b>3</b>	<b>A INSERÇÃO FEMININA NAS CORPORAÇÕES MILITARES</b>	<b>36</b>
3.1	A POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA: ABORDAGEM HISTÓRICA	36
3.2	INGRESSO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO E NAS POLÍCIAS MILITARES	41
3.3	A INSERÇÃO DAS MULHERES NA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA	51
<b>4</b>	<b>DIFICULDADES E AVANÇOS DA PRESENÇA FEMININA NA POLÍCIA MILITAR SITUADA NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS</b>	<b>57</b>
4.1	PERFIL DOS ENTREVISTADOS/AS	57
4.2	“QUANDO NÓS ENTRAMOS AQUI”	60
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>82</b>
	REFERÊNCIAS	89
	APÊNDICES	102

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o efetivo feminino da Polícia Militar de Santa Catarina aumentou, e conseqüentemente, também se constatou maior acesso a postos de comando na referida Instituição. Contudo, não se pode afirmar, ainda, que essas mudanças sejam capazes de eliminar a discriminação contra as mulheres no âmbito militar estadual.

Diante dessa realidade, a pesquisa volta-se a identificar os desafios, as dificuldades, bem como as estratégias de sobrevivência enfrentadas pelas mulheres que se encontram inseridas na Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, mais especificadamente, no município de Florianópolis, entre os anos de 1983 e 2018.

O ponto de partida é o interesse pessoal sobre o tema, haja vista a pouca produção textual acadêmica envolvendo a vida das mulheres que exercem uma atividade ainda dominada por homens. Para tanto, faz-se necessário que se conheçam as motivações que as levaram para a vida militar, suas histórias de vida, suas dificuldades e aspirações, tanto na vida privada como na vida profissional.

Nesse sentido, adota-se como abordagem teórica a categoria Gênero<sup>3</sup> e o conceito de Dominação Masculina<sup>4</sup>, respectivamente propostos por Joan Scott e Pierre Bourdieu, devido ao fato de que a Instituição Polícia Militar é, historicamente, um espaço público ocupado por homens, sob regras rígidas, oriundas de um modelo hegemônico, criado pelo Exército Militar, a partir de uma cultura que preza pela hierarquia e disciplina.

Nessa organização estatal, influenciada pela atividade belicosa, destacam-se como atributos importantes para a função policial, a virilidade, a força física e a racionalidade e, em contrapartida, como expressão de fraqueza, a feminilidade, aqui relacionada com a fragilidade, a amabilidade e a sensibilidade. Esses padrões exigidos reforçam a discriminação com base nas diferenças biológicas, o que nos dias atuais se revela ineficiente, pois a truculência tão usada no passado não representa

---

<sup>3</sup> A presente pesquisa adotará a categoria gênero apresentada por Joan Scott que define gênero como elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, definindo-se, assim, uma forma primeira de significar as relações de poder. (SCOTT, 1995, p. 86).

<sup>4</sup> Como meio de compreender as dificuldades e os desafios encontrados pelas mulheres que ocupam espaços predominantemente masculinos como o interior da PMSC, será necessário, antes de tudo, fazer-se uma análise teórica sobre a dominação masculina e prevalência do machismo e do patriarcado abordado pelo sociólogo francês, Pierre Félix Bourdieu, considerando os sujeitos e suas experiências sociais como forma de expor à luz as relações de poder e dominação de um sexo sobre o outro, os quais se encontram inseridos em um contexto social, econômico, cultural e político que os influenciam diretamente.

um Estado Democrático de Direito, instituído a partir da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Joan Scott (1995, p.72) defende que essas diferenças entre homens e mulheres são fruto de uma construção cultural e não algo natural, “[...] desta maneira se fez importante a criação do termo Gênero, com o intuito de ressaltar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no Sexo”.

Destarte, aprendem-se e constroem-se as identidades do que é ser homem e do que é ser mulher, e essa aprendizagem se processa em diversas instituições sociais, em tempos e lugares específicos (MEYER; SOARES, 2008). Esse processo construtivo é contínuo e mutável porque:

[...] obriga aquelas/es que o empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando. Afaste-se de (ou se tem a intenção de afastar) proposições essencialistas sobre os gêneros; a ótica está dirigida para um processo, para uma construção, e não para algo que exista a priori (LOURO, 1997, p. 23).

As práticas sociais, baseadas nas diferenças sexuais, são adotadas ainda hoje como meio de dominação. O resultado delas é a alocação das mulheres para executarem papéis secundários e subalternos. Por outro lado, os homens ocupam grande parte das atividades de direção, de chefia, o que revela a distância para alcançar a igualdade de Gênero<sup>5</sup>.

Pierre Bourdieu, na citação abaixo, aborda claramente o quanto os espaços públicos são demarcados em razão do sexo biológico:

Cabe aos homens, situados do lado do exterior, do oficial, do público, do direito, do seco, do alto, do descontínuo, realizar todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares, como matar o boi, cuidar da lavoura ou fazer a colheita, sem falar do homicídio e da guerra, que marcam rupturas no curso ordinário da vida. As mulheres, pelo contrário, estando situadas do lado do úmido, do baixo, do curvo e do contínuo, veem ser-lhes atribuídos todos os trabalhos domésticos, ou seja, privados e escondidos, ou até mesmo invisíveis e vergonhosos, como o cuidado das crianças e dos animais, bem como todos os trabalhos exteriores que lhes são destinados pela razão mítica, isto é, os que levam a lidar com a água, a erva, o verde (como arrancar as ervas daninhas ou fazer a jardinagem), com o leite, com a madeira e,

---

<sup>5</sup> Segundo o IBGE, as mulheres estão em desigualdade com os homens no que se refere aos cargos gerenciais, tanto no setor público quanto no privado. Considerando cargos gerenciais por sexo, segundo os grupos de idade e cor ou raça, 62,2% dos homens ocupavam cargos gerenciais, em 2016, contra 37,8% das mulheres. Nas faixas etárias mais jovens, entre 16 a 29 anos de idade, em especial, as mulheres apresentam melhor desempenho: 43,4% contra 56,6% de homens. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-03/ibge-mulheres-ganham-menos-que-homens-mesmo-sendo-maioria-com-ensino-superior>> Acesso em: 12 set. 2018.

sobretudo, os mais sujos, os mais monótonos e mais humildes. (BOURDIEU, 2012, p. 41).

Conforme Bourdieu afirma, historicamente as atividades guerreiras sempre foram destinadas aos homens, considerados em uma sociedade patriarcal, provedores naturais. Possuíam a responsabilidade pela busca da caça e da pesca para alimentar sua família. Na sociedade supracitada, o autor aduz que a discriminação tem como base as diferenças biológicas, pois os padrões de comportamento aceitáveis para as mulheres as aprisionam aos espaços domésticos.

Por conseguinte, uma nova realidade surge quando as mulheres passam a ocupar espaços públicos e têm acesso à educação formal, o que reflete, atualmente, na luta por ocupação a postos de trabalho considerados socialmente masculinos, como é o caso da Polícia Militar (BAYLÃO; SCHETTINO, 2014).

A relevância do tema na área das Políticas Públicas, revela-se pelas lutas voltadas à inibição da discriminação de Gênero, do combate à violência, via de consequência, pela promoção da igualdade de Gênero, aqui incluídos os direitos das mulheres de inserção no mercado de trabalho, na vida política, o que justifica o estudo.

Deve-se reconhecer a existência de uma política pública quando se abre a possibilidade de as mulheres ocuparem lugares antes dominados, exclusivamente, por homens, porque segundo menciona Chanter (2011), tratava-se como se fosse uma “ordem natural”, cuja distribuição de atividades se diferenciavam: para o homem, o lugar de assembleia e de mercado; já, para a mulher, a casa (BORDIEU, 2012, p. 18).

Nesse cenário, torna-se imperioso fazer o recorte para a pesquisa, tendo inicialmente o propósito de investigar em que momento histórico as mulheres foram inseridas na vida militar e as estratégias para se manter nesse lugar, onde a presença masculina se mostra predominante, bem como resistente a mudanças.

A opção pelo período entre 1983 e 2018 se deu em razão da necessidade de abordar historicamente os motivos que levaram o Estado de Santa Catarina a permitir a inserção das mulheres na Polícia Militar, como também, apontar, de que maneira a referida política pública contribuiu socialmente para trazer mudanças a essas estruturas consideradas tão rígidas e, basicamente, dominadas por homens.

O espaço escolhido deu-se, em primeiro lugar, em virtude da necessidade de reduzir o campo de pesquisa como forma de garantir o êxito do trabalho e, em segundo lugar, por motivação pessoal, já que sou casada com policial militar. Nesse período de convívio familiar e social, pude ouvir e presenciar algumas conquistas, mas

também, obstáculos alicerçados pelas diferenças biológicas.

O aumento da representatividade feminina nesse lugar é visível, mas ainda não se pode afirmar que existe inserção feminina de forma efetiva, já que se observa tímida a presença do sexo feminino nos quartéis da Polícia Militar de Santa Catarina. Essa situação pode ter como uma das causas o baixo percentual de vagas oferecidas, que somente em 2017, após a promulgação da Lei Complementar n. 704/2017<sup>6</sup>, passou a exigir um mínimo de 10% (dez por cento) destinadas às mulheres.

A fim de amenizar os efeitos das ligações que me levaram a escolher esse tema, e que poderiam resultar na parcialidade do estudo, a busca incessante pelo rigor científico para a consecução dos objetivos do presente trabalho acadêmico se fez necessária, sem contudo, afastar-me, a ponto de esquecer meus valores sociais sobre o objeto da pesquisa.

Para Thiollent (1987, p. 42) essa faculdade “consiste na capacidade de o cientista neutralizar suas próprias avaliações ou seus próprios valores para reconhecer e apresentar os fatos objetivos”, apesar de toda subjetividade existente, tanto por parte da pesquisadora quanto dos pesquisados.

Todavia, o mesmo autor diz ser relevante que os valores do pesquisador não devem estar afastados da realidade social pesquisada, pois “é a partir de pontos de vista ou de ‘ideias de valores’, socialmente determinados, que o cientista escolhe o objeto de estudo, seleciona e acentua os aspectos principais, atribui significação aos fatos e às suas conexões” (THIOLLENT, 1987, p. 42).

Para trilhar os caminhos investigativos desta pesquisa, vislumbra-se trazer à luz as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para ingressar e permanecer em espaços masculinizados, por meio da discussão teórica e da pesquisa de campo, que proporcionarão novos olhares para novas Políticas Públicas.

Como reflexão, esta pesquisa teve como eixo basal as seguintes perguntas: Quais são os desafios e as dificuldades enfrentadas pelas mulheres na Polícia Militar, situada no município de Florianópolis, em Santa Catarina, e as estratégias de sobrevivência desenvolvidas para conviver nesse universo masculinizado?

Portanto, o objetivo geral deste estudo foi inferir esses desafios, essas

---

<sup>6</sup> O percentual anteriormente para o ingresso de mulheres na PMSC era de 6% (seis por cento), o que foi alterado para 10% (dez por cento) com a nova Legislação, contudo, ainda representa uma forma de dominação do espaço pelo homem, já que os editais dos concursos continuam a oferecer o mínimo legal, e não a igualdade de vagas.

dificuldades, como também as estratégias de sobrevivência enfrentadas pelas mulheres nessa Instituição Militar, que é essencialmente masculinizada.

No aspecto tocante às inquietações de cunho específico, destacam-se aqui os cinco eixos retratados na investigação:

- Problematizar as experiências femininas no interior da Polícia Militar, no município de Florianópolis/SC, à luz dos estudos de Gênero;
- Perceber as diferenciações de tratamento dispensadas aos homens e às mulheres militares e, em especial, na Polícia Militar, no município de Florianópolis/SC;
- Caracterizar a Polícia Militar, situada no município de Florianópolis/SC, como uma Instituição masculinizada;
- Demonstrar, do ponto de vista da política pública, como ocorreu a inserção feminina na Polícia Militar, situada no município de Florianópolis/SC; e
- Identificar as estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelas mulheres policiais para conviver, no interior da Polícia Militar, no município de Florianópolis/SC.

Dentre os procedimentos metodológicos utilizados no decorrer deste estudo, cita-se, inicialmente, o emprego do método dedutivo, o qual indica a realização preliminar de uma formulação geral e, conseqüentemente, de formulações mais específicas que visam sustentar a geral (PASOLD, 1999, p. 85).

Para Célia Regina Diniz e Iolanda Barbosa da Silva, o método dedutivo deve ser então compreendido da seguinte forma:

[...] parte das teorias e leis consideradas gerais e universais, buscando explicar a ocorrência de fenômenos particulares. O exercício metódico da dedução parte de enunciados gerais (leis universais) que supostos constituem as premissas do pensamento racional e deduzidas chegam a conclusões. O exercício do pensamento pela razão cria uma operação na qual são formuladas premissas e as regras de conclusão que se denominam demonstração (DINIZ; SILVA, 2008, p. 5).

Afirma-se, portanto, que adota-se o método dedutivo, já que se partirá da análise de aspectos relativos à categoria Gênero e dominação masculina, para depois se tratar da inserção feminina na Polícia Militar do Estado de Santa Catarina e, por fim, abordar as dificuldades, os desafios e as estratégias adotadas pelas mulheres para sobreviver na Polícia Militar, situada no município de Florianópolis.

Além disso, cita-se a utilização da pesquisa teórica, já que essa espécie de pesquisa visa estudar teorias (PROPADANOV; FREITAS, 2013, p. 50), ou seja, teorias voltadas à categoria Gênero, uma vez que serão lidas e interpretadas as experiências

das mulheres na Polícia Militar, situada no município de Florianópolis.

Pedro Demo corrobora com o acima exposto e explica que a pesquisa teórica é aquela que se dedica “[...] a reconstruir teoria, conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos” (DEMO, 2000, p. 20).

Destarte, utiliza-se a pesquisa descritiva, porque esta observa, registra, analisa, classifica e interpreta os fatos que interessam à pesquisa (CIRIBELLI, 2003, p. 54), cuja conceituação pode ser aquela que pretende descrever fatos e/ou fenômenos relativos a uma determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987, p. 112).

Ademais, há a utilização da pesquisa qualitativa, uma vez que consiste em interpretar fenômenos, como também atribuir significados, utilizando-se do ambiente natural como fonte de coleta de dados. Essa é a espécie de pesquisa que se caracteriza por apresentar informações interpretativas com relação à temática proposta (SOUZA; FIALHO; OTANI, 2007, p. 49), tal como ocorrerá neste estudo, haja vista que se baseará em leituras, a partir de fontes bibliográficas e da aplicação de entrevistas semiestruturadas.

Segundo lições de Denise Tolfo Silveira e Fernanda Peixoto Córdova:

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 31).

As entrevistas semiestruturadas, anteriormente mencionadas, podem ser compreendidas como aquelas nas quais se organiza um conjunto de questões, ou se elabora um roteiro acerca de um determinado assunto que será estudado. Nesse caso, permite-se e incentiva-se, em certas circunstâncias, que o entrevistado fale livremente acerca de assuntos que surgem como desdobramentos da temática central (GERHARDT *et. al.*, 2009, p. 72).

O roteiro utilizado para as entrevistas foi elaborado a partir de um conjunto de tópicos aplicáveis aos militares de ambos os sexos, permitindo uma análise comparativa dos resultados.

A amostragem definida para a realização das entrevistas foi definida dentro das possibilidades, tendo como eixo as palavras de Minayo (2000), ao afirmar que o mais importante em uma pesquisa qualitativa é definir a escolha dos entrevistados,

partindo da ideia de que os indivíduos sociais devem ter uma vinculação significativa para a problemática a ser investigada, assim como as informações precisam ser diversificadas para possibilitar a manifestação de semelhanças e diferenças.

Dessa forma, a seleção será de dez (10) militares, sendo cinco (05) de cada sexo, todos vinculados aos quartéis situados em Florianópolis. Dentro do quadro de entrevistados, buscar-se-á por voluntários/as das diversas patentes, tanto do quadro de praças como de oficiais, que estejam na ativa e também na reserva remunerada, a fim de ouvir mulheres e homens militares de várias idades, cujo tempo de serviço seja variado. Portanto, além do critério de Gênero, será utilizado o critério hierarquia de carreira, bem como o tempo de atuação na Instituição Militar.

O local para as entrevistas foi definido, de forma conjunta, entre mim e cada entrevistado, possibilitando assim, a interação com meu objeto de pesquisa. Os instrumentos para a coleta das informações passam pela observação pessoal, cuja função é perceber gestos, entonações da voz, sinais corporais, bem como pelo uso de gravador que viabilizará o arquivamento das entrevistas para posterior uso.

Optou-se por manter a íntegra das conversas gravadas na guarda da pesquisadora. Por fim, destaca-se que se utiliza a chamada técnica de documentação indireta, a qual consiste em extrair ensinamentos de pesquisas documentais e bibliográficas, a exemplo de livros, legislações, artigos científicos, dentre outros (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 62-77).

Principia-se o primeiro capítulo com o título “Gênero e ‘Dominação Masculina’: a abordagem teórica”, cuja intenção volta-se a abordagem sobre a categoria Gênero como construção sociocultural, baseada nas diferenças biológicas, assim como sua relação com as práticas de dominação masculina.

O segundo capítulo, por sua vez, é intitulado “Inserção Feminina na Polícia Militar do Estado de Santa Catarina”, e nele são encontrados apontamentos relativos à história da Polícia Militar, bem como os motivos que levaram esta Instituição a permitir a presença feminina.

O terceiro capítulo foi intitulado “Dificuldades e Avanços da Presença Feminina na Polícia Militar, situada no município de Florianópolis”, o qual traz à baila as experiências e as estratégias adotadas pelas mulheres para conviver em um espaço masculinizado. Aqui, foram apresentados e comentados os resultados empíricos da pesquisa qualitativa, alcançados por meio da realização das entrevistas com mulheres e homens militares.

Em derradeiro, ter-se-ão as considerações finais deste estudo, momento em que se fará uma análise com relação a todo o exposto na pesquisa e se demonstrará a importância da temática desenvolvida, com amparo na perspectiva de Gênero como fonte de construções culturais que teceram um tipo de mulher e homem, baseadas em uma sociedade patriarcal e dominadora, o que representa ainda hoje entraves à participação feminina no mercado de trabalho, sobretudo, na Polícia Militar de Santa Catarina.

Nesta Dissertação, as Categorias principais estão grafadas com a letra inicial em maiúscula e os seus Conceitos Operacionais são apresentados no texto ou em rodapé quando mencionados pela primeira vez.

## 2 GÊNERO E “DOMINAÇÃO MASCULINA”: A ABORDAGEM TEÓRICA

Este capítulo tem por objetivo apresentar as questões teóricas acerca da categoria de análise de Gênero e do conceito de Dominação Masculina, respectivamente propostos por Joan Scott e Pierre Bourdieu, além de especificar o conceito de Sexo na busca pela distinção com a categoria Gênero, culminando com a reflexão sobre a desnaturalização dos papéis sociais com Políticas Públicas de Igualdade, a partir da percepção de que ainda existem lugares de domínio masculino.

### 2.1 DISCUSSÃO DE GÊNERO

De acordo com Martins (2015, p. 45), “É relativamente longa a trajetória dos estudos que se preocuparam com a temática voltada para problematizar as relações que vieram posteriormente a ser denominadas de “relações de gênero” [...]”. Essa motivação ocorre a partir do momento em que as mulheres, limitadas em seus direitos, reservadas ao ambiente doméstico, unem forças para conquistar espaços que, por tradição, eram ocupados apenas pelos homens.

Ainda, a mesma autora comenta que a adoção do conceito de Gênero nas academias ou na formulação de Políticas Públicas obteve maior reconhecimento na década de 1970<sup>7</sup>, por conta das pesquisadoras feministas norte-americanas. Esse movimento representou um grande avanço político cultural para a literatura, mas a aplicação prática de seus fundamentos ainda carecia de efetividade, predominando a relação de dominação masculina (MARTINS, 2015, p. 45-46).

Essa fronteira de desigualdade entre os sexos feminino e masculino foi defendida como natural, inclusive por Kant<sup>8</sup> (*apud* SCHERER, 2014, p. 23-24), em sua

---

<sup>7</sup> Cabe destacar que as lutas das mulheres por Igualdade de Gênero não podem ser compreendidas como exclusivas dos dias atuais, pelo contrário, as conquistas são frutos de lutas históricas, cuja força surgiu com os movimentos feministas, que podem ter como marco inicial o século XVIII, com o advento da Revolução Francesa e que se estendem até o século XX, caracterizado pela primeira onda feminista, conhecida como sufragista (RODRIGUES, 2001 *apud* BITTENCOURT, 2015, p.199). Neste momento, havia a busca pela igualdade de direitos em relação ao homem, como a formação profissional, a representação política, acesso à educação formal, ao trabalho remunerado e ao voto. A segunda onda compreende o período entre as décadas de 1960 e 1980, cuja bandeira era a denúncia do patriarcado como forma de expressão do poder político e da dominação masculina. Passa-se a questionar os papéis sociais construídos a partir das diferenças sexuais. Já, na terceira onda, passa-se a questionar o enclausuramento do conceito gênero, a contestação expressiva à heteronormatividade, a construção dos corpos, o transfeminismo e a sexualidade. Volta-se ao combate da violência e da inferiorização de todas as mulheres. (BITTENCOURT, 2015, p.199-203).

<sup>8</sup> Immanuel Kant (1724-1804) foi um filósofo alemão, fundador da “Filosofia Crítica”. Dedicou-se em

obra *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*, na qual o autor enfatiza que estamos diante de seres humanos, e estes não são do mesmo tipo; cada qual possui características próprias em seu modo de ser, de pensar e de agir, e que por conseguinte, também desempenham papéis que são próprios de cada um.

Nas palavras de Sherer (2014), Kant alinhava as características de feminilidade como atributos exclusivos das mulheres, cuja preservação dependia da permanência na vida doméstica. Do outro lado, os homens recebiam atributos como força bruta para justificar os papéis de provedor do lar e a aptidão nata para o exercício da vida pública.

Nessa linha de pensamento, a diferença sexual torna-se a base para padrões sociais de Gênero que se manifestam em diversos formatos, entre eles a dominância dos homens na sociedade, advinda da questão de estereótipos de força, de virilidade e de racionalidade. A crença de que as mulheres são naturalmente mais fracas e não aptas à vida pública se consolida e as mantém em posição de inferioridade.

Diante da multiplicidade que esse campo teórico apresenta, a abordagem sobre Gênero, enquanto categoria de análise,<sup>9</sup> revela-se apropriada para desmistificar a ideia de que as diferenças sexuais servem de fundamentos para a criação de uma hierarquia entre homens e mulheres.

Tereza Lopes Miranda e Edina Schimanski assim comentam sobre a importância dessa categoria de análise:

Evidencia-se aqui uma compreensão de gênero que é problematizada e complexa por excelência na sua totalidade conceitual e histórica, a qual leva em consideração processos sociais articulados a partir de relações que se organizam social, política, cultural e economicamente em um determinado tempo e espaço. Nessa seara, as categorias feminismo, sexualidade e trabalho, entre outras, emergem como elementos essenciais para a compreensão e a construção das relações sociais de gênero na atualidade (MIRANDA; SCHIMANSKI, 2014, p. 67).

As autoras descrevem a complexidade que o conceito Gênero representa na atualidade, pois sua compreensão leva em consideração os processos sociais

---

resolver a confusão conceitual a respeito do debate acerca da natureza do nosso conhecimento. Procurou explicar como é o funcionamento do mecanismo de apreensão e de compreensão da realidade que permite ao Homem saber-se inserido em um Universo. Disponível em: <[https://www.ebiografia.com/immanuel\\_kant/](https://www.ebiografia.com/immanuel_kant/)>. Acesso em: 11 jul. 2018.

<sup>9</sup>“A categoria define os modos de ser, enquanto o conceito define a ideia ou o conjunto de ideias a respeito de alguma coisa ou fenômeno. O conceito é uma representação do objeto pelo pensamento, por suas características gerais. Difere da definição, que é a determinação da compreensão do conceito” (SILVA, 1986, p. 28).

construídos em determinado tempo e espaço. Essa preocupação é relevante, pois na medida que as práticas humanas criam novas situações, as estruturas sociais se movem para se adaptar ao novo cenário.

Nesse contexto, a Joan Scott afirma que a definição de Gênero possui duas proposições: uma, como um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e a outra, que aborda Gênero como uma forma primária de significar as relações de poder.

Minha definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão inter-relacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa em uma conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre às mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é unidirecional (SCOTT, 1995, p. 86).

Nessa linha de pensamento, Maria Izilda S. de Matos, afirma que o vocábulo Gênero, compreendido como construção cultural demonstra que:

[...] os perfis se constituem social, cultural e historicamente em um tempo, espaço e cultura determinados. Não se deve esquecer, ainda, de que as relações de gênero são um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças hierárquicas que distinguem os sexos, e são, portanto, uma forma primária de relações significantes de poder. Sendo uma de suas preocupações evitar as oposições binárias fixas e naturalizadas, os estudos de gênero procuram mostrar que as referências culturais são sexualmente produzidas por meio de símbolos, jogos de significação, cruzamentos de conceitos, relações de poder, conceitos normativos e relações de parentesco econômicas e políticas (MATOS, 1997, p. 97-98).

Com base nas afirmativas acima, pode-se dizer que estudar Gênero significa pensar as relações sociais como instrumentos de naturalização das desigualdades entre homens e mulheres, a partir de uma estrutura tão familiar aos sujeitos que incorporam essas mensagens e as praticam sem questionar, apenas reproduzem o aprendido.

A construção de identidades hierarquizadas entre os Sexos é aprendida em diversas instituições sociais, em tempos e lugares específicos (MEYER; SOARES, 2008 *apud* SANTOS, 2012, p.3). Dessa maneira, os sujeitos se fazem homem e mulher em um processo contínuo, construído em práticas sociais masculinizantes e feminilizantes.

Assim, o conceito de Gênero apresentado como construção cultural se firma,

porque:

[...] obriga aquelas/es que o empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando. Afaste-se de (ou se tem a intenção de afastar) proposições essencialistas sobre os gêneros; a ótica está dirigida para um processo, para uma construção, e não para algo que exista a priori. (LOURO, 1997, p. 23).

Ao se compreender que historicamente a sociedade molda as condutas sociais e estabelece hierarquia entre os Sexos, demonstra-se que “[...] as relações de Gênero se tornam uma ferramenta para o entendimento de uma determinada sociedade, pois sua interferência não cessa nas escolhas individuais, mas é interligada com as relações de poder que as constituem e as determinam” (TEIXEIRA; DUMONT, 2009, p. 15 *apud* DINIZ; SANTOS, 2001, p.4).

## 2.2 GÊNERO E DOMINAÇÃO MASCULINA

Como visto anteriormente, Scott (1995, p. 86) afirma que “[...] Gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre às mudanças nas representações do poder [...]”. Portanto, nesse sentido, “O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada [...]” (BOURDIEU, 2017, p. 23).

No processo histórico das relações entre homens e mulheres, desde as mais antigas civilizações, constata-se a divisão arbitrária dos papéis sociais, cujo objetivo concentra-se na subjugação e na dominação feminina. As diferenças dos corpos biológicos são fundamentos para a construção de hierarquia entre estes seres (BOURDIEU, 2017, p. 40).

Essa ideia de inferioridade e submissão, como ordem natural das coisas, não é nova, desde a Antiguidade as mulheres eram tratadas de forma discriminatória, conforme se pode revelar nas palavras de Godelier:

Se nos voltarmos para as sociedades de classes da Antiguidade Ocidental (Grécia e Roma) ou, Oriental (China e Japão) ou, na Idade Média, para as sociedades da América pré-colombina (Incas e Astecas) ou para as sociedades de castas na Índia, nelas a vida social é dominada pelos homens. Possuir a terra da cidade, sacrificar aos deuses, defender suas terras de armas na mão, exercer as magistraturas e a soberania política, desenvolver a Filosofia, a Matemática entre outras questões, eram privilégios masculinos na Atenas clássica. Para um grego, ser um homem plenamente é, antes de tudo, ser um homem e não uma mulher, ser livre e não escravo; ser ateniense

e não estrangeiro (GODELIER, 1980, p. 10-11).

Embora a citação supracitada faça referência ao passado, percebe-se que na atualidade, ainda estão presentes as práticas de inferiorização e de discriminação feminina; entretanto, de forma contrária ao que ocorria na Antiguidade, as lutas por direitos de igualdade ganharam visibilidade e apoiadores ao longo da história com as lutas feministas. Com isso, a partir das diferenças biológicas cria-se a hierarquização sexual, no sentido de manter a Dominação Masculina.

Logo, ao abordar a realidade criada a partir de uma construção social carregada de simbologia discriminatória, tendo como base diferenças biológicas entre mulheres e homens, percebe-se que existem sistemas sociais programados que tornam os corpos objetos de controle. (GODELIER, 1980, p. 11-12).

Bourdieu afirma que os estereótipos criados socialmente transformam as mulheres em símbolos de subjugação, cuja função é contribuir com o aumento do capital simbólico<sup>10</sup>, com o intuito de se manter o poder patriarcal, porque o

[...] princípio da inferioridade e da exclusão das mulheres, que o sistema mítico-ritual ratifica e amplia, a ponto de fazer dele o princípio de divisão de todo o universo, não é mais que a dissimetria fundamental, a *do sujeito e do objeto, do agente e do instrumento*, instaurada entre o homem e a mulher no terreno das trocas simbólicas, das relações de produção e reprodução do capital simbólico, cujo dispositivo central é o mercado matrimonial, que está na base de toda a ordem social: as mulheres só podem aí ser vistas como objetos, ou melhor, como símbolos, cujo sentido se constitui fora delas e cuja função é contribuir para a perpetuação ou o aumento do capital simbólico em poder dos homens (BOURDIEU, 2017, p. 66).

Cabe colocar em evidência que, ao se usar “[...] Gênero como ferramenta crítica, expondo não só o fato da presença das mulheres na história, mas as razões para sua invisibilidade ou marginalização da política e da vida pública [...], passa-se por avanços na luta pela emancipação feminina” (SCOTT, 2013 apud LEMOS, 1996, p. 163).

Deste modo, Simone de Beauvoir traz em seus ensinamentos uma reflexão sobre esta condição social:

---

<sup>10</sup>Segundo O capital simbólico – outro nome da distinção – não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja percebido um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio. (BOURDIEU, 2005, p. 145 *apud* MORAES, 2006, 2007, p. 185). Disponível em: <[http://www.embap.pr.gov.br/arquivos/File/ulisses\\_moraes.pdf](http://www.embap.pr.gov.br/arquivos/File/ulisses_moraes.pdf)>. Acesso em: 14 jul. 2018.

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um *Outro*. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada. Entre meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o universo (BEAUVOIR, 1967, p. 9).

Depreende-se das palavras de Beauvoir que os padrões existentes são construídos socialmente e reorganizados ou reestruturados em cada época, por determinada classe dominadora, para perpetuação de seu domínio sobre o outro corpo ou ser. Portanto, não é natural, mas “[...] um conjunto de propensões que permitem aos indivíduos agir dentro de uma estrutura social determinada com vistas à manutenção de sua dinâmica organizacional” (BOURDIEU, 2003 apud MORAES, 2006, 2007, p. 182).

Assim, os sujeitos são construídos socialmente, porque nascem cercados por crenças e regras de conduta, tornando-se reféns das suas subjetividades para compreender o mundo, cujos corpos são sexualizados com o propósito de naturalizar a dominação masculina.

Pierre Bourdieu (2003, p.9 apud MORAES, 2006, 2007, p.186) denomina esse fenômeno que legitima uma relação de dominação forjada na natureza biológica como poder simbólico<sup>11</sup>, o que passa a se constituir como *habitus*<sup>12</sup> (2003, p.9 apud MORAES, 2006, 2007, p.186), para a qual as instituições como a família, a igreja, a escola e o Estado prestam colaboração nessa reprodução. Assim, sob este enfoque, pode-se entender que a força simbólica é:

[...] uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, é como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o

<sup>11</sup>O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, “uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências” (BOURDIEU, 2003, p. 9 apud MORAES, 2006, 2007, p.186). Disponível em: <[http://www.embap.pr.gov.br/arquivos/File/ulisses\\_moraes.pdf](http://www.embap.pr.gov.br/arquivos/File/ulisses_moraes.pdf)>. Acesso em: 14 jul. 2018.

<sup>12</sup> “*Habitus* pode ser entendido por um conjunto de propensões que permitem aos indivíduos agir dentro de uma estrutura social determinada com vistas à manutenção de sua dinâmica organizacional. Desse modo, o *Habitus* adquire uma conotação conservadora na dinâmica social” (BOURDIEU, 2003, p. 9 apud MORAES, 2006, 2007, p.182). Disponível em: <[http://www.embap.pr.gov.br/arquivos/File/ulisses\\_moraes.pdf](http://www.embap.pr.gov.br/arquivos/File/ulisses_moraes.pdf)>. Acesso em: 14 jul. 2018.

apoio de pré-disposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos (BOURDIEU, 2017, p. 60).

Cinge-se, acerca do aludido, que a força simbólica abordada por Bourdieu se revela um poder exercido sem o uso da força física, uma vez que usa de verdades construídas sobre alicerces machistas para manter o domínio sobre outro ser, não compreendido como igual em direitos.

Essa forma de coação contribui para que os dominados apliquem “categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo assim ser vistas como naturais” (BOURDIEU, 2017, p. 56).

A respeito disso, o referido autor ainda comenta:

A violência simbólica não se processa senão através de um ato de conhecimento e de desconhecimento prático, ato este que se efetiva aquém da consciência e da vontade, e que confere seu "poder hipnótico" a todas as suas manifestações, injunções, sugestões, seduções, ameaças, censuras, ordens ou chamadas à ordem. Mas uma relação de dominação que só funciona por meio dessa cumplicidade de tendências, e que depende, profundamente, para sua perpetuação ou para sua transformação, da perpetuação ou da transformação das estruturas de que tais disposições são resultantes (particularmente da estrutura de um mercado de bens simbólicos cuja lei fundamental é que as mulheres nele são tratadas como objetos que circulam de baixo para cima) (BOURDIEU, 2012, p. 65).

Dessa forma, extrai-se da leitura acima que, a manutenção da dominação masculina ganha força na medida em que os sujeitos conhecem e reconhecem as práticas discriminatórias e as incorporam em suas vidas como lei natural, atribuindo aos corpos sexualizados o motivo determinante para a perpetuação da dominação.

Nesse aspecto, é possível citar o matrimônio que, no passado, significava um ato negocial, materializando-se pelo pagamento de um dote<sup>13</sup>, reduzindo as mulheres a coisas que podiam ser transacionadas como mercadorias. Na atualidade, essa tradição perdeu força, em razão da emancipação feminina; contudo, ainda existem culturas que a mantêm, sob a ótica da incapacidade feminina para se defender.

Elizabeth S. Abrantes, em sua Tese de Doutorado, aborda uma visão machista e patriarcal das mulheres, cujo tratamento era sob o ponto de vista de seres inferiores e desprovidas de liberdade, portanto, negociadas como mercadorias para

---

<sup>13</sup>O dote era obrigação dos pais da noiva, que davam ao futuro marido da filha escravos, animais, lotes de terra, dinheiro, enfim, parte da herança dos pais à qual a filha teria direito na ocasião da morte destes, além do enxoval, que incluía artigos pessoais de vestuário, inclusive o vestido e a camisola de núpcias, roupas e artigos do lar como mobiliário e têxteis de cama, mesa e banho, ricamente bordados pelas mulheres da família e escravas.

garantir-lhes casamento e, muitas vezes, como meio de sustento da própria família:

O casamento era apresentado às mulheres como a grande realização das suas vidas, devendo ser sustentadas e “protegidas” pelo homem. O dote era um meio de viabilizar a união conjugal, sendo raro a moça rica e com dote que não se casasse. Sob a aparência de proteção e amparo, o costume do dote expressava uma forma sutil de dominação e “violência simbólica”, fazendo com que fosse interiorizado pelas mulheres os dispositivos que asseguravam sua submissão, mantendo-as em permanente estado de insegurança econômica, corporal e moral caso não estivessem sob a tutela masculina (ABRANTES, 2010, p. 11-12).

A referida autora revela que em algumas culturas, ainda, persiste a cultura do dote, como no caso da Índia, mas no Brasil, essa prática deixou de existir no Século IX. Essa situação somente ocorre porque a sociedade impõe aos corpos masculino e feminino papéis sociais diversos, que se naturalizam ao passar dos anos. As gerações aprendem a legitimá-los porque não se trata de um ato intelectual, livre e consciente praticado pelos sujeitos, é um poder duradouro sobre esses corpos, que os tornam sensíveis a certas manifestações simbólicas de poder (BOURDIEU, 2017, p. 63).

Verifica-se, portanto, que este estatuto social a que Bourdieu se refere exige que o dominante reforce os padrões de conduta sociais de submissão e inferiorização como condições naturais, que não cabe irresignação, mas sim, o conformismo por parte dos seres dominados, o que

[...] determina às mulheres seu estatuto social de objetos de troca, definidos segundo os interesses masculinos, e destinados assim a contribuir para a reprodução do capital simbólico dos homens —, que reside a explicação do primado concedido à masculinidade nas taxinomias<sup>14</sup> culturais (BOURDIEU, 2017, p. 67).

Esses padrões de comportamento pré-estabelecidos pela sociedade machista contribuem para a manutenção da relação de dominação e subordinação, no sentido de fazer crer que os padrões de condutas aceitáveis às mulheres se voltam à submissão, haja vista tratar-se de uma ordem natural.

## 2.3 CONCEITO DE GÊNERO E SEXO

<sup>14</sup> Para Martinez *et al.* (2004, p. 106 apud VITAL; CAFÉ, 2011, p.122) "a taxonomia, em um sentido amplo, é a criação da estrutura (ordem) e dos rótulos (nomes) que ajudam a localizar a informação relevante. Em um sentido mais específico, é o ordenamento e a rotulação de metadados, que permite organizar sistematicamente a informação primária". Interessante notar que a estrutura mais citada na literatura para a taxonomia é a hierárquica.

Os conceitos de Sexo e Gênero ainda são facilmente confundidos e, muitas vezes, colocados como sinônimos. Nessa perspectiva, busca-se refletir a respeito desses conceitos, com o propósito de compreender como as desigualdades entre mulheres e homens se naturalizam.

Quando se trata de conceituar Sexo, imprescindível é encontrar uma definição objetiva, precisa e concisa, que não se confunda com Gênero. Assim, trar-se-á esse conceito no empréstimo das palavras advindas do dicionário como “[...] Conjunto de caracteres, estruturais e funcionais, segundo os quais um animal é classificado como macho ou fêmea. [...] Conjunto de características anátomo-fisiológicas que distinguem o homem e a mulher” (MICHAELIS, 2018).

Nesse caso, Sexo tem conotação de distinção dos seres homem e mulher e uma contribuição fundamental e específica na reprodução de outros seres. Basicamente, refere-se às diferenças anatômicas, biológicas, físicas e corporais que separam o feminino do masculino.

Agora, quando se trata de compreender a categoria Gênero, as palavras de Joan Scott, retiradas de uma entrevista, elucidam a questão com a seguinte afirmativa:

Quando falo de gênero, quero me referir ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se refere apenas às idéias [sic], mas também às instituições, às estruturas, às práticas quotidianas, como também aos rituais e a tudo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de ordenação do mundo, e mesmo não sendo anterior à organização social, ele é inseparável desta. Portanto, o gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido dessa realidade. A diferença sexual não é a causa originária da qual a organização social poderia derivar. Ela é antes uma estrutura social movente, que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos (SCOTT, 1998, p. 2).

Tendo em vista as considerações sobre as palavras de Scott, pode-se dizer que a categoria Sexo, adotada para a pesquisa, está relacionada com a Biologia; por outro norte, Gênero, está relacionado à construção social do Sexo. Isso porque, Gênero transcende a diferença biológica, uma vez que aquele, procura compreender como os padrões da sociedade e do tempo naturalizam a dominação masculina.

Todavia, importante é alertar que nenhum conceito é definitivo ou universal, pois segundo Judith Butler (2008, p. 201), “[...] a categoria de ‘sexo’ é um nome que escraviza. A linguagem ‘projeta feixes de realidade sobre o corpo social’, mas esses feixes não são facilmente descartáveis.”

## 2.4 GÊNERO DESNATURALIZA OS PAPÉIS SOCIAIS

Por muito tempo, acreditou-se que homens e mulheres agiam diferentemente, devido à questão biológica, que naturalmente designava os comportamentos masculinos e femininos. Entretanto, sabe-se que essa ideia já não consegue mais atender aos questionamentos da atualidade, pois o meio social é influenciador das condutas humanas.

Segundo Simião (2006, p.12), com a necessidade de criar classificações, passou-se a hierarquizar pessoas, condutas e objetos:

Isso significa que estamos constantemente classificando o mundo à nossa volta, sempre que nos relacionamos com ele. E os modelos de gênero dão importantes diretrizes para a forma como iremos classificar pessoas, condutas e objetos nesse mundo. Mas esses modelos não são iguais para todos nós. Assim, embora possam existir modelos mais gerais do que a sociedade considera masculino ou feminino, a forma como isso se traduz nas relações sociais concretas depende muito da relação e do contexto em que as pessoas estejam.

Nesse sentido, o Gênero coloca uma lente sobre a interação social e os sujeitos, pois o processo de socialização faz com que sejam internalizadas as normas e as expectativas sociais do Sexo biológico, criando o ambiente propício para a reprodução cultural das diferenças entre homens e mulheres, socializando papéis distintos e hierarquizados.

Nesse sentido, tal fato se verifica nas palavras de Bourdieu (2017, p. 12):

Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma língua (ou uma maneira de falar), de um estilo de vida (ou uma maneira de pensar, de falar ou de agir) e, mais geralmente, de uma propriedade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária e não predicativa que é a cor da pele.

Assim, no dizer do referido autor, revela-se que os padrões de condutas são ensinados e transformados em verdades, revestindo-se de lei natural, tornando os corpos obedientes ao comando, formatados aos desígnios do dominante. Esse aprendizado conduz à perpetuação da relação de poder e à marginalização feminina.

Nessa perspectiva, ele continua:

Se é verdade que o princípio de perpetuação dessa relação de dominação não reside verdadeiramente, ou pelo menos principalmente, em um dos lugares mais visíveis de seu exercício, isto é, dentro da unidade doméstica, sobre a qual um certo discurso feminista concentrou todos os olhares, mas em instâncias como a Escola ou o Estado, lugares de elaboração e de imposição de princípios de dominação que se exercem dentro mesmo do universo mais privado, é um campo de ação imensa que se encontra aberto às lutas feministas, chamadas então a assumir um papel original, e bem-definido, no seio mesmo das lutas políticas contra todas as formas de dominação (BOURDIEU, 2017, p. 14-15).

Em consonância com a linha de pensamento de Bourdieu, as instâncias como escolas e Estado são lugares onde as lutas feministas precisam buscar espaço para o combate à discriminação feminina, pois são nas lutas políticas que nascem instrumentos legais para a igualdade de gênero.

Sobre essa matriz, sustentam-se as definições de papéis de Gênero, criados a partir de uma sociedade patriarcal<sup>15</sup>, fiel aos conceitos machistas<sup>16</sup>, repressores, concedendo às mulheres apenas o espaço doméstico, dito lugar natural, como acreditava Kant, quando aduziu que:

Ela ama a paz do lar e se submete de bom grado ao regimento dela, simplesmente para não se ver estorvada em seus afazeres; a mulher não teme a guerra doméstica, em que ela combate com sua língua, e em vista da qual a natureza lhe deu a loquacidade e eloquência carregada de emoção, que desarma o homem (KANT, 2006 apud SCHERER, 2014, p.27).

Sob essa ótica, pela leitura acima, encontra-se a crença de que as mulheres são naturalmente destinadas ao espaço doméstico, local em que podem exercer seus talentos naturais. Esse discurso estabelece a limitação do espaço feminino como algo natural.

Oportuno se torna dizer que não há nada de "natural" nesse aspecto, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza, porque a sociedade define o que é ou não natural; produz e transforma a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as torna história. Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros feminino ou masculino são definidos pela sociedade (LOURO,

<sup>15</sup> A definição para a categoria patriarcado se resume em "Dominação sistemática feita pelos homens sobre as mulheres em algumas ou todas as esferas e instituições da sociedade" (GIDDENS; SUTTON, 2017, p. 163, tradução de Cláudia Freire).

<sup>16</sup> Nas palavras de Drumont, "o machismo constitui, portanto, um sistema de representações-dominação que utiliza o argumento do sexo, mistificando assim as relações entre homens e as mulheres, reduzindo-o a sexos hierarquizados, divididos em polo dominante e polo dominado que se confirmam mutuamente numa situação de objetos." (DRUMONT, 1980, p. 82)

2000, p.60).

Nessa mesma linha de pensamento, Luciane Marques de Araújo e Lúcia Helena Garcia Penna (2014, p. 135) estabelecem que:

O mundo social constrói e impõe uma representação acerca dos órgãos sexuais, masculino e feminino, e essa representação está sendo incorporada entre homens e mulheres. Portanto, a diferença biológica entre os sexos passa a ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros. Assim, esta imposição silenciosa e contínua de papéis sociais, homólogos e opostos, aos sexos masculino e feminino, ao ser incorporado pelos agentes, acaba por transformar este arbitrário cultural em natural, constituindo-se em uma forma de violência simbólica, a violência de gênero.

Logo, as diferenças visíveis do corpo feminino e do corpo masculino, percebidas e construídas a partir de uma visão androcêntrica, tornam-se significações e valores da sociedade, instituindo o homem como ser universal; enquanto a mulher, com o papel secundário, representada como um objeto sexual (BOURDIEU, 2017, p.39-40).

Nesse mesmo diapasão, as diferenças sexuais constituem barreiras para a igualdade de Gênero, pois os valores sociais agregados às características masculinas são de superioridade, de liberdade e de dominação; em contrapartida, ao corpo feminino, são reservados valores com inferiorização, com limitação, com fraqueza e com submissão aos desejos masculinos.

Assim, isso implica dizer que essa dominação pode ser sentida também na divisão do trabalho ou nos rituais coletivos ou privados, vez que as condutas de inferiorização enfrentadas pelas mulheres as excluem de tarefas consideradas nobres pela sociedade, como lugares de comando, tanto na vida privada como na vida pública (BOURDIEU, 2017).

Por conseguinte, compreender os papéis sociais desenhados para os homens e para as mulheres, articulando as suas relações nos âmbitos familiar e público é um desafio, uma vez que esse universo de idealizações permeia a cultura, a política, o social e a economia.

Em razão disso, surge a necessidade de se entender como os papéis sociais foram construídos e em qual desigualdade de Gênero é alicerçada, no sentido de desnaturalizar esse constructo social, o que pode ser perfeitamente comprovado nas palavras de Juliana Anacleto dos Santos:

Os primeiros ensaios e estudos sobre as desigualdades entre mulheres e homens buscavam se situar sobre o aspecto feminino, sobre seu corpo e sexualidade. As características biológicas, entre elas a pouca força física e até mesmo o menor peso do cérebro, estavam no centro dessa concepção. Na tentativa de explicar que é da “natureza” feminina ser frágil e da “natureza” masculina ser forte. Que o lugar “natural” da mulher é a casa, e o lugar “natural” do homem é a rua. Essa naturalização da condição humana nada mais é do que uma resposta para legitimação das desigualdades sociais (SANTOS, 2006, p. 4-5).

Santos corrobora a ideia de que o papel social desenhado às mulheres tem sua justificativa nas características biológicas e na sexualidade, atribuindo a elas características como fragilidade e incapacidade para se governar; ao contrário dos homens, vistos como seres fortes, o que naturalmente concede a eles o direito de ocupar os lugares de honra.

Com isso, pode-se dizer, então, que a dominação masculina, nos dias atuais, não possui a mesma resignação do passado, tendo em vista o trabalho crítico sobre esta estrutura fornecida pelos estudos de Gênero. Dessa forma, busca-se inserir as mulheres em lugares que antes somente os homens podiam ocupar.

As mudanças vividas pelas mulheres em seus papéis sociais receberam a contribuição de fatores como o acesso ao ensino formal, ao trabalho assalariado, ao distanciamento das tarefas domésticas, às funções de reprodução e ao adiamento da idade do casamento ou até mesmo ao divórcio (BOURDIEU, 2017, p. 124-125).

O acesso à instrução formal transformou a maneira como as instituições de ensino tratavam das questões de Gênero, à medida que passaram a buscar ferramentas para lidar com homens e mulheres no mesmo ambiente, recebendo a mesma formação. O que, conseqüentemente, levou-as à independência econômica e à transformação das estruturas familiares (BOURDIEU, 2017, p. 125).

Bourdieu faz uma análise sobre as mudanças de comportamento:

Do mesmo modo, e mais banalmente, o aumento do número de mulheres que trabalham não pode deixar de afetar a divisão de tarefas domésticas e, ao mesmo tempo, os modelos tradicionais masculinos e femininos, acarretando, sem dúvida, conseqüências na aquisição de posições sexualmente diferenciadas no seio da família: pode-se, assim, observar que as filhas de mães que trabalham têm aspirações de carreira mais elevadas e são menos apegadas ao modelo tradicional da condição feminina. (BOURDIEU, 2017, p. 123-124)

Contudo, o mesmo autor alerta que ainda persiste a desigualdade, em razão da resistência em manter a estrutura de dominação e desigualdade, pois

existem lugares que as mulheres não conseguem ocupar de forma isonômica, ou seja, são campos cuja predominância masculina é percebida, entre eles: áreas médica, política e militar.

Dessa feita, quando se compreende Gênero como um constructo cultural, que envolve relações de poder e concepções de naturalização e de desnaturalização, coloca-se em discussão questões que abrem possibilidades para transformações que superem as desigualdades de Gênero.

## 2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO

No campo de estudo sobre Gênero, depara-se com as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para alcançar a igualdade formal e material, visto que, o mundo, ainda, está pautado por construções sociais machistas. Essa estrutura patriarcal mantém a carência por Políticas Públicas<sup>17</sup> de Gênero capazes de neutralizar o poder da dominação masculina.

Ao ser abordada as políticas públicas, a partir da perspectiva de Gênero, tem-se a ajuda para verificar qual o papel do Estado, diante de um padrão social, que divide em classes de dominantes e dominados, com base nas diferenças sexuais. Essa situação, ainda presente na atualidade, tem como um dos fatores o pouco investimento estatal em relação às políticas de igualdade de Gênero

Com isso, os estudos sobre Políticas Públicas de Gênero podem ser definidos da seguinte forma:

Nessa perspectiva, as políticas públicas de gênero são aqui definidas levando em conta três fatores: sua amplitude ou foco, seu modelo de formulação e, por fim, seu propósito, seja ele emancipatório ou conservador. Em relação ao primeiro fator, trata-se de políticas sociais que incorporam a questão de gênero, o que pode ocorrer com políticas voltadas exclusivamente para as mulheres, ou com políticas mais gerais que incluem as mulheres como beneficiárias em potencial, como é o caso de algumas políticas de combate à pobreza. Em relação ao segundo fator, são políticas públicas cujo modelo de formulação inclui as mulheres apenas como beneficiárias, ou pode ser um modelo no qual as mulheres são além de beneficiárias, formuladoras e executoras, ou seja, assumem um papel de sujeito no processo de formulação e implementação das políticas. Em relação ao terceiro fator, trata-

---

<sup>17</sup> Nas palavras de Celina Souza, o termo política pública pode ser resumido como “[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real.” (SOUZA, 2002, p. 5).

se de políticas que incorporando a questão de gênero podem, por um lado, estar explicitamente comprometidas com a redução da desigualdade entre mulheres e homens e com o empoderamento das mulheres, ou podem ter propósitos conservadores sem qualquer compromisso em se opor à assimetria de poder, como, por exemplo, as políticas implantadas no Governo Vargas (BESSE, 1999), o que tem desencadeado a crítica à “funcionalização das mulheres pelo Estado” (ALVAREZ, 2004, p. 103-111) (NASCIMENTO, 2016, p. 319).

Assim sendo, na fala de Nascimento, o primeiro fator evidenciado como Política Pública de Gênero corresponde ao trabalho voltado diretamente às mulheres, no sentido de criar condições econômicas e sociais de crescimento, enquanto sujeito de direitos. Aqui, as Políticas Públicas podem ser percebidas no combate à pobreza, fruto da dominação masculina que manteve por muito tempo as mulheres em trabalhos não remunerados.

O outro fator mencionado, volta-se à construção social das mulheres como sujeitos, para incluí-las na formulação e implementação de Políticas Públicas. Essa inserção produz uma sensação de pertencimento à sociedade e, com isso, as questões de Gênero passam a ser incorporadas em suas agendas.

Por último, e não menos importante, a mesma autora revela que é preciso, também, de Políticas Públicas concentradas nas questões de Gênero para reduzir as desigualdades entre homens e mulheres, buscando o empoderamento feminino para desconstruir as práticas de opressão e de discriminação.

Ademais, cabe ressaltar que a importância dessas Políticas Públicas é reforçada pelo compromisso universal, criado em 2015, em que a Assembleia Geral das Nações Unidas adota a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável<sup>18</sup>, com o

---

<sup>18</sup> Veja-se o objetivo 5 e seus subitens: “Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte.

5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas pública e privada, incluindo o tráfico e a exploração sexual e de outros tipos.

5.3 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados, e de crianças, e mutilações genitais femininas.

5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais.

5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.

5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão.

5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso à propriedade e ao controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços

propósito de construir um mundo em que mulheres e homens, assim como os setores públicos e privados, trabalhem em conjunto para eliminar as desigualdades de Gênero (ONUBR, 2015).

Segundo informações contidas no sítio eletrônico das Nações Unidas no Brasil - ONUBR, o objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 é alcançar a igualdade de Gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. A implementação das metas contidas nesta OSD 5 representa conquistas, mas também representa desafios para vencer os obstáculos quanto à eficácia plena dos direitos das mulheres e das meninas. (ONUBR, 2015).

O alcance dos objetivos ali traçados depende, em grande parte, do Poder Público, que precisa monitorar a aplicação das políticas públicas nesse sentido, para aprimorar a qualidade dos serviços e equipamentos públicos já existentes. Outrossim, necessita também promover outros meios para combater as desigualdades de Gênero, dentro de cada realidade social apresentada.

Ainda, como instrumento normativo internacional de combate à discriminação contra as mulheres, cita-se a Convenção do ano de 1979, sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. Neste documento, a expressão discriminação significa:

[...] toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo (PIOVESAN, 2017, p. 593).

Os Estados que assinaram a referida Convenção – e aqui se inclui o Brasil – comprometem-se a combater qualquer forma de discriminação, portanto, reforçam a responsabilidade em adotar Políticas Públicas de Gênero que democratizem os espaços públicos e privados<sup>19</sup>.

---

financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.

5.b Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular, as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres.

5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis. (ONUBR, 2015). Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods5/>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

<sup>19</sup> Segundo Celina Souza, “Apesar da aceitação de várias teses do ‘novo gerencialismo público’ e da experimentação de delegação de poder para grupos sociais comunitários, os governos continuam tomando decisões sobre situações-problema e desenhando políticas para enfrentá-las, mesmo que delegando parte de seu poder para outras instâncias não governamentais.

A partir da criação de instrumentos legais e internacionais que obrigam nações a reconhecer uma história de inferiorização, de violência e de discriminação contra as mulheres, as questões de Gênero passam a fazer parte de uma agenda política, e isso auxilia na desconstrução do modelo patriarcal para uma sociedade mais equitativa.

Dentre as dificuldades para vencer os obstáculos da desigualdade de Gênero, podemos citar o acesso ao trabalho remunerado, visto que, indiscutivelmente, houve, e ainda há, esforços para manter as mulheres no ambiente doméstico, como aponta Bourdieu:

[...] dos fatores institucionais da reprodução da divisão dos gêneros, teríamos que levar em conta o papel do Estado, que vejo ratificar e reforçar as prescrições e as proscricções do patriarcado privado com as do patriarcado público, inscrito em todas as instituições encarregadas de gerir e regulamentar a existência quotidiana da unidade doméstica (BOURDIEU, 2017, p. 122).

O referido autor comenta que houve avanços para a inserção feminina no mercado de trabalho, haja vista mudanças sociais ligadas à educação formal, cuja contribuição é sentida pelo número de mulheres que conseguem se formar nas escolas e universidades, conseqüentemente, passam a ter independência econômica (BOURDIEU, 2017, p. 125).

Porém, mesmo com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, ainda não se alcançou a isonomia de tratamento, porque permanece a divisão sexual do trabalho, perpetuando assim, o modelo dominante. Além disso, é prática social o pagamento de salários mais baixos às mulheres em relação aos homens, mesmo com a dupla jornada, que é algo intrínseco à natureza feminina (BOURDIEU, 2017, p. 125).

O autor acrescenta ainda que:

[...] embora seja verdade que encontramos mulheres em todos os níveis do espaço social, suas oportunidades de acesso (seus índices de

---

Das diversas definições e modelos sobre políticas públicas, podemos extrair e sintetizar seus elementos principais:

- A política pública distingue entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.
- A política pública envolve vários níveis de governo e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.
- A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, ela implica também implementação, execução e avaliação." (SOUZA, 2002, p.13-14).

representação) decrescem à medida que se atingem posições mais raras e mais elevadas (de modo que os índices real e potencial de feminilização e, sem dúvida, o melhor indício da posição e do valor ainda relativos das profissões). [...] a igualdade formal entre homens e mulheres tende a dissimular que, sendo as coisas em tudo iguais, as mulheres ocupam sempre as posições menos favorecidas (BOURDIEU, 2017, p. 128).

Nesse aspecto, portanto, não basta apenas a inserção das mulheres no mercado de trabalho, é mister que se construa um ambiente democrático, voltado a propiciar a verdadeira igualdade de Gênero. E isso só ocorrerá quando o Poder Público se comprometer a construir políticas públicas que tenham o condão de coibir a discriminação, bem como de incentivar o empoderamento feminino.

Até porque, as práticas sociais voltadas para a divisão sexual do trabalho estão enraizadas como cultura, como natural, o que exige mudanças sobre a forma como as mulheres são vistas e como elas se reconhecem. Assim, é imprescindível se salutar que haja investimento social para combater o preconceito de Gênero.

### **3 A INSERÇÃO FEMININA NAS CORPORAÇÕES MILITARES**

Neste capítulo, serão apresentados os aspectos históricos que conduziram as mulheres aos espaços públicos, principalmente aqueles ligados ao combate, com foco central na Polícia Militar de Santa Catarina, sem a pretensão de esgotar o tema. Ainda, serão objeto de análise as limitações legais relativas ao número de vagas destinadas às mulheres e, por derradeiro, abordar-se-á a caracterização da Polícia Militar de Santa Catarina como uma instituição predominantemente masculina.

#### **3.1 A POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA: ABORDAGEM HISTÓRICA**

No intento de encontrar documentos e literatura, a fim de abordar com mais clareza e fidelidade as questões que envolvem a criação e a estrutura da Polícia Militar de Santa Catarina, deparei-me com inúmeros entraves para obter obras específicas, contendo dados históricos sobre a referida Instituição, diferentemente do que pude observar em alguns outros Estados.

Até porque, aqui, há escassez de bibliografias específicas que coadunem com os objetivos da presente pesquisa, todavia, as que existem trazem fatos relevantes para explicar o porquê, em pleno século 21, a Polícia Militar de Santa Catarina ainda é um ambiente predominantemente masculino.

Poucas obras são citadas nesta parte da pesquisa, contudo, vale ressaltar que todas são fidedignas para manter o rigor científico, cujo esforço aqui dispendido deve refletir em estímulos para novos estudos, com o intuito de se constituir em novo substrato na construção da identidade desta Organização, com repercussões diretas sobre seus integrantes, sobre sua imagem, bem como sobre as políticas institucionais, proporcionando, com isso, um ambiente capaz de agregar mulheres e homens em igualdade de direitos.

A abordagem histórica aqui tratada será limitada à construção da Instituição Militar Catarinense, com o relato de alguns fatos importantes para o propósito da pesquisa, sem a pretensão de levantar todos os fatos históricos em que se observou a participação dessa Corporação, para me manter na direção traçada no início dos estudos.

É necessário estudar a história, inclusive a das instituições, como é o caso da Polícia Militar, não para resgatar o passado como forma de manutenção do modelo

tradicional, mas para vislumbrar a empatia pelo presente, para que novos valores e experiências sejam implantados nesses espaços públicos.

Dessa forma, acerca do aludido, traz-se a ideia defendida por Karen Worcman ao afirmar que:

A memória institucional não deve ser pensada apenas como resgate do passado, mas como marco referencial do qual as pessoas redescobrem valores e experiências, reforçam vínculos presentes, criam empatia com a trajetória da organização e podem refletir sobre as expectativas dos planos futuros. (WORCMAN, 2004, p. 23)

A autora supracitada traz uma contribuição para os tempos atuais, haja vista que nos últimos tempos muitos se voltam a desejar o passado como forma de resolver seus problemas, mas os fatos ocorridos devem ser lembrados como marco referencial, no propósito de reconhecer o presente para redescobrir novos valores e experiências, sendo uma delas a igualdade de Gênero.

Assim, as primeiras informações sobre a Polícia Militar de Santa Catarina encontram-se no seu site oficial, no qual informa se tratar de uma Instituição vinculada ao Governado do Estado de Santa Catarina, tendo como funções atuais prestar serviços públicos na área de Segurança Pública<sup>20</sup>, com jurisdição em todo o território catarinense. (Polícia Militar de Santa Catarina, 2018).

Essa Instituição foi criada por Feliciano Nunes Pires, então Presidente da Província de Santa Catarina, por intermédio da Lei Provincial nº 12, de 05 de maio de 1835. A “Força Policial”, denominação que lhe foi conferida na época, possuía a missão de atender desde incêndios até a prisão de infratores das posturas municipais (FERNANDES, 2013, p. 65).

---

#### <sup>20</sup> CAPÍTULO III DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

[...]

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

[...]

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 7º A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela Segurança Pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

Na ocasião, o primeiro o efetivo era composto por cinquenta e dois homens, que recebiam remuneração pela atividade e gozavam do privilégio de não poderem ser recolhidos à prisão comum. Esses homens contratados temporariamente para o policiamento não recebiam ajuda de custo para a aquisição do fardamento, de armamento e das munições. Os membros da Cavalaria Militar compravam seus cavalos e se responsabilizavam por toda a manutenção que era exigida para os cuidados com a saúde, bem como com a higiene desses animais (BASTOS JÚNIOR, 2006, p. 16).

A partir da aprovação da Lei Federal nº 31, de maio de 1836, passou-se a regular a missão dos componentes da Força Policial, dentre as quais, pautava-se em executar a ordem do Presidente da Província e das autoridades policiais (BASTOS JÚNIOR, 2006, p. 18).

Um dado curioso desse regulamento pairava sobre a disponibilidade dos homens para o trabalho, ou seja, se um deles adoecesse, teria que se tratar à sua própria custa, contudo, para continuar a receber metade do soldo, tinha obrigação de conseguir outro colega para lhe substituir durante o afastamento, exceto se o ferimento ou o acidente ocorresse em razão do serviço. Caso a moléstia se prolongasse por mais de sessenta dias ou por doença crônica, seria excluído do agrupamento militar, sem qualquer auxílio por parte do Estado (BASTOS JÚNIOR, 2006, p. 19).

Mesmo com a atividade regulamentada naquele momento da história, há clara intenção do Estado em não investir no fator humano, quando se trata de seus soldados, pelo contrário, a mão de obra ali utilizada era descartável, pois em caso de inviabilidade de continuar o trabalho militar por uma invalidez, os homens eram substituídos como se fossem peças de uma máquina, de uma engrenagem.

Outra situação que chama a atenção, diz respeito ao fato de que alguns presidentes da província de Desterro, por volta de 1876, manifestaram interesse em extinguir a Força Policial, alegando onerosidade aos cofres públicos. Mas, com o crescimento da província de Desterro, abandonou-se a ideia de extinção e houve o aumento do efetivo, inclusive, demandando policiamento para as outras regiões do Estado (BASTOS JÚNIOR, 2006, p. 28).

Durante o Período Imperial, em meio à Guerra dos Farrapos e à Guerra do Paraguai, o Estado de Santa Catarina também foi atingido, exigindo que a Força Policial atuasse em conjunto com o Exército Brasileiro (EB), quer seja repelindo as

agressões externas, quer seja para defender a unidade pátria. Assim sendo, além da preocupação com a segurança pública, a Força Policial passou a atuar também no campo da defesa interna e segurança nacional (Polícia Militar de Santa Catarina, 2018).

Em 10 de Janeiro de 1934, em novo acordo entre a União e o Estado de Santa Catarina, eleva a Força Pública Catarinense à categoria de força auxiliar do Exército Brasileiro. Nesse mesmo ano, a Constituição Federal também passa a considerar as Forças Públicas como sendo Auxiliares do Exército, conferindo-lhe assim, “status” constitucional (Polícia Militar de Santa Catarina, 2018).

Ainda, em 1946, a Constituição Federal, então vigente, altera a denominação para Polícia Militar, o que vigora até hoje, descrevendo como missão a segurança interna e a manutenção da ordem, e ainda prevê que a competência para legislar sobre a organização, a instrução, a justiça e as garantias das instituições militares estaduais seja da União (BRASIL, 1946).

Por volta da década de 50, iniciou-se o treinamento de membros da Polícia Militar Brasileira, em conjunto com as instituições norte-americanas, tendo por finalidade combater a suposta “doutrina comunista”, devido à divisão entre países capitalistas e socialistas iniciada com a Guerra Fria. Nesse período, o caráter militar é reforçado, com práticas como contraguerrilha e contraespionagem, cuja manutenção dessa prática militar alcança os dias atuais (FERNANDES, 2013, p.85).

Santa Catarina, como todo território nacional, na década de 1960, após a Segunda Guerra Mundial, buscou aprimorar seu processo de seleção quanto à aptidão física, o que fez por meio da adoção do modelo dos Estados Unidos para recrutar os policiais militares, conhecidos até hoje como Testes de Aptidão Física (TAF), cujo padrão de treinamento foi alterado em 1973, em Santa Catarina (FERNANDES, 2013, p. 86-93).

Nesse período, o Estado volta-se ao aprimoramento gradual da forma de contratação dos policiais militares, pelo recrutamento de soldados mais preparados para a atividade belicosa, tal qual a que existe no Exército.

Durante a Constituição Federal de 1967, o poder da União sobre a Polícia Militar foi aumentado ainda mais, o controle do efetivo agora é do referido Ente, criando a Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM). Na última, e então vigente Constituição Federal, (CRFB 1988), há a previsão de que a competência para

organizar as Polícias Militares passa-se aos Estados da Federação, mas ainda continuam integrantes da Força Reserva do Exército (MELO, 2013, p. 14).

Por todo o contexto histórico e cultural que envolve a PMSC, a presença das mulheres só foi possível em 01 de julho de 1993, quando foi criado o Pelotão de Polícia Militar Feminina, cuja formação inicial foi com 5 alunas no curso de formação de oficiais e 30 para formação de sargentos; os cursos exigiam o ensino médio completo, além dos testes físicos e psicológicos (FERNANDES, 2013, p. 95).

Atualmente, após a edição da Lei Complementar nº 454, de 5 de agosto de 2009, exige-se para o ingresso na Polícia Militar de Santa Catarina a formação superior, tanto para soldados quanto para oficiais, com o intuito de aperfeiçoar a prestação de serviços à Comunidade e ao próprio Estado (FERNANDES, 2013, p.104).

Portanto, em resumo, pode-se verificar mudanças ocorridas na formação e missão da Polícia Militar durante esses anos. As primeiras formações eram constituídas por poucos homens, com ínfimos recursos financeiros e de forma temporária.

Ao passo que a necessidade de controle social crescia, o Estado reestruturava a Corporação Militar para melhor atender seus desígnios, inclusive, o treinamento destes, a partir de modelos estrangeiros, com a finalidade de evitar movimentos contrários aos regimes políticos, principalmente aqueles impostos pela sociedade.

Ainda, na história da Polícia Militar de Santa Catarina, em 1983, o ingresso feminino passou a fazer parte da realidade dessa Instituição. Os obstáculos e os desafios para a inserção e a permanência das mulheres nesse lugar serão objeto de análise neste terceiro capítulo.

Desse modo, desde a criação da Polícia Militar de Santa Catarina, em 1835, a história revela a ausência de mulheres nos quadros da Corporação por mais de um século, reforçando assim, o quanto a cultura patriarcal foi naturalizada nesse lugar, não só pelos integrantes da Corporação Militar, mas também pelo próprio Poder Público.

### 3.2 INGRESSO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO E NAS POLÍCIAS MILITARES

Para que esta pesquisa atinja os objetivos traçados para caracterizar a Polícia Militar de Santa Catarina como uma instituição masculina, onde as mulheres foram inseridas, mas ainda não usufruem da Igualdade de Gênero, faz-se relevante, inicialmente, traçar um contexto histórico, a fim de compreender os motivos que contribuíram para elas conseguirem o acesso ao mercado de trabalho.

Pode-se afirmar que essa incorporação das mulheres ao mercado de trabalho foi historicamente secundária, isso porque um dos motivos que as levaram a sair do espaço doméstico e ir para o espaço público, foi o deslocamento de um grande contingente de homens para a frente de combate, durante a Segunda Guerra Mundial (ALMEIDA; DE JESUS, 2016, p. 5).

Com a escassez de mão de obra masculina, as indústrias passaram a recrutar mulheres para as suas fábricas, o que contribuiu para a ampliação da renda familiar e o aquecimento da economia durante a guerra. Apesar da inserção no espaço público, recebiam tratamento discriminatório, quais sejam: o recebimento de salários mais baixos do que o dos homens - mesmo desempenhando a mesma atividade - além da imposição de jornadas de trabalho mais longas (OLIVEIRA, 2016, p.10).

Nas palavras de Andreza S. C. Maynard, no período do conflito, essas mulheres:

[...] se tornam operárias e vão para as fábricas, guiam automóveis, aprendem a lavrar os campos, a operar as máquinas, a consertá-las e montá-las. Muitos serviços foram mantidos graças ao trabalho feminino, que assumiu funções desempenhadas anteriormente pelos homens. E a despeito de novos ofícios como a assistente social e a correspondente ou a artista de guerra, antigas ocupações continuaram a exigir a presença feminina no escritório, na enfermaria e no bordel (QUÉTEL, 2009 apud MAYNARD, 2010, p. 282-283).

Maynard ao citar acima a obra Quéтел, intitulada de “As mulheres na Guerra”, revela como foi maciça a campanha para que as mulheres desempenhassem funções anteriormente realizadas pelos homens, já que se encontravam nos campos de batalha e a economia não podia aguardar o fim da guerra para movimentar-se. Assim, a presença feminina passa a ser necessária nesse espaço público.

Na mesma obra supracitada, constata-se que, além desses novos papéis sociais, surgidos da necessidade do mercado e do governo, tendo em vista a escassez de mão de obra masculina, essas mulheres ainda deveriam continuar

desempenhando as funções já incorporadas pela cultura da época, tais como: o trabalho doméstico, de secretárias, de enfermeiras e de prostitutas nos bordéis.

Em relação às atividades de combate, na Segunda Guerra Mundial, muitos países recrutaram compulsoriamente mulheres, a exemplo da Alemanha, cujo recrutamento era obrigatório para ambos os sexos, assim como o uso de uniforme e a submissão à autoridade militar, porém, os serviços prestados pelas mulheres eram rotulados de civis, pelo fato de o seu sexo biológico representar inferioridade (SEGAL, 1995, p.20).

No Reino Unido, as mulheres se alistavam voluntariamente e foram “incorporadas indistintamente no serviço civil e militar”, mesmo alistadas como militares, eram distinguidas como não-combatentes, e isso podia ser constatado com a proibição de disparo de armas antiaéreas, função essa, exclusiva para os homens. (SEGAL, 1995, p.20)

Ao final da Segunda Guerra Mundial, com o retorno dos homens aos seus países para ocupar seus “lugares de direito”, a mão de obra feminina já não era tão necessária, o que levou os governos a campanhas que incentivavam as mulheres a retornarem aos seus “lugares de origem”, ou seja, a volta para a vida doméstica, demonstrando-se assim, o papel social secundário que lhes era atribuído (ALMEIDA; DE JESUS, 2016, p. 5).

Portanto, como era antes da guerra, a presença masculina volta a predominar no mercado de trabalho, e as muitas mulheres, principalmente as casadas, retornam para as atividades domésticas. Nos Estados Unidos, a política pós-guerra contribuiu para “nutrir um ideal de família que enfatizava a mulher nos papéis de esposa, de mãe e dona de casa” (THÉBAUD, 1995 apud ALMEIDA; DE JESUS, 2016).

No Brasil, o processo de incorporação das mulheres no mercado de trabalho pode ser compreendido com maior potencial a partir do século XIX, enquanto reflexo do processo de industrialização que o País passou. Desse fato, denota-se que a força de trabalho feminino era concentrada nas indústrias de fiação e de tecelagem. Por outro lado, os homens ocupavam postos de trabalho na metalurgia, na área de calçados e de mobiliário, atividades essas, com cargas simbólicas de poder (CARLOTO, 2002, p. 3 apud OLIVEIRA, 2016, p. 185).

Outro ponto abordado por Oliveira (2016, p. 186), entre os anos de 1920 e 1940 está relacionado às jornadas exaustivas que essas trabalhadoras foram

obrigadas a cumprir, de “10, 12 ou até 14 horas por dia”, muitas delas exerciam suas funções em suas residências, o que representava um ótimo negócio ao empregador.

Por volta da década de 60, à medida que as fábricas se industrializavam, as mulheres passaram a ser expulsas desse espaço para dar lugar a mão de obra masculina. Todavia, aquelas que eram mantidas, recebiam salário menores do que o dos homens, além disso, eram constantemente intimidadas, sofriam desqualificação intelectual e até mesmo assédio sexual, o que representava uma luta constante para permanecerem em um espaço naturalmente masculino (RAGO, 2000, p. 581-582).

É importante destacar que durante o período da Ditadura Militar, embora em um contexto de repressão, muitas mulheres constituíram grupos de estudo e de reflexão, os quais discutiam temas relacionados à questão política, à situação das mulheres, à discriminação, à condição de inferioridade, bem como questões ligadas à sexualidade e à violência. Esses movimentos feministas propunham um novo modelo comportamental, a fim de modificar sua própria realidade e seu modo de vida (NICHNIG, 2013, p. 33).

Entre 1970 e 2007, as áreas de concentração da mão de obra feminina estavam nas atividades de prestação de serviços, como professoras, enfermeiras, secretárias, recepcionistas; ao passo que os homens concentravam-se na indústria, no comércio de mercadorias e na agropecuária. Logo, continuava inferior o padrão de ocupação das mulheres. (OLIVEIRA, 2016, p. 194).

Ainda, sobre os dados coletados por Oliveira (2016, p. 201), nos dias atuais, mesmo que as mulheres correspondam a mais da metade da população brasileira (IBGE, 2013) e sejam participantes do mercado de trabalho, com índices percentuais elevados, mesmo assim se encontram em uma posição hierárquica inferior, diferentemente dos homens, revelando a perpetuação das desigualdades de Gênero nas relações de trabalho.<sup>21</sup>

Embora no Século XXI as mulheres se encontrem inseridas no mercado de trabalho, permanece a discriminação em razão de Gênero, como jornada duplicada, onde elas se dividem entre o espaço público e as tarefas domésticas, o recebimento de salários mais baixos do que o dos trabalhadores homens, até mesmo a

---

<sup>21</sup> Conforme dados do IBGE, “no período de 2007 a 2014, o rendimento médio mensal real do trabalho mostrou tendência de crescimento, que foi mais acentuada a partir de 2011, mas perdeu força em 2014. O nível do rendimento de trabalho dos homens manteve-se nitidamente mais elevado que o nível de trabalho das mulheres. Em 2014, o rendimento médio de trabalho das mulheres representava 74,6% daquele auferido pelos homens”.

maternidade gera um obstáculo para a igualdade de direitos nesse sistema capitalista de produção, cuja divisão sexual do trabalho e as diferenças de Gênero seguem valorizando o trabalho masculino (OLIVEIRA, 2016, p.197-198).

Quando se trata de postos de trabalhos considerados naturalmente masculinos, o ingresso de mulheres fica ainda mais restrito, mas se pode afirmar que as lutas do passado por igualdade de Gênero trouxeram novos desafios, como a inserção feminina nas instituições militares, tanto nas Forças Armadas como nas forças auxiliares, como é o caso das Polícias Militares Estaduais.

A presença delas nesses espaços ainda é algo que precisa ser materializado efetivamente, à luz do Princípio da Igualdade<sup>22</sup>, previsto na Constituição de República Federativa do Brasil de 1988, cujo teor de seu artigo 5º, *caput*<sup>23</sup> declara que no Brasil, todos são iguais perante a lei, o que garante a mulheres e homens direitos e deveres iguais (BRASIL, 1988).

Acrescente-se a isso, o artigo 7º, inciso XXX<sup>24</sup> da Constituição que estabelece a proibição de discriminação salarial, de funções e critérios de admissão com base no sexo, idade, cor ou estado civil. No serviço público, o critério salarial é previsto em lei e vinculado aos cargos exercidos, o que representa maior isonomia do que na atividade privada, na qual prevalece a liberdade econômica (BRASIL, 1988).

A inserção foi permitida, mas os critérios de admissão com base no sexo, ainda estão presentes em editais de concurso públicos, o que revela a dificuldade dos homens e do próprio Estado (comandado por homens), em compreender que as mulheres podem ocupar qualquer espaço público, principalmente, aqueles historicamente masculinos.

---

<sup>22</sup> Segundo Warat (1992, p. 39-40) Desde a Revolução Industrial começa-se a falar de igualdade de todos os cidadãos. Esta igualdade determina a submissão de todos frente à lei. Todos têm direito a que a lei não lhes seja aplicada arbitrariamente. [...] Tratar os homens ignorando a diferença de seus desejos é ignorá-los e submetê-los a certos desejos institucionalmente triunfantes, [...]. Ignorar que os outros são diferentes é aniquilá-los como seres com existência autônoma.

<sup>23</sup> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

[...]

<sup>24</sup> Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:[...]

XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

[...]

Desta feita, para se tornar efetiva a participação feminina nas Polícias Militares espalhadas por todo o território brasileiro, é preciso que haja discussão sobre Gênero e Dominação Masculina, para combater as barreiras sociais que impedem, não só a inserção nesse ambiente de trabalho, mas também como este impacta na vida dessas mulheres após sua inclusão.

Uma forma de colocar luz sobre a questão que envolve o ingresso das mulheres nas Polícias Militares é tratar dos aspectos históricos e sociais que obrigaram o Estado a permitir esse acesso, em razão de que, a presente pesquisa adota a categoria Gênero como construção cultural e, portanto, algo dinâmico, que passa por alterações conforme o tempo, o lugar e as necessidades.

Como já mencionado, existem espaços públicos ainda dominados por homens, onde as mulheres por muito tempo foram impedidas de entrar, como é o caso das Polícias Militares Estaduais, espalhadas por todo o território brasileiro. Nesse contexto de negação de direitos à igualdade, baseado na discriminação pela divisão sexual, nasceu a necessidade de melhorar a imagem da Corporação frente à sociedade, após a passagem do Estado totalitário para o democrático.

Soares e Musumeci (2005. p. 16), afirmam que a entrada de mulheres nas Forças Policiais Estaduais teve origem com as “motivações internas pelas próprias Polícias Militares e/ou pelos respectivos governos estaduais, antes que pelos pedidos diretos da sociedade civil ou da chamada opinião pública”.

Nesse sentido, embora na década de 1950 o Estado de São Paulo já permitisse o ingresso feminino em seus quartéis, foi no início dos anos 80 o marco para que a inserção feminina nas Polícias Militares, pois a partir do processo de redemocratização do Brasil, era preciso uma polícia menos violenta, que não trouxesse consigo as memórias de uma instituição repressora, que lutava ao lado do Estado “contra” a sociedade civil. Agora, era necessário modificar o padrão instituído por meio da força física para o uso do diálogo (FEITOSA, 2010, p. 20).

A ideia de que a participação das mulheres nos batalhões da Polícia Militar representava a “humanização” da Corporação é identificada a partir da leitura de um fragmento do discurso proferido pelo então Governador do Rio de Janeiro, Chagas Freitas, no dia da formatura da primeira turma de soldados femininas da Polícia Militar Estadual do Rio de Janeiro:

Poucos Estados têm o seu corpo feminino na Polícia Militar (PM). Nós estamos no primeiro escalão dos que tiveram essa iniciativa. / Com a participação feminina em seus quadros, a PM segue a modernização desejada. É a mulher participando de uma atividade social e comunitária da maior importância: a Segurança Pública. / Onde chegar a mão feminina, chegarão também o carinho e a ternura, devolvendo a esperança à população. Vão resolver muitas situações; vão causar alegria. / Ainda há pouco, um jornalista me perguntava se eu acho que mudou a imagem da PM no meu governo. Eu disse que não mudou. A imagem da PM nunca deixou de ser magnífica diante da população. A cidade é que mudou. As condições mudaram. A PM continua sempre a mesma, sempre digna, sempre cumpridora de seus deveres, sempre esforçada, sempre servindo de exemplo. (DISCURSO, 1982).

Com a referida fala, verifica-se que o Governador Chagas Freitas, embora ao final negue a tentativa de mudar a imagem da Instituição Militar, fica evidente que a inclusão feminina não tinha relação com igualdade de Gênero; pelo contrário, ao longo de seu discurso, exalta as “características femininas” como a capacidade para doar carinho, ternura e esperança à população, por meio do seu trabalho na área da Segurança Pública.

Esses atributos, mencionados no discurso proferido em 1982, ecoam ainda nos dias atuais, porém agora, para fundamentar os atos discriminatórios que podem ser sentidos pelo sistema de cotas, cujo papel social é ambíguo, porque de um lado, garante a inserção feminina com a previsão legal; mas por outro, mantém a distância da igualdade pelos percentuais previstos nas legislações estaduais e nos editais de concurso públicos.

A Polícia Militar do Rio de Janeiro somente admitiu a participação feminina em 1982, com a criação da Companhia de Polícia Feminina, cujo nascimento já impunha obstáculos à igualdade de tratamento, seja pela configuração de seu quadro hierárquico, que limitava a ascensão ao posto de capitã, mesmo com alta escolaridade, seja pelas restrições que as condicionavam a exercer apenas algumas funções identificadas como femininas, quais sejam: o policiamento no trânsito, o trato com mulheres e menores e em terminais marítimos, ferroviários, aeroviários e rodoviários (Discurso do Governador Chagas, 1982 *apud* ARAÚJO, 2017, p. 81).

O primeiro Estado da Federação a permitir o acesso feminino na Polícia Militar foi São Paulo, em 1955, seguido por outros, tais como: Paraná, em 1977; Amazonas, em 1980; Minas Gerais, em 1981; Pará, em 1982, e Santa Catarina, apenas em 1983. Todos esses Estados tinham em comum o propósito de inserir as mulheres em seus Pelotões de Polícia Militar para desempenharem, inicialmente,

atividades ligadas ao trato com crianças, idosos, trânsito, escolas e aeroportos. (CALAZANS, 2018. p. 17).

Sempre envolvidas com as funções para combate de delitos cometidos por menores infratores ou em situação de abandono, bem como em fatos onde mulheres cometiam delitos penais. Ao passar do tempo, essas mulheres policiais militares, receberam outras atribuições em atividades operacional e administrativa das corporações (CALAZANS, 2018. p. 17).

Apesar do mesmo treinamento realizado na academia, existem atividades policiais “proibidas” para as mulheres, por serem consideradas de grande risco à integridade física, cuja maior exigência está relacionada com a força bruta, atributo “masculino”.

Essa situação ganhou visibilidade nas redes sociais com o Edital do Concurso Público para a Polícia Militar do Estado do Paraná, no ano de 2018, o qual objetivava a contratação de Cadetes que preenchessem o requisito de “masculinidade”, como abaixo demonstra-se:

**Figura 1 Trecho retirado do Edital do Concurso Público da PMPR, em 2018**

C31	Masculinidade	Capacidade de o indivíduo em não se impressionar com cenas violentas, suportar vulgaridades, não emocionar-se facilmente, tampouco demonstrar interesse em histórias românticas e de amor.	>=Regular
-----	---------------	--	-----------

Fonte. Edital do Concurso Público da PMPR, 2018, antes da retificação.

No caso acima, o órgão da Polícia Militar do Paraná retificou o Edital, após a grande repercussão nas mídias sociais, e substituiu o termo “masculinidade” por “enfrentamento”, além de alterar a descrição para: “capacidade de o indivíduo em não se impressionar com cenas violentas, suportar vulgaridades e de não se emocionar facilmente”.

O fato ocorrido, infelizmente não é um caso isolado, apenas uma situação que se pode comprovar. Convém aqui lembrar, que outras discriminações ocorrem, mas de forma dissimuladas, como a de distribuição de funções subalternas para as mulheres ou a baixa representatividade prevista nos quartéis, devido a leis e editais de concursos públicos que inviabilizam o ingresso.

Diante do fato ocorrido no Estado do Paraná, as palavras de Acácia Maria Maduro Hagen traduzem com clareza que:

Estão associadas ao trabalho policial diversas representações sociais, entre as quais destaca-se a imagem de uma atividade fisicamente exigente e arriscada, em contato com situações de violência e com ambientes socialmente desvalorizados. Tal atividade seria adequada apenas aos indivíduos portadores de disposições que também se associam à representação da masculinidade hegemônica, como a disposição para a violência física, a coragem e até uma certa insensibilidade. (HAGEN, 2006, p. 2)

É interessante perceber como Hagen alinha-se com o pensamento de Pierre Bourdieu (2018, p.20), pois se trata exatamente dessa divisão entre masculino e feminino, ligada à diferenciação sexual, assim como em um amplo sistema de oposições como razão/emoção, alto/baixo, público/privado, força/fraqueza, que não só classifica, mas também gera interpretações hierarquizadas, que determinam a posição dos indivíduos dentro da sociedade.

A perpetuação da discriminação, em razão do sexo biológico para a inserção feminina nas Polícias Militares Estaduais, decorre da autonomia que cada Estado da Federação possui para tratar sobre esse tema, cujo resultado visivelmente é a reserva para o público masculino, pois o meio jurídico ainda predominante visa garantir o ingresso feminino em um sistema de cotas mínimas.

O Estado de Santa Catarina é um dos que mantém o sistema de cotas, cujo percentual até a aprovação da Lei Complementar nº 704, de 19 de setembro de 2017, era de, no máximo, 6% para mulheres. Atualmente, passou para o mínimo de 10%, mas desde a alteração legal, há a insistência, por parte do grupo dominante, em manter no menor percentual permitido, como se pode observar pelo Edital de 2017:

**Figura 2 Trecho retirado do Edital de Concurso Público nº 091/CESIEP/2017 para Admissão no**

## Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar (QOPM).

### 5. DAS VAGAS

5.1. Com base na Lei Complementar nº 623, de 20 de dezembro de 2013, e no artigo 5º da Lei Complementar nº 587, de 14 de janeiro de 2013, este Edital de Concurso Público oferecerá **70 (setenta)** vagas para o Quadro de Oficiais da Polícia Militar.

5.2. Está destinado o máximo de 6% das vagas previstas no subitem 5.1 para candidatos do sexo feminino, arredondando para mais, conforme previsto na Lei Complementar nº 587/13 (Dispõe sobre o Ingresso nas carreiras da PMSC).

---

5.3. Este Edital oferece 65 (sessenta e cinco) vagas para candidatos do sexo masculino e 05 (cinco) vagas para candidatos do sexo feminino.

**Fonte. Edital de Concurso Público nº 091/CESIEP/2017, 2018.**

Para esse concurso público, foram disponibilizadas 70 vagas para preenchimento de Oficiais da PMSC, contudo, apenas 5 delas foram destinadas às mulheres, nos moldes estabelecidos pela lei anterior, ou seja, oferecido o percentual mínimo de 6%. Dessa forma, o acesso restrito por meio de editais de concurso público com percentuais baixos para inserção das mulheres implica sub-representação feminina.

O problema acima, enfrentado pelas mulheres, foi pauta para a entrevista ao Movimento Empresarial pelo Desenvolvimento Econômico da Mulher, concedida por Samira Bueno, diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que destacou como um dos obstáculos ainda existentes para a inserção feminina na Polícia Militar as legislações estaduais limitadoras:

**MM360: Quais são os maiores desafios para a entrada dessas mulheres nas organizações policiais?**

**Samira:** Muitos Estados ainda possuem legislações que limitam o ingresso de mulheres nas organizações policiais [sic]. [...] as legislações locais criam e garantem a manutenção dessas excecências nos editais para ingresso nas corporações policiais, ainda que absolutamente questionáveis do ponto de vista legal. (Entrevista com Samira Bueno, 2017).

Para Samira, o Estado é efetivo contribuinte no que concerne à perpetuação da discriminação contra as mulheres, quando mantém um sistema limitador para acesso aos Pelotões das Polícias Militares, com base em atributos considerados “femininos”, como a fraqueza física e psicológica para enfrentar a rotina do policial, conforme restou cristalinos no Edital da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Em outra entrevista, agora com Soares e Musumeci, autoras da obra *Mulheres policiais*, de 2005, revelam o real motivo para a inserção das mulheres na Polícia Militar:

**O livro mostra que a abertura dos quadros da Polícia Militar às mulheres teve por objetivo melhorar a imagem da Instituição. Houve planejamento? Passados mais de 20 anos, qual o resultado dessa aposta? Deu certo? Por quê?**

Melhorar a imagem das PMs foi um dos objetivos, não o único e não necessariamente o mais importante. O problema foi justamente a ausência de planejamento nesse processo. No Rio de Janeiro, pode-se dizer que prevaleceu o princípio do ensaio-e-erro. E mesmo assim, não foram criados mecanismos de avaliação ou canais formais de expressão das demandas e desafios enfrentados pelas mulheres. A consequência [sic] disso é que hoje, passados esses 20 anos, nota-se um sub-aproveitamento [sic] do potencial representado pelo contingente feminino. No que diz respeito à PM, o tema “gênero” continua inexistente, dentro e fora dos muros dos quartéis: não se expressa nas estruturas organizacionais e tampouco encontra eco na agenda dos movimentos sociais. (Entrevista com SOARES; MUSUMECI, 2005).

Nessa perspectiva abordada pelas autoras Soares e Musumeci, a intenção estatal quando da primeira inserção feminina na Polícia Militar encontrava-se apenas no melhoramento desse órgão, frente à sociedade, sem qualquer cuidado com o planejamento no processo de inserção, tanto que ainda nos dias atuais, não existe a igualdade formal e material; pelo contrário, é notória a presença majoritária de homens e a consequente discriminação sofrida pelas mulheres militares, dentro e fora dos quartéis.

Para Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, a primeira, e até hoje única mulher nomeada Ministra do Superior Tribunal Militar (STM), a legislação sobre cotas para ingresso feminino na Polícia Militar significa que:

Em pleno século XXI, a simples existência de uma lei como essa demonstra o quão longe se está de atingir a tão almejada isonomia entre os sexos. Segundo legislação anterior, havia distinção de quadros femininos e masculinos. O quadro feminino sempre foi menor e não autorizava que as mulheres alcançassem os mesmos postos que os homens sob o argumento de as atribuições serem diferentes. A Lei nº 9.713/98 veio para unificar os quadros e, em tese, acabar com esse tratamento restritivo, contudo, fez justamente o oposto, estabelecendo às claras uma política discriminatória contra a mulher ao limitar o número de policiais do sexo feminino a apenas 10% do efetivo. Seria de se pensar, por consequência, que um dispositivo legal, tão absurdamente contrário às políticas afirmativas e ao próprio texto constitucional, fora, de pronto, questionado perante o Supremo Tribunal Federal. Porém, tal não ocorreu, mesmo passados 20 anos da promulgação da norma, a revelar a invisibilidade jurídica que ainda permeia as violações aos direitos das mulheres. (Entrevista com Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, 2018).

Diante das palavras da Ministra, pode-se afirmar que, a primeira conquista alcançada decorre da permissão do acesso das mulheres às Polícias Militares, contudo, o caminho para a igualdade de direitos se restringe frente aos mecanismos tradicionais e machistas, criados para barrar, de forma legal e cultural, a participação efetiva das mulheres nos quartéis militares.

Nessa conjuntura atual, os obstáculos e desafios começam com a igualdade de Gênero e a ruptura de estereótipos que inferiorizam as mulheres e supervalorizam os homens, pelo discurso da força bruta como atributo necessário para a Instituição Militar Estadual. Do mesmo modo, a prática nos quartéis da imagem das mulheres como profissionais dóceis, amáveis e amorosas, voltadas às atividades “femininas”.

Enquanto a forma padrão de acesso das mulheres aos quartéis das Polícias Militares for o sistema de cotas com percentuais baixos, o Poder Público será ineficiente no propósito constitucional de alcançar a igualdade material de Gênero, uma vez que o número de mulheres militares é desarrazoadamente inferior ao número de homens militares, perpetuando assim, a sub-representação delas nesse espaço.

### 3.3 A INSERÇÃO DAS MULHERES NA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA

Como visto anteriormente, a PMSC passou por muitas transformações ao longo de seus 183 anos de história, porém, uma das mudanças para a Políticas Públicas de Gênero está ligada à inserção feminina nessa Instituição, uma vez que, trata-se de ambiente simbólico de masculinidade.

A primeira instituição militar a permitir o acesso de mulheres foi a Polícia Militar de São Paulo, na década de 1950, por meio do Decreto Lei n. 24.548, denominado “Corpo de Policiamento Feminino”. A iniciativa partiu de um grupo de assistentes sociais que visualizou a dificuldade da Polícia em atender certos casos que envolviam crianças, idosos e mulheres. (MELO, 2013, p. 23).

Em Santa Catarina, a criação do Pelotão de Polícia Feminina da Polícia Militar ocorreu a partir da Lei nº. 6.209 de 1983, de iniciativa do ex-Deputado Estadual Álvaro Correia, com a colaboração do ex-Comandante Geral de Polícia Militar, Coronel Sidney Carlos Pacheco, cujo trabalho foi recompensado com sanção do então

Governador em exercício, Henrique Helion Velho de Córdova. (SANTA CATARINA, 1983).

Ainda que seja uma conquista a permissão da inserção feminina em 1983, a denominação dada ao Pelotão criado para receber as primeiras militares, demonstra a dificuldade em compreender como lidar com essas mulheres em um ambiente masculinizado. Para isso, cria-se um espaço individualizado, no qual as candidatas aprovadas no concurso deveriam exercer suas funções após formadas. (MELO, 2013, p. 26).

**Figura 3** Antiga sede da Polícia Militar Feminina, na Avenida Rubens de Arruda Ramos, 402 – Beira Mar Norte – Florianópolis – SC 1985, utilizada a partir da formatura das primeiras mulheres militares.



**Fonte:** Foto cedida pela Cel. CLAUDETE LEHMKUHL, Comandante do CEPM/Faculdade da PMSC, 2018

A dificuldade em receber as primeiras mulheres fica evidente na exposição dos motivos do Projeto de Lei nº005/83, feito pelo então Governador Henrique Córdova, ao aduzir que a exemplo da exitosa experiência com o acesso feminino em outras corporações militares, o Estado de Santa Catarina também passa a permitir mulheres em seus quartéis, contudo, inicialmente, “no policiamento ostensivo de trânsito e na orientação, proteção e informação ao público, em especial, menores, mulheres e anciãos em situação de abandono.” (SANTA CATARINA, 1983).

Portanto, depreende-se desse fato que, as mulheres militares naquele momento, apesar da autorização de ingresso à Corporação da Polícia Militar, foram recebidas com limitações expressas, pois suas funções estavam descritas neste Projeto de Lei que foi aprovado e transformado na Lei Estadual n. 6.209/1983.

Dentre as dificuldades vivenciadas, destaca-se a vestimenta, que se diferenciava da farda masculina, pois o cuidado em manter os estereótipos femininos impunham as mulheres o uso de saias, de sapatos com saltos baixos, de meias finas, com unhas feitas e pintadas com cores neutras; por outro lado, as obrigava a manter os cabelos bem curtos. (MELO, 2013, p.34-35).

Vale enfatizar, que durante a passagem do inverno, o uso das saias permaneceu, e para amenizar a sensação de frio, o Comando adquiriu botas de cano longo até a metade da coxa, o que passou a fazer parte do uniforme feminino. Existia a proibição expressa do uso de calças para as policiais até 1998, após a unificação do quadro militar. (MELO, 2013, p. 35).

Segundo Melo (2013, p. 23), em 20 de junho de 1983, iniciou-se o Curso de Formação de Graduadas Femininas (CFGv-Fem), que posteriormente passou a ser denominado de Curso de Formação de Sargentos Feminino (CFS-Fem).

Ainda, em 1983, ingressaram na Academia de Polícia Militar de Santa Catarina, cinco alunas oficiais, em turma mista, o que só foi possível em razão da quantidade de vagas reservadas às mulheres, ou seja, poucas vagas, formando-se em 03 de maio de 1986, apenas três alunas.<sup>25</sup>

Com a capacitação realizada na Academia Militar, a atividade operacional da Polícia Militar Feminina deu-se em 20 de dezembro de 1983, com a efetivação do Pelotão da Polícia Militar Feminina, com vinte e nove Sargentos comandadas pelo Major PM, Carlos Alberto Santiago.

Apenas em 02 de setembro de 1984, teve início a primeira turma de Cabos, formando na ocasião 16 policiais femininas, em 07 de dezembro de 1984. Portanto, até essa data, não havia turma de soldados mulheres, o que só foi alterado em 06 de março de 1987, com a primeira turma de 18 alunas.

**Figura 4 Primeiras policiais femininas do Curso de Oficiais em visita ao Comando Geral da**

---

<sup>25</sup> As informações sobre o ingresso na PMSC foram cedidas pela Cel. Claudete Lehmkuhl, por meio do livro de registro da Corporação.

**Polícia Militar de Santa Catarina. Apresentação ao Comandante Geral – 1983.**

**Fonte: Acervo da PMSC, disponível no setor de relações públicas da PMSC, 2018**

Marcos Antônio de Melo (2013, p.27), comenta que no discurso do Coronel Sidney Pacheco que tendo em vista a mudança no comportamento da sociedade com o aumento de ocorrências envolvendo menores, mulheres e idosos, tornou necessária a contratação de mulheres para a Polícia Militar de Santa Catarina. Ainda, segundo o mesmo autor, há no discurso do referido Comandante o reforço da “imagem da mulher delicada, passiva, frágil e que melhor sabe cumprir as regras.

Mais uma vez, constata-se que a inclusão das mulheres na Polícia Militar foi tratada apenas como uma solução para as questões consideradas femininas, como o trato com idosos, com crianças, bem como com as mulheres, não para eliminar as desigualdades entre mulheres e homens no mercado de trabalho. Situação essa que se reflete até os dias atuais, pois ainda existe o mito de que as mulheres são naturalmente mais amorosas e sensíveis para tratar de assuntos envolvendo esses indivíduos.

Ademais, o ingresso dessas mulheres não significa o fim dos desafios, pois pela baixa representatividade a discriminação permanece ao longo da carreira, seja no que se refere aos postos de Comando, ainda dominados pelos militares masculinos, seja pela resistência em aceitar as colegas de farda em grupos especializados.

Na foto abaixo é possível mensurar a sub-representação feminina na Polícia Militar de Santa Catarina, seja por observar as autoridades que se apresentam na foto, atrás da Coronel Claudete Lehmkuhl, cujo público é formado por homens ou pelo fato de que apenas em 2017 foi possível que uma mulher assumisse o Centro de Ensino da PMSC.

**Figura 5** Foto retirada do site oficial da PMSC, no dia da transmissão de comando do Centro de Ensino da PMSC para a primeira mulher, Cel. Claudete Lehmkuhl em 2017.



Fonte: Acervo da PMSC, disponível no setor de relações públicas da PMSC, 2018.

O Estado de Santa Catarina mantém índices baixos de mulheres inseridas na PMSC. A limitação ao ingresso contribui para a permanência do sexismo, atribuindo aos homens lugares de poder e às mulheres, funções subalternas.

Para melhor compreender o quanto a PMSC é um espaço masculino, basta observar o quadro abaixo fornecido pela Ouvidoria da Corregedoria Geral da Polícia Militar, no qual consta um número ínfimo de mulheres policiais, se comparado ao número de homens.

**Quadro 1** Quadro atual da PMSC (2018)

Quadro	FEMININO	MASCULINO	Total geral
OFICIAIS	43	592	635
PRAÇAS	792	8.810	9.602
<b>Total geral</b>	<b>835</b>	<b>9.402</b>	<b>10.237</b>

Fonte: Ouvidoria da Corregedoria Geral da Polícia Militar, 2018

Diante dos dados apresentados, enquanto os baixos índices de mulheres forem realidade nos quartéis da Polícia Militar de Santa Catarina, o fato acima será natural aos olhos do grupo dominante, da sociedade patriarcal e do próprio Estado. Não basta incluir poucas mulheres aos quadros do efetivo militar, mister se faz dar condições de permanecer, de crescer na carreira e de conviver com os demais colegas em igualdade de tratamento.

Dessa forma, os primeiros passos foram dados, as mulheres ingressaram na Polícia Militar de Santa Catarina, mas somente algumas alcançaram postos de

Comando. Agora, imprescindível é que se eliminem as formas de discriminação explícitas, como a manutenção de percentuais baixos para os concursos, bem como as normas implícitas, que impedem o exercício de funções de destaque dentro da Instituição, mantendo-as em atividades consideradas subalternas, como por exemplo, as de secretárias e de telefonistas.

Neste momento, e determinada em cumprir o compromisso assumido no início da minha pesquisa, o próximo capítulo traz a análise das entrevistas realizadas com mulheres e homens militares, que trabalham ou trabalharam no Município de Florianópolis, entre 1983 e 2018.

## **4 DIFICULDADES E AVANÇOS DA PRESENÇA FEMININA NA POLÍCIA MILITAR SITUADA NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS**

Para alcançar os objetivos traçados no início dos estudos, optei por uma pesquisa de natureza qualitativa, pelo fato de melhor entender as emoções presentes no comportamento dos indivíduos abordados, a forma como interagem no espaço de trabalho, levando em conta sua identificação de Gênero, bem como as observações no trabalho de campo.

Boni e Quaresma (2005, p. 75), afirmam que este tipo de entrevista auxilia na investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes, uma vez que possibilitam dar significados para as suas atitudes e seus comportamentos. “As respostas espontâneas dos entrevistados e a maior liberdade que estes têm, podem fazer surgir questões inesperadas ao entrevistador, as quais serão de grande utilidade em sua pesquisa.”

Nessa etapa dos estudos, procederei à análise das narrativas das mulheres e dos homens da Polícia Militar de Santa Catarina, pessoas essas que desempenham ou desempenharam seu ofício no Município de Florianópolis, e a quem agradeço pela disponibilidade em contribuir para o propósito da pesquisa.

Como mencionado, as entrevistas foram realizadas com o auxílio de um questionário semiestruturado, em que a técnica combina perguntas abertas e fechadas, no sentido de viabilizar ao informante a liberdade de discorrer sobre o tema proposto. (BONI; QUARESMA, 2005, p.75).

Essa análise será realizada com base na Categoria Gênero e Dominação Masculina, cujo referencial teórico serviu de alicerce para a pesquisa, pois naquele período, o ingresso feminino na Corporação Militar tinha como finalidade suavizar a imagem da PMSC, como outros Estados assim procederam.

### **4.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS/AS**

No intuito de melhor compreender as narrativas, faço uma breve apresentação dos entrevistados/as, sem identificá-los, para preservar o sigilo das fontes, embora todos/as tenham dito que autorizavam a publicação de seus nomes, todavia, visando garantir depoimentos sem o receio de futuras reprimendas, mantive o modelo inicial, ou seja, com o anonimato.

A pesquisa contou com a participação de 10 militares, sendo 5 mulheres e 5 homens. Houve o esforço em procurar manter um padrão cronológico e hierárquico para ouvir dos entrevistados/as suas experiências, desde a inclusão das mulheres na PMSC, até os dias atuais, dentre os quais, aquelas que ocupam diversas patentes dentro do modelo militar.

Das mulheres entrevistadas, todas foram identificadas pelo código EF- (Entrevistadas Femininas), associado ao número que representa a ordem das entrevistas. A primeira entrevistada (EF-1) é graduada Coronel, iniciou no ano de 1983, e ainda se encontra na ativa, exercendo o posto de Comandante do Centro de Ensino da Polícia Militar de Florianópolis. É casada com um Oficial e tem 2 filhos maiores de idade.

A segunda entrevistada (EF-2) está em atividade desde o ano de 2005, graduada atualmente como Major, vive em união estável com um Praça (soldado), sem filhos. A terceira (EF-3), cujo ingresso deu-se em 2013, é graduada Soldado de Segunda Classe, casou-se há poucos meses com um Oficial, e ainda não tem filhos. A quarta entrevista foi realizada com a Tenente-Coronel (EF-4), hoje na reserva da PMSC, após sua inserção no ano de 1987 como Soldado e, em 1988, passou para aluna oficial. Possui uma filha maior de idade e está divorciada. Por último, a quinta entrevistada (EF-5), que foi inserida na vida militar em 2011 como Soldado, encontra-se casada e grávida de um menino.

Os homens seguiram uma linha semelhante, todos foram identificados pelo código EM – (Entrevistados Masculinos), aliado ao número que representa a ordem das entrevistas. O primeiro entrevistado (EM-1), iniciou em 2011 e hoje possui a patente de Cabo, é casado e não tem filhos. O segundo entrevistado (EM-2), ingressou em 1991 e encontra-se na ativa, cuja patente é de Segundo Sargento, casado e possui 1 filho maior de idade. O terceiro entrevistado (EM-3), chegou na PMSC em 1989, e atualmente encontra-se na reserva, ocupando a patente de Coronel. Também é casado e tem 1 filha maior de idade. O quarto (EM-4), o seu ingresso na PMSC ocorreu em 1992, após o término do Ensino Médio, no Colégio Militar. Atualmente, ocupa a graduação máxima para um Praça na PMSC, qual seja, a de Subtenente. Seu estado civil, casado e também tem um único filho maior de idade. Por último, o quinto entrevistado (EM-5) que é Soldado e encontra-se na Corporação desde 2013, vive em união estável e não possui filhos.

O local escolhido para as entrevistas, em sua grande maioria, foi o próprio ambiente de trabalho, exceção feita com dois entrevistados, pois um dos homens optou por um espaço neutro e mais calmo (EM-1). A outra exceção foi com a Tenente-Coronel (EF-4), em razão do seu afastamento da PMSC, após a sua entrada para a reserva remunerada.

Enquanto acontecia a entrevista, pude observar o quão essas mulheres e esses homens policiais estavam tranquilos em suas falas, sem aparentar receio de expor seus sentimentos sobre a vida profissional e particular, mesmo estando no ambiente militar. Essa percepção pode ser melhor sentida quando os entrevistados não se opunham à divulgação de seus nomes, mas como já explicado, mantiveram-se os critérios iniciais de anonimato.

Para a colheita das informações, houve o acordo prévio com os/as entrevistados/as sobre o uso de um gravador, cuja função foi de preservar a íntegra dos depoimentos, evitando assim, as distorções das falas. Ao mesmo tempo que se tornou uma ferramenta essencial, possibilitando analisar, inúmeras vezes, cada uma das entrevistas, na busca do objetivo traçado para a pesquisa.

Para compreender a divisão proposta para a pesquisa, apresenta-se abaixo o **quadro nº 1**, que traz o perfil dos/as militares entrevistados/as.

**Quadro 2 Perfil dos/as policiais militares entrevistados/as para a pesquisa (2019)**

CÓDIGO	SÍMBOLO PARA INDENTIFICAÇÃO	ESTADO CIVIL	POSTO/GRADUAÇÃO	ANO DE INGRESSO NA PMSC	TEMPO DE SERVIÇO
Entrevistada 1	EF-1	Casada	Coronel	1983	35 anos
Entrevistada 2	EF-2	União estável	Major	2005	13 anos
Entrevistada 3	EF-3	Casada	Soldado	2013	5 anos
Entrevistada 4	EF-4	Divorciada	Tenente-Coronel	1987	28 anos
Entrevistada 5	EF-5	Casada	Soldado	2011	7 anos
Entrevistado 1	EM-1	Casado	Cabo	2011	7 anos
Entrevistado 2	EM-2	Casado	Sargento	1991	27 anos
Entrevistado 3	EM-3	Casado	Coronel	1989	28 anos
Entrevistado 4	EM-4	Casado	Subtenente	1992	26 anos
Entrevistado 5	EM-5	União estável	Soldado	2013	5 anos

**Fonte:** Elaboração da autora, 2018

Durante o roteiro das entrevistas, à medida que as perguntas fechadas eram respondidas, uma série de subtemas surgiram e foram abordados pelos informantes. Esse método auxiliou na identificação das causas que os/as levaram

para a carreira militar, além de perceber suas respectivas impressões sobre a PMSC e as dificuldades em permanecer nesse local.

No prosseguir dessa temática, passa-se agora a construir as falas dos informantes em conformidade com o roteiro traçado, a fim de alcançar os objetivos da pesquisa.

#### 4.2 “QUANDO NÓS ENTRAMOS AQUI”

Para compreender melhor o que significa a inserção das mulheres no interior da PMSC, o título dado a esta parte da pesquisa, revela o quanto ainda é difícil alcançar a igualdade de tratamento, seja pela baixa representatividade ou pela resistência em manter padrões masculinizantes neste espaço público. Dessa forma, ao entrarem para a Instituição Militar, suas vidas são alteradas e, a busca por um lugar de comando, muitas vezes, significa abdicar da própria identidade a fim de se aproximar dos padrões masculinos ainda tão importante neste espaço.

Após considerar os aspectos gerais, serão analisadas abaixo as respostas dos/as policiais militares às entrevistas, tendo como base a sequência das perguntas realizadas. As **Questões 01 e 02** estavam relacionadas à escolha pela carreira na Polícia Militar. **“Por que escolheu a Polícia Militar?”** Na sequência, **“Como sua família recebeu a notícia de sua escolha?”**

Os dois questionamentos se completam e auxiliam na compreensão das motivações pessoais e profissionais dos/as entrevistados/as pela carreira militar, assim como serviram de base para a elaboração da tabela acima apresentada.

Sobre o ingresso na PMSC, dentre as policiais, as respostas foram semelhantes, no sentido de que a inserção ocorreu sem uma motivação especial pela carreira, a maioria ligou sua profissão à oportunidade de um trabalho estável, que lhes proporcionaria estabilidade financeira.

Foi um acaso do destino na verdade, eu me relacionava com um oficial, eu era namorada de um oficial na época em 2004 pra 2005 e numa conversa entre amigos nos informaram que teria o concurso para oficial da PM. Eu não conhecia mesmo assim, não fazia a menor ideia do que era ser oficial, mas perguntei a opinião do meu namorado que disse que valia a pena e que eu teria um bom futuro na carreira e coincidia com a minha personalidade. A estabilidade financeira, a possibilidade de ter uma carreira no Estado também pesaram na decisão de continuar no concurso. [...] (EF-2).  
Eu tenho duas irmãs que já são militares também né, aqui da PM e ... fiz o concurso, eu me formei na Universidade do Estado, na UDESC, em

administração pública e estava meio perdida assim, pra onde correr, mais nova eu já tinha pensado em ser militar, como as minhas irmãs, mas quando eu fiz o concurso foi meio por fazer, assim, eu não esperava que eu ia passar e aí passei. Na verdade, eu queria fazer para a polícia civil e não abriu concurso e daí eu fiz pra militar e deu certo e adoro, sou apaixonada, não troco por nada [...] (EF-3).

Na minha família não há militares e na verdade nunca foram bem vistos, mas eu trabalhava numa loja, como caixa crediário, foi uma policial feminina, das primeiras turmas, e meu patrão começou a conversar com ela. Ela passou a contar sobre a história dela e eu fiquei ali escutando. Na porta da minha loja sempre passava uma família de militares, a mãe, pai e dois filhos e aquilo ali foi indo, foi indo ... até que um dia ... eu vou, eu acho que é isso que eu quero ser e daí eu tomei a atitude. (EF-4).

Escolhi a carreira militar porque eu já tinha conhecimento da carreira militar pelo meu irmão, a verdade nunca tive muitos militares na família, mas meu irmão ingressou. Vi meu irmão e pude ver que era diferente do que a gente via nos filmes, na televisão, aí comecei a ver com outros olhos e também vi de forma positiva ser policial. Assim como, depois que me formei na faculdade como professora [...] comecei a ver como nosso mercado de trabalho não é fácil como professora [...] e vi uma oportunidade de ingressar no serviço público, além da minha afinidade. (EF-5)

Pela análise dos depoimentos, embora a EF-3 e EF-5 tenham mencionado parentes na vida militar, para a maioria, o ingresso na PMSC deu-se sem uma aspiração inicial pela carreira, mas sim com a oportunidade de efetivação no concurso público, com vagas destinadas às mulheres as quais concluíram as provas com êxito.

Um segundo aspecto identificado diz respeito à estabilidade financeira, conforme consta no depoimento da EF-2, o qual faz referência à questão econômica, tendo em vista que tal fator foi relevante para a sua escolha, assim como a possibilidade de uma carreira. A referida entrevistada ainda destaca possuir perfil para a profissão, o que lhe fez continuar no concurso, porque das 25 vagas abertas, apenas 3 foram destinadas às mulheres.<sup>26</sup>

Diante das poucas vagas destinadas às mulheres, o ingresso na PMSC ainda é um desafio, pois isso inviabiliza a disputa em igualdade de oportunidade com os homens. A discriminação em razão do sexo, é fruto de uma cultura machista, que procura manter padrões masculinos em determinados espaços públicos, como no caso dos quartéis.

Para a EF-4, dois fatos foram importantes para sua decisão, o primeiro diz respeito a ouvir a experiência da policial, o outro estava ligado à imagem da família de militares, que transitava diariamente em frente à loja na qual trabalhava. Mesmo

---

<sup>26</sup> Conforme o Edital de Concurso Público nº 003/CESIEI/2005, as vagas eram destinadas à seleção para admissão e matrícula no Curso de Formação de Oficiais/2006 ao Quadro de Combatente da PMSC.

sem contato direto com os militares, tomou a decisão de ingressar na PMSC, o que traz a ideia de um sentimento de romantismo, porque não havia conhecimento específico sobre a estrutura militar.

Ainda, sobre a imagem do policial, a EF-5 comenta que a princípio, percebia a atividade policial com base em filmes e no que via na televisão. Dessa forma, foi preciso aprofundar a questão para entender esse primeiro olhar da entrevistada com mais uma pergunta: **“Que visão você tinha antes?”**

Na realidade, eu tinha uma visão superficial do que era ser policial [...] que era apenas o prender bandido, enfim, era uma coisa bem reduzida e depois com o ingresso do meu irmão, eu vi que não era isso, que tinha todo um treinamento, todo um preparo para ser policial. Também tem que ter bastante jogo de cintura [...] para desenrolar as ocorrências. [...] ele contava sobre as ocorrências, sobre as pessoas que ele ajudou [...] isso trouxe outra imagem da Polícia Militar.

Das palavras acima, destaca-se que a entrevistada, a princípio, formou uma imagem negativa da atividade policial, em razão do desconhecimento específico sobre a profissão. Com a convivência mais próxima da atividade, passou a compreender melhor esse espaço em particular, dissolvendo a primeira impressão.

No que tange a pergunta que tratava das opiniões dos familiares sobre a inserção na PMSC, há o receio das consequências sobre a atividade exercida, já que existe o risco da integridade física, do dano à própria vida, como também do abalo psicológico. Além de todos os riscos elencados, ainda existe o preconceito relatado por algumas policiais, conforme abaixo descrito:

Meus pais ficaram super assustados, achando que eu queria virar homem. Teve [sic] algumas pessoas que faziam algumas perguntas engraçadas...você dormem no mesmo alojamento? Como se você tivesse optado por ser homem! (EF-1).

A EF-1 fez parte da primeira turma de mulheres, portanto, vivenciou as primeiras experiências, tanto no ambiente interno da PMSC, quanto no ambiente externo, a partir do contato com a população de Florianópolis, em 1983. Seus pais, que não tinham parentes militares, sabiam que se tratava de um espaço masculino e manifestaram preocupação pela escolha da filha.

Pela narrativa, a preocupação maior não era pelo perigo que fazia parte da profissão, mas de sua filha ter buscado, naquele lugar, tornar-se homem. O temor de

seus familiares fez com que a EF-1 buscasse diariamente a autoafirmação de sua feminilidade, conforme abaixo relatado:

E aí a gente passou também por essa necessidade de alto afirmação no próprio curso. Então o que eu percebo hoje com mais maturidade que há a preferência por um batom para estar retocando sempre o batom, na hora do intervalo ao invés de comer, passar maquiagem, passar perfume, várias vezes ao dia.

Após esse depoimento, pode-se observar como a definição de Gênero adotada por Joan Scott se amolda perfeitamente ao caso, quando a entrevistada EF-1 descreve a preocupação dos pais com a possibilidade de a filha se transformar em um homem, pelo simples motivo de ingressar em um lugar historicamente dominado por homens, longe do espaço doméstico, considerado assim, natural para as mulheres.

Somando-se a isso, a obsessão em manter padrões sociais aceitos para mulheres, como o batom e a maquiagem sempre retocados, além do perfume que as distinguiam dos seus colegas masculinos, preservando, com isso, sua feminilidade, apesar do cabelo curto e do treinamento na academia.

Por outro lado, tanto nos relatos da EF-3 quanto nos relatos da EF-5, que ingressaram na PMSC em 2013 e 2011, respectivamente, a preocupação estava centrada na integridade física e na preservação de suas vidas, pelo perigo que representa se tornar policial:

A minha família recebeu bem, porque eu já tinha duas irmãs, foi tudo certo. Só minha mãe que sempre preocupada, tadinha, mas aceitou numa boa, o pessoal me apoia bastante. Ela fica preocupada com o risco, muito arriscado, trabalho na rua, trabalho de policial militar. Hoje é muito mais perigoso do que na época das minhas irmãs. A violência cresceu muito e o efetivo da PM praticamente é o mesmo. (EF-3).

[...] meus pais não foram contrários ao ingressar na Polícia Militar, porque eles já conheciam, enfim, meu irmão já tinha ingressado, mas a minha mãe ficou um pouco tensa, ficou um pouco apavorada no início quando ela viu que eu tava [sic] passando nas etapas [...] aí ela disse “ó meu Deus do céu, ela tá [sic] passando, aí não coitada [...] vai entrar na polícia [...] essa guria tá [sic] louca!” Depois foi tranquilo, no geral. (EF-5).

Na verdade, há nas falas da EF-3 e da EF-5, a mudança na opinião da família das mulheres policiais, que passa agora a se preocupar mais com o perigo gerado pela atividade policial do que com uma imagem masculinizada. Contudo, isso não significa dizer que houve a quebra dos estereótipos ligados à feminilidade e ao

preconceito, pelo contrário, a questão biológica continua como fundamento para os baixos índices de mulheres na PMSC.

No caso específico da EF-4, em seu depoimento, revela que seus pais não viam com bons olhos a Polícia Militar, devido à história de repressão ocorrida durante o período da Ditadura Militar:

Pra fazer a seleção para o curso de soldado, só a minha mãe sabia, não contei pra pai e irmãos, nada. Só quando fui aprovada contei, porque meu pai sempre foi contra. Ele veio pra minha formatura, mas só aceitou quando eu passei para oficial, porque nós pegamos a época da Ditadura, principalmente ele, e via no soldado um recruta do exército, ele associava a isso. [...] também por machismo, naquela época uma mulher policial.

Para a EF-4, a sua inserção encontrou o primeiro obstáculo na aceitação de seus familiares na sua escolha pela carreira militar, tanto pela imagem de brutalidade que a Polícia Militar representava em 1987, ano de ingresso da entrevistada, quanto pelo comportamento machista em aceitar uma mulher nessa Corporação.

Quanto aos homens, também afirmaram em sua maioria, que a carreira militar ocorreu por acaso, sem uma prévia aspiração pessoal. As justificativas para o ingresso foram diferentes, mas a maioria estava unida pelo fato de desconhecer a vida na Caserna<sup>27</sup>.

Escolhi a carreira porque eu venho de uma família de militares, não necessariamente de uma família, meu pai era guarda da Penitenciária [...]. Meus irmãos são... dois da Polícia Militar e um era do Bombeiro e outro pediu baixa, então a família é militar. Daí eu também fui pro Bombeiro e fiz meu ingresso no GBS porque eu era surfista e queria ficar na praia [...]. Não suportava a Polícia Militar, falou em Polícia pra mim só ouvia reclamação [...]. Então eu não queria nada de polícia, queria era no Bombeiro. Só que no Bombeiro eu só fiquei 1 ano lá mesmo, depois eu vim trabalhar no Bombeiro do aeroporto porque eu fiz um curso aqui [...]. Daí chegou esse negócio do helicóptero, e eu fui me envolvendo e fiquei aqui. [...] então optei pela Polícia Militar que me recebeu de braços abertos [...] (EM-2).

No meu caso, foi porque eu fiquei um pouco sem opção, tinha acabado de me graduar na faculdade e estava trabalhando informalmente dando aula [...] Estava no mestrado, mas aquilo não me dava retorno, dependia dos meus pais, na época tinha 24 anos mais ou menos [...] e eu queria um pouco de independência e fora o fato que eu queria sair da minha cidade [...]. Abri a página do globo.com e o concurso estava aberto e aí foi assim que eu vim. Não tinha noção de nada, não tinha ideia de nada [...] (EM-1).

Eu escolhi a carreira militar muito por influência de alguns amigos que trabalhavam num grupo de esportes e tinham dois outros atletas que faziam

---

<sup>27</sup> Segundo Dicionário o significado de caserna é: “Construção destinada ao alojamento de soldados; quartel. [Brasil] A carreira militar”.

o curso de formação de oficiais [...]. Eles me incentivavam porque achavam que eu tinha perfil e eu acabei embarcando na ideia e fiz o vestibular em 1988 e em 89 inclui na PM. (EM-3).

As primeiras impressões que se obtém das informações acima, demonstram que entre os entrevistados, as motivações são diversas para o ingresso na PMSC. O EM-2 afirma que a PMSC surgiu como segunda opção, após a negativa do Estado em seu retorno para o Corpo de Bombeiros, mas que foi bem recebido ali.

Ainda, o EM-1 descreve que foi por acaso que ingressou na PMSC, em 2011, e que sua motivação estava ligada à oportunidade de um trabalho e à estabilidade financeira, bem como servia ao propósito de deslocamento para o Estado de Santa Catarina, longe da sua cidade de origem.

No caso do EM-3, inserido na PMSC em 1989, teve como estímulo a opinião de seus amigos a seu respeito, os quais acreditavam que ele tinha perfil para desempenhar a função militar. Nesse sentido, decidiu aos 22 anos pela carreira militar.

No que se refere à opinião dos familiares, não houve problemas pela escolha da profissão dos filhos, apenas o EM-1 conta que seus pais estranharam sua opção, devido à formação universitária ser na área de Ciências Humanas.

Primeiramente, dá aquele impacto porque eles tinham a imagem do polícia do Rio de Janeiro. Meus pais ficaram bem surpresos e não entendendo até por causa da minha formação na graduação, na área de humanas, meu pai não estava entendendo o que estava acontecendo, mas hoje em dia eles curtem bastante, porque a realidade é muito diferente do Rio de Janeiro. (EM-1).

O relato acima chama a atenção pelo fato de os pais não conseguirem entender como aquele ambiente militar podia ser a escolha do seu filho, isso devido à imagem de brutalidade que a Polícia Militar do Rio de Janeiro representava para eles.

Quando perguntado ao EM-2, cuja inserção deu-se em 1991, sobre a reação da sua família pela sua escolha, o policial respondeu que:

Era tudo que eles queriam, que eu fosse mais um militar. Minha mãe e meu pai na época disseram: meu filho vai para a polícia que é um emprego de respeito, paga bem [...] é garantido, é um emprego público. Você vai pra Polícia ou vai ter que ralar em outra coisa. (EM-2).

Outro entrevistado que recebeu todo apoio da família foi o EM-4, cuja história de vida mistura-se com a do ambiente militar, em razão da profissão de seu

pai que era Soldado da Polícia. Ele conta que cresceu no meio dos militares, inclusive, estudou na Escola Militar, de onde saiu e ingressou na PMSC em 1992.

Minha infância foi dentro dos camburões da polícia [...] um dia o Batalhão de Choque, um dia o Canil, outro a Cavalaria. [...] Chegava na escola com a polícia [...] então não tinha muita alternativa [...] a vida toda foi misturada com a polícia.

No caso acima, a rotina militar era algo natural em seu cotidiano, parecendo-lhe o caminho certo para garantir um futuro seguro “[...] vim para casa com duas opções, ou vou ficar cabeludo no curso de Biologia, na Universidade Federal, ou eu vou entrar no curso de Sargento e ter um emprego para o resto da vida.”

Os demais relatos do grupo masculino são semelhantes, as preocupações estavam em torno da segurança, mas todos foram apoiados a ingressarem na PMSC, inclusive, o EM-3, que afirma: “meus pais viram com naturalidade a minha escolha.” Portanto, dentre os policiais, sejam Praças ou Oficiais, não houve relato de preconceito, como ocorreu com a mulheres, o que leva a comprovação de que esse espaço público é masculinizado.

Nessa senda, em síntese, a primeira impressão que se tem das respostas acima, esclarecem que as inserções na PMSC, tanto para as mulheres quanto para os homens, ocorrem em maior número devido ao fato econômico, ou seja, buscavam a estabilidade financeira quando integrados ao quadro de servidores públicos estaduais. Dentre todos/as, a maioria afirma o desconhecimento de informações específicas sobre as atividades militares.

Também, pode-se destacar que seus familiares, em regra, foram receptivos ao ingresso de seus filhos e filhas na Instituição Militar, com algumas exceções, embasadas nas imagens de agressividade e masculinidade que cercam esse espaço público.

A **Questão 3** teve a finalidade de perceber nas informações as diferenças de tratamento dispensadas aos homens e às mulheres policiais. “**O Tratamento para homens e mulheres é isonômico?**” A **Questão 4**, foi direcionada apenas às mulheres, pois o que se buscava era problematizar as dificuldades enfrentadas pelas policias no interior da PMSC. “**Quais as estratégias você adotou para driblar as dificuldades da carreira militar?**”

A primeira situação que chama atenção é o relato da EF-1, cujo ingresso na Academia Militar deu-se em 1983:

[...] **quando nós entramos aqui**, percebeu-se, por mais que na realidade, a corporação tivesse essa vontade, ela realmente não tinha pessoas preparadas para lidar com a mulher. Então, muitas coisas nós que tivemos que ir auxiliando e dizendo que olha não é assim, nós não podemos ser tratadas de forma diferente, nós estamos aqui, queremos igualdade, tivemos que ir pontuando isso. (EF-1). (Grifo da autora)

Denota-se, que embora as mulheres, tenham alcançado o direito de ingresso na PMSC em 1983, os desafios estavam apenas no início. Dessa forma, era preciso lutar por tratamento isonômico naquele espaço, a fim de comprovar a capacidade profissional de estar ali.

A Instituição necessitava se adaptar a presença delas, o que não foi recebido com facilidade pelos militares, houve muitos obstáculos como abaixo é descrito pela EF-1.

Até que a gente conquistou a calça. Tudo teve que ser na batalha, não podíamos usar a arma [...] porque o papel não é mostrar a agressividade, é mais polícia comunitária. Tivemos que batalhar pelo uso da arma. Algumas discussões sobre o cabelo, vamos deixar crescer, não vamos deixar crescer [...].

Dessa narrativa, tem-se uma noção de que a relação de poder do sexo masculino é exercida em várias frentes, seja quando são eles quem determinam o modelo de fardamento que as mulheres deveriam usar, ou o corte de cabelo, ou ainda, quando proíbem o uso de arma de fogo, sob a alegação de que elas não precisam demonstrar agressividade.

Retira-se, pelo depoimento da EF-4, que dentre as situações que a incomodavam, a desvalorização do trabalho pelo fato de ser mulher era a mais cruel:

[...] eu era chefe de um departamento e os outros tinham homens na chefia, nas reuniões, o meu departamento era o mais criticado, era sempre o que tinha problema [...] O departamento mais importante sempre era dos homens [...] mesmo que não tivesse problemas, ele achava algo pra falar.”

As primeiras regras criadas para mulheres militares traziam um Poder Simbólico, consoante descreveu Pierre Bourdieu (2017, p.63), o qual era voltado a manter a hierarquia entre os sexos, afastando os corpos femininos do porte de arma de fogo para destacar a feminilidade.

A exemplo de outros Estados, Santa Catarina viabilizou a inserção feminina nesse lugar, contudo, naquele momento da história, não era a igualdade de Gênero que se buscava, mas sim, e não menos importante, como já mencionado no segundo capítulo, almejava-se uma forma de melhorar a imagem desgastada da Corporação. Nesse contexto, as características atribuídas às mulheres, como menos violentas e mais democráticas, seriam condizentes com seus propósitos institucionais (ARAÚJO, 2017, p.77-79).

Nesse sentido, o Estado ratifica e reforça a divisão dos papéis sociais, no qual as mulheres são ligadas ao Estado Social, e não só responsáveis por ele, mas também destinatárias privilegiadas de seus cuidados e de seus serviços, condição que contribui com a hierarquia dos Gêneros. (BOURDIEU, 2017, p. 122-123).

Ainda, no que tange ao tratamento inicial da carreira e as dificuldades enfrentadas, EF-1 revela que havia outra proibição aplicada somente às mulheres nos primeiros anos da inserção:

Tínhamos algumas diferenças que eram até engraçadas, três anos de formação, mas a mulher tinha que ficar mais 2 anos com o compromisso de não casar [...] o homem se formava – podia – a mulher tinha que esperar mais 2 anos [...] o que eles queriam era evitar de a mulher ter filhos [...] estou falando de 1983, onde nem existia a Constituição de 88 [...].

Diante do que foi exposto, o que se constata é uma regra discriminatória, já que a proibição ao matrimônio só era aplicada às mulheres, e isso reforça a teoria de Joan Scott (1995, p.86) que aduz: “gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.” O Estado naturaliza a divisão sexual do trabalho, relacionando as atividades domésticas, ligadas ao matrimônio, como naturais para o sexo feminino.

Sob essa perspectiva, verifica-se que a luta para vencer o preconceito social era permanente, conforme relatado abaixo:

Naquela época, a gente entrava em forma e a gente saía e dava a volta lá na rua e entrava novamente marchando nas nossas formaturas quando nós chegamos lá fora, tinham pessoas que começaram a olhar e assim: é homem ou mulher? é homem ou mulher? [...] aquilo magoou tanto que quando voltamos, retornamos, a minha vontade era jogar aquele fuzil no chão e ir para o alojamento e ir embora. (EF-1).

Salienta-se aqui, o sofrimento vivenciado pela EF-1, ao se deparar com os comentários feitos pela população, em 1983, ao encontrar mulheres fardadas e

carregando um fuzil, em plena marcha, ao lado dos homens, o que destoava do padrão de período.

A figura feminina era algo exótico naquele lugar, que atraía a curiosidade. Existia a resistência por parte dos colegas, homens, de trabalhar com as policiais nos quartéis da PMSC. A criação de um Batalhão específico para acomodá-las não ajudou na integração, muito pelo contrário, contribuiu para o distanciamento.

Acho que a mulher que estava ali pensava assim, ou eu vou para colégio de freira, interno na clausura ou vir pra PM, eu não sei qual é das duas a melhor escolha. Depois da época dessa fase, que as mulheres começaram a ir para os batalhões, começaram a interagir, começaram a ter funções iguais. Nessa época teve uma reviravolta, mudou farda, mudou tudo, até a questão da própria maquiagem. A mulher se tornou mais feminina [...] (EM-2).

Pelo depoimento acima, pode-se entender o quanto foi difícil a inserção das mulheres nesse espaço público, pois o sentimento de rejeição mostra-se na fala do EM-2, ao declarar que as primeiras policiais escolheram a PMSC para não irem para um colégio de freiras.

No trabalho de conclusão do curso de História, o policial Marcos Antônio de Melo, retrata as impressões de seus colegas sobre a figura feminina, antes da unificação do quadro:

Em minhas conversas informais com policiais masculinos, entre eles oficiais e praças, estes mencionam que elas eram tratadas como “bonequinhas de cristal”, pois todas as atenções estavam voltadas para as policiais femininas, e que ninguém poderia chegar perto delas, pois corria-se o risco de ser punido. (MELO, 2013, p.35).

Denota-se a má impressão que os policiais tinham das colegas de farda, a forma como a PMSC tratava dos assuntos ligados às policiais se tornava fator determinante para legitimar a desvalorização do trabalho feminino na Corporação.

Portanto, volto-me ao que foi dito no segundo capítulo, as motivações que levaram a Polícia Militar de Santa Catarina e o próprio Estado a inserir as mulheres nos quartéis estava ligada ao papel social, onde a feminilidade amenizava a imagem de repressora que acompanha a história da criação da Polícia Militar (CALAZANS, 2018. p. 17).

Na atualidade, mulheres e homens trabalham juntos, desenvolvendo as mesmas atividades, contudo, ainda existe no imaginário masculino da Corporação a

necessidade em ligar a imagem das mulheres a requisitos femininos como os que consta abaixo:

[...] ela passou a contaminar o ambiente de uma forma boa, é muito bom ter uma mulher trabalhando com a gente. E ela é perfumada, é outra cabeça, traz uma alegria, um frescor para o ambiente [...] (EM-2).

Pelo olhar do EM-2, as primeiras mulheres eram masculinizadas e tratadas de forma desigual, o que gerava conflito entre os colegas de farda, inclusive ciúmes. O aspecto marcante desse relato diz respeito à imagem das mulheres, embora constituídas em policiais, nas palavras dele, elas se destacam pela beleza e pela suavidade que emprestam ao ambiente.

Magali Engel (2017, p.352) afirma que essa imagem feminina, descrita por EM-2, “implica qualificar a mulher como naturalmente frágil, bonita, sedutora, submissa, doce, entre outros predicativos. Em contrapartida, aquelas que revelassem atributos opostos seriam consideradas seres antinaturais.”

Assim, os anos se passaram, e mais mulheres estão sendo inseridas na PMSC, mas agora a forma de tratar as policiais foi alterada, todavia, o espaço ainda continua dominado por homens. A EF-2, cujo acesso deu-se em 2005, conta sua experiência:

Foi mais fácil encontrar resistência no serviço operacional [...] por dois motivos, eu acredito, pelo fato de ser mulher e pelo fato de sermos jovens. A gente chega para comandar, somos muito jovens [...]. Eu senti essa dificuldade, muita trama, não no mau sentido, mas trama para me colocar em situação de desafio, se eu realmente conseguiria contornar essa situação. Em razão da minha personalidade, não passei por muita dificuldade, eu sempre fui convidada para muitas funções, felizmente, e me orgulho disso. [...] eu nunca me coloquei muito como vítima, no início a gente faz porque entra numa de ouvir outras mulheres, “porque a mulher sofre preconceito, por nunca a gente é chamada ...” e aí chegou um momento que disse: **quem faz a história sou eu**, não adianta eu fazer pelo erro dos outros ou a declaração dos outros, comecei a mudar de postura. (Grifo da autora)

A fase acima grifada demonstra o quanto a luta das mulheres para ingressar e permanecer no interior da PMSC é árdua, evidenciando que mesmo alcançando alguns postos de Comando, as mulheres ainda precisam comprovar, constantemente, sua capacidade de liderar.

Esse fato ocorre, segundo Bourdieu (2017, p. 88-89), porque aos homens cabem as profissões ditas qualificadas, ao passo que os trabalhos “sem qualificação”

são atribuídos às mulheres. Nesse sentido, quando elas assumem a liderança no espaço público são testadas de todas as formas.

A discriminação sentida pela EF-5 teve início no curso de formação para Soldado da Polícia Militar: “entre os colegas, a gente também sentia uma pouco de preconceito contra nós, mulheres [...]” Segundo a entrevistada, os alunos soldados não acreditavam no potencial das alunas policiais, mesmo que ambos praticassem as mesmas tarefas dentro da Academia de Polícia, o que resultava em comentários como “pra elas tudo é mais fácil.”

Por outro lado, a EF-3 conta que sua experiência na Academia de Polícia foi boa, sem qualquer discriminação:

A minha turma foi formada só por mulheres devido à necessidade de preencher os 6% exigidos na Lei, não me senti diminuída em nenhum momento, tivemos a mesma formação que o restante da escola. Claro que a gente tinha muita dificuldade, pensa 42 mulheres, tudo junto, nunca se viram, aprendendo a marchar, foi muito legal, tenho saudade dessa época, mas foi uma boa escola, não me senti discriminada em nenhum momento.

A inserção de EF-3 ocorreu em 2013, de maneira especial, pois a sua turma foi formada unicamente por mulheres, em razão de que a PMSC não tinha em seu efetivo o mínimo do percentual feminino exigido por lei. Portanto, não havia como comparar o tratamento com outros soldados na Academia.

A experiência da EF-3 possui suas diferenças, como por exemplo, a quantidade de mulheres já incorporadas à vida na PMSC, todavia, nota-se em seu depoimento que algumas dificuldades vivenciadas nos primeiros anos ainda estão presentes atualmente, como as que ocorrem com a aplicação de testes físicos desproporcionais, bem como o acesso a algumas funções de chefia.

Quando se trata de oportunidades de acesso a algumas funções de chefias, bem como a determinadas áreas consideradas essencialmente masculinas, não há igualdade de tratamento, uma vez que a atividade está ligada aos atributos de força e virilidade. Como exemplo, há o concurso interno para Curso de Operações Especiais<sup>28</sup>, cuja prova de aptidão física, exigida pela PMSC, mantém critérios com base na estrutura masculina.

---

<sup>28</sup> O Teste de Aptidão Física, E-2 (TAF-E2), somente é exigido nos concursos internos da PMSC para casos específicos, como o ingresso no Batalhão de Operações Especiais (BOPE).

Temos inclusive, alguns cursos internos, que por conta do TAF, a mulher não tem acessado, e que eu não consegui quebrar ainda. Porque justamente tem esse problema de algumas coisas específicas. Ela conseguiria sem dúvida fazer o curso, ela não consegue acessar porque é exigido demais no teste de entrada. Eles defendem que se é exigido no teste de entrada é porque aquilo ali vai ser necessário e não é. [...] Recentemente nós tivemos o caso que comprovou isso, a Polícia Militar de Minas ou Goiás, não cobram algumas coisas que cobramos aqui e teve uma policial feminina e dois policiais masculinos que foram fazer o curso lá e que é um dos mais puxados. Ela foi a primeira colocada do curso [...]. Ela não teria feito o de Santa Catarina porque o nosso tem esse problema no TAF. (EF-1).

A manutenção dessas práticas como a descrita acima, inviabilizam o acesso feminino, mantendo-se “guetos masculinos” dentro da Corporação. Os espaços de combate ainda são reservados aos homens, escolhidos pela força física, sendo que é o oposto do que se espera da policial feminina.

Essa situação revela um problema de interpretação sobre o que significa igualdade, porque a justificativa para permanência dos critérios do exame acima comentado, fortalecem a discriminação e legitimam a ideia de que se as mulheres querem participar de todas as funções internas da PMSC, devem realizar exatamente os mesmos testes que os homens, sem critérios de proporcionalidade.

Essa justificativa não se sustenta, haja vista que não basta a Constituição Federal de 1988 afirmar que todos somos iguais perante a lei; existe, sim, a necessidade de transformar os caminhos para alcançar o direito, tornando-os adequados a cada situação, como no caso das policiais, que dentro de suas especificidades, devem receber tratamento proporcional às suas diferenças.

Nessa linha de raciocínio, Miranda e Medeiros (2010) citados por Sônia Fertuzinhos (2016, p. 56) comentam:

[...] o sentido fundamental do princípio da igualdade assume uma dupla vertente (Miranda e Medeiros, 2010). A vertente negativa, que proíbe quaisquer privilégios e discriminações, e a vertente positiva, que abrange cinco dimensões: o tratamento igual de situações iguais; o tratamento desigual de situações substanciais e objetivamente desiguais; o tratamento das situações relativamente iguais ou desiguais, de acordo com o princípio da proporcionalidade; o tratamento das situações não apenas como existem, mas como devem existir e, finalmente, a consideração do princípio da igualdade, não como uma “ilha”, mas na sua relação com os valores e com os padrões materiais da Constituição (Miranda e Medeiros, 2010).

Portanto, a igualdade que se busca não está relacionada ao desejo de ser homem, como alguns acreditam, mas sim, de receber do Estado, e de quem lhes faça

as vezes, mecanismos que viabilizem o acesso aos mesmos direitos dados aos homens nos cursos da PMSC.

A manutenção de regras restritivas ao acesso à PMSC, às funções de Comando ou às atividades especiais mantém um sistema machista, cujo objetivo é garantir que determinados espaços continuem predominantemente masculinos.

Eu sei que se colocar em pé de igualdade homens e mulheres vai “galho” por eu sei que nós estamos menos preparados de encarar o sistema. Então se nós fomos fazer um concurso em pé de igualdade com as mulheres, vai lascar, nós vamos perder de surra de bambu. Quando a gente coloca prova pra brigar, a rapaziada lascou. Por isso talvez que se tenha tanta dificuldade. (EM-4).

Nas palavras do entrevistado EF-4, as dificuldades impostas às mulheres trazem certa segurança aos homens, de que seus postos serão mantidos, pois há o reconhecimento de que as mulheres procuram se capacitar, principalmente nos últimos anos, e isso representa perder espaço para elas.<sup>29</sup>

Já, em relação às estratégias para superar as dificuldades dentro da PMSC, as policiais, muitas vezes, precisam criar mecanismo para sobreviver nesse espaço masculinizado. A EF-2 trata de um assunto que infelizmente não é exclusivo da Corporação, mas que ganha voz, por meio de sua fala:

Muita gente acreditava que eu era lésbica porque eu lido com os homens da mesma maneira, se eles fazem piadas de sacanagem e eu rio, faço piada igual ou faço um trocadilho, dou um jeito de sair com bom humor ou às vezes dou uma alfinetada também. Mas foi um meio que encontrei pra me livrar principalmente dos assédios, que são diários, que eles não percebem, eles não se dão conta mesmo, de que o elogio não é legal, não vale a pena, aquilo não é um ambiente onde estou procurando um elogio, não é um ambiente que eu quero que alguém me chame de florzinha, de meu amor, mas foi uma construção de muitos anos.

O fato de a EF-2 afirmar que não gosta de ser chamada de “florzinha” ou “de meu amor” demonstra que ela espera de seus colegas o tratamento condizente com a função que exerce, e não elogios que camuflam, na verdade, o assédio.

Sobre esse tema, Moraes (2017, p. 12), comenta que não obstante a possibilidade de homens e mulheres serem autores e vítimas de assédio sexual, ainda

---

<sup>29</sup> Segundo dados do IBGE de 2016 “A maior diferença percentual por sexo encontra-se no nível “superior completo”, especialmente entre as pessoas da faixa etária mais jovem, de 25 a 44 anos de idade, em que o percentual de homens que completou a graduação foi de 15,6%, enquanto o percentual de mulheres atingiu 21,5%, indicador 37,9% superior ao dos homens.

são as mulheres suas principais vítimas. “E nele, os aspectos da violência de gênero torna-se substancialmente mais evidente.”

A EF-3 fala sobre as brincadeiras e adota uma estratégia semelhante à da EF-2, entrando no jogo masculino para se preservar nesse espaço:

Eu levo bem na boa, porque sou uma pessoa bem tranquila, brinco com eles, entro na onda. Se você ficar “cheia de não me toque” não sobrevive nesse mundo. Então, tu aceita e entra no rolo ou então tu não vai te criar.

Assim, para sobreviver nesse espaço dominado por homens, a estratégia adotada pelas duas entrevistadas é de sujeição às regras machistas, que muitas vezes, são implicitamente impostas, disfarçadas nas brincadeiras e nas piadas, que de alguma forma inferiorizam ou sexualizam a figura feminina.

Em outra conversa, o entrevistado EM-2 aduz uma situação ocorrida no local de trabalho, onde alguns colegas naturalmente comentaram sobre suas investidas na nova policial que chegava àquele Batalhão:

A questão do assédio é muito grande, você não tem noção. Além de você ver, as pessoas vêm contar pra ti, é um absurdo. Quando ela chegou aqui, essa menina, isso que ela é casada com outro policial, 90% dos policiais daqui que é uma unidade bem tranquila, bem controlada. Ela talvez não tenha se tocado, mas ela sofreu bastante assédio e ainda sofre. O policial em geral ele se acha o dono do pedaço. Se eu chegar aqui com minha esposa, sempre tem um que irá olhar atravessado, não vai secar na cara dura. Essa questão do assédio é muito grande, principalmente por parte dos gestores. (EM-2).

Por conta dessas atitudes machistas, muitas mulheres adotam uma postura mais firme e são estigmatizadas como relata a EF-2: “muita gente acreditava que eu era lésbica porque eu lido com os homens da mesma maneira” [...] ou passam a participar dos comentários: “se eles fazem piadas de sacanagem e eu rio, faço piada igual ou faço um trocadilho, dou um jeito de sair com bom humor, ou às vezes dou uma alfinetada também.” (EF-2).

Os artifícios criados pela EF-2 para se proteger dos assédios<sup>30</sup> a obriga a mudar de postura no ambiente de trabalho, ou se moldar a rotina machista para sobreviver entre a maioria formada por homens, em uma rotina centrada na hierarquia e disciplina.

---

<sup>30</sup> De forma ampla, assédio no local de trabalho é toda e qualquer conduta abusiva manifestando-se sobretudo por comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos, que possam trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, pôr em perigo seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho.

A EF-5 relata que durante a sua formação, na Academia de Polícia pôde perceber o quanto aquele lugar era masculino e, por conta disso, o machismo era sentido na forma de assédios:

Dentro do curso de formação, eu acho que foi o lugar que eu percebi o machismo dentro da Polícia Militar [...] é um ambiente muito masculino, que não estava acostumado com aquela quantidade de mulheres [...] mulheres com ensino superior [...] com uma visão mais crítica [...] preocupadas mais com a estética, meninas mais ajeitadinhas [...] a gente começou a ver um pouco do machismo [...] começaram a ter os assédios [...] morais, não presenciei de fato, nunca aconteceu comigo, graças a Deus, mas a gente ouvia de alguns policiais que estavam no curso ou superiores hierárquicos de dar em cima das meninas, de falar algumas coisas, de tentar, de investidas.

Não se pode afirmar que a situação ocorre apenas na PMSC, pois discriminação, em face de ser mulher, é algo que acontece em todos os espaços, tanto no doméstico quanto no público. Contudo, nos lugares dominados por homens, cuja inserção feminina é fixada em mínimo legal, essas práticas se tornam mais difíceis de combater, pois o poder dominador retira a legitimidade dos dominados.

Moraes (2017, p. 13) citada por Fukuda (2012, p. 123) afirma que “os crimes de assédio sexual revelam um transbordamento das regras impostas socialmente às mulheres.” Isso significa que se espera das mulheres, na esfera pública, um papel semelhante ao que ela desempenha na vida doméstica: modelo de mãe, modelo de esposa, papéis esses vistos como secundários.

Além dos assédios constantes, relatados por algumas policiais, outro ponto levantado diz respeito à luta para inserção em determinados Batalhões:

Quando cheguei no Batalhão, ali já tinha que provar que nós somos capazes, mais do que os homens - igualmente aos homens. [...] primeiro a gente teve que vencer as resistências dos próprios Batalhões porque lá só tinha uma vaga para policial feminina [...] só uma mulher podia vir para esse Batalhão. Então a gente começou a questionar com os comandos o porquê só tinha uma vaga e quatro querendo ir para o Batalhão, com uma classificação boa, que levaria [...]. Depois de muita discussão, conseguimos ir para o Batalhão, que os receberam daquele jeito “vocês quiserem vir pra cá, então vão trabalhar em qualquer função que mandarmos.” Nós já estávamos preparadas para isso. [...] todo dia era uma provação. (EF-5).

Todas as entrevistadas buscam a adoção de estratégias para sobreviver nesse espaço dominado por homens, no caso acima, ao se depararem com a negativa dos Batalhões em recebê-las, buscaram junto ao Comando da PM a liberação das

quatro policiais para o Batalhão, cuja limitação tinha como fundamento o sexo biológico.

A incessante busca por comprovar sua capacidade profissional é algo comum entre as policiais, que se deparam com comentários como “se conseguiu essa vaga foi porque ela utilizou de alguma estratégia não muito legal para conseguir isso. Seduziu alguém para conseguir. Existem comentários até hoje.” (EF-5).

Dentre todas as estratégias relatadas pelas policiais, a EF-4 demonstra que, muitas vezes, para não serem assediadas, adotam uma postura de submissão e de anulação de suas individualidades, como abaixo pode-se comprovar:

A minha estratégia era sempre ser boa amiga, eu sempre evitei que eles me vissem como um mulherão, sensual, como mulher! [...] Eu não queria que eles me vissem pelo outro lado [...] me respeitando porque eu era bonita ..., eu sempre me dei bem nesse sentido, porque eles não me viam como alvo a ser conquistado e, ao mesmo tempo, de não ser ameaçadora para eles. [...] Eu tenho grupo em que eu só a única mulher, porque eles me viram como quase como eles, porque eu nunca bati de frente, eu sempre fui fazer por trás, aos pouquinhos.

Essa lógica, de ter uma postura que não representasse perigo para os colegas homens, tampouco uma mulher a ser conquistada, demonstra o quanto a EF-4 foi, de forma indireta ou até mesmo direta, obrigada a seguir a lógica de um sistema machista, que espera da mulher, dentre outras características, a de sorridentes, atenciosas, submissas, discretas ou até mesmo apagadas (BOURDIEU, 2017, p.96).

Embora a EF-4 afirme, inicialmente, ter tido sucesso na estratégia que adotou para sobreviver no interior da PMSC, quanto mais instigada a falar, acabava por expressar sua frustração em momentos que foi ignorada pelos colegas homens:

Numa reunião, a tua ideia eles não davam bola e daqui a pouco outra pessoa dava a mesma ideia, com palavras diferentes, e aquela ideia era o “auê do momento”. [...] Muitas vezes me senti invisível nas reuniões, como se não estivesse lá. [...] quanto mais alto o poder, mais invisível eu era. Nas reuniões do comando, parece que a gente não deveria ser convidada, eles é que eram obrigados a chamar.

Esse sentimento de frustração não é exclusivo da EF-4, pude perceber que todas, em algum momento das entrevistas, trouxeram à baila a dificuldade de conseguir um lugar de fala na PMSC, principalmente as que ocupam as mais altas patentes dentro da Corporação, como no caso da EF-1, que atualmente, desempenha

uma função de Comando no posto de Coronel, mas se sente, muitas vezes, isolada por seus colegas homens.

Eu percebo, que de preferência, não escutem a ... [...]. A gente luta tanto pra chegar e tem uma questão para decidir o fardamento, a ... tá fora, chamem a mais nova [...]. É um aspecto da Corporação que eu não consigo entender. Ela já tá velha pra definir ou tem a ver com não querer me empoderar [...] ela pode se tornar uma líder das policiais femininas e não queremos [...]. Isso me magoa bastante.

Eles não respeitam minha representatividade, mas por quê? Porque sou uma! [...] Tinha que ter outras! [...] Tinha que ter no mínimo 20% ocupando aquela sala, no conselho pra ter uma voz [...]. Eu fiquei sozinha e aí é complicado.

As narrativas da EF-1 e da EF-4 revelam que, embora tenham se esforçado para serem inseridas no espaço público militar, os dominantes não reconhecem a igualdade de direitos, principalmente, quando se trata de dar a elas o lugar de fala, cujo seu simbolismo representa poder.

Após tantas lutas por parte das mulheres em obterem o reconhecimento de suas qualificações no mercado de trabalho, há um esforço para que as tarefas entre homens e mulheres sejam arbitrariamente recompostas, de modo a empobrecer o esforço feminino, a fim de que se preserve a dominação masculina. (BOURDIEU 2017, p. 89)

Sendo assim, a conclusão que se pode chegar para os dois questionamentos (Questões 3 e 4) é de que não existe tratamento isonômico no interior da PMSC, e isso se dá pelo fato de que há uma sub-representação da mulher nesse lugar, pois além do baixo índice constatado de mulheres, verifica-se que as funções de Comando são predominantemente exercidas por homens. E aquelas que chegam a essas funções, relataram que são pressionadas a provar diariamente sua competência para estar ali; ao contrário do que acontece com os homens, pois para eles, estar no poder é considerado natural.

A consequência da ausência de isonomia cria dificuldades para a permanência das mulheres na PMSC, a ponto de todas adotarem estratégias de sobrevivência que exijam, muitas vezes, a submissão às regras implícitas machistas e discriminatórias, sentidas nas brincadeiras e piadas feitas por seus colegas.

Por último, a **Questão nº 5** buscou a opinião de cada entrevistado/a sobre a limitação de vagas às mulheres na PMSC: **O que você acha do sistema de cotas para inserção das mulheres na PMSC?** O objetivo desse questionamento é conhecer os argumentos de mulheres e homens militares sobre a limitação nos dias

atuais, pois nesse universo de respostas pode-se vislumbrar a distribuição dos papéis sociais.

Na visão dos homens entrevistados, a maioria afirmou que o sistema de cotas precisa ser melhorado, mas há resistência para aceitar um processo seletivo que seja igualitário, e a maior justificativa, por parte deles, para não ocorrer a isonomia no processo seletivo está relacionada à força física, como se constata nas falas abaixo:

Acho que a proporção de 20% é razoável. Na nossa atividade é comum você ter que fazer uma certa força, entrar em combate, e para as mulheres, algumas têm uma certa dificuldade de lidar com isso, aí algumas são colocadas na parte administrativa. (EM-3).

Mesmo com todas as mudanças, polícia comunitária e direitos humanos, o critério força ainda é a bandeira principal. Tanto é que, quando você vai falar de produtividade, você não vai falar de programas institucionais, você vai falar de taxa de crimes que atentam contra o patrimônio, crimes violentos. (EM-1). A função hoje na Polícia, realmente precisa ter mais homens, imagina uma guarnição só com mulheres, se tivesse que imobilizar alguém? [...] Se fosse todas iguais aquela lutadora como a Cyborg<sup>31</sup> ... beleza! Faz um trabalho de quase cinco homens, mas a maioria não é, daí não buscam suprir a questão física para suprir a questão da força física, que é a atividade fim da polícia. (EM-5).

Ao se analisar os argumentos acima, não resta dúvidas de que a imagem da PMSC ainda se encontra ligada ao combate, ao confronto, cujo propósito é a manutenção da segurança por meio da força bruta, herança da ligação como as Forças Armadas.

Sob essa perspectiva, como a mulher é representada pelas características femininas ligadas à fragilidade e à amorosidade, o espaço militar tende a impedir a presença delas, com regras machistas, como baixos percentuais nos editais de concursos ou critérios de avaliações físicas desproporcionais.

Quando perguntado às policiais femininas sobre o critério de cotas, parte delas afirmaram que não haviam pensado sobre isso até aquele momento, mas que acreditavam precisar melhorar.

Quando se referiram à melhora do sistema de cotas, não o fizeram pela busca de igualdade de condições de acesso, mas sim, ao possível aumento dos percentuais:

---

<sup>31</sup> A referência feita pelo EM-5 diz respeito à lutadora Amanda Nunes, campeã em duas categorias do UFC (galo e pena).

Eu acho que, como atualmente temos poucas mulheres na Polícia Militar, eu vejo que se aumentasse para 20% seria melhor, porque iria compor um nível de representatividade, podendo diminuir e aumentar conforme a evolução da sociedade. (EF-4).

Na visão da EF-4, que ingressou na PMSC em 1987, a sociedade não está preparada para respeitar as mulheres policiais, assim como as policiais não teriam condições de atender as demandas que, a cada dia, tornam-se mais delicadas e violentas. Segundo ela, “com a educação do povo que nós temos, com as nossas leis, não pode ser de maioria mulher” a composição da PMSC.

Ela ainda comenta que do ponto de vista da Corporação, um quadro maior de mulheres traria problemas de ordem biológica, como a gravidez:

A nossa gravidez e as nossas licenças-médicas são muito complicadas [...] criança quando fica doente precisa da mãe, não tem como deixar em outro local. E ainda há muita discriminação nisso, a mulher acaba sendo vista, por outro lado, eu ter sido oficial, por ter que administrar, eu entendo o lado da Corporação, [...] imagina com a maioria mulher, na flor da idade, todas vão engravidar, quase ao mesmo tempo, tu não tem como gerenciar isso, entende?

A EF-3 diz que: “eu acho que não é interessante a quantidade de vagas por exemplo, mas acho interessante que numa viatura tenha dois homens e uma mulher, para fazer a revista feminina, para conversar.”

Na mesma linha, com um pouco mais de indefinição, a EF-5 confessa que não havia pensado sobre o assunto, mas que não sabe se seria melhor acabar o sistema de cotas para mulheres. Segundo a entrevistada, a questão biológica influencia na força física, na hora de atender uma ocorrência:

Atualmente eu acho que a mulher consegue em muitos casos, desenrolar as ocorrências da mesma forma que os homens, porém, biologicamente, a mulher não tem a mesma constituição física que o homem tem para uma investida numa ocorrência. Acho que deveria aumentar, não sei se deveria acabar, na verdade, nunca parei pra pensar, depois que que entrei, acho que não deveria ter assim, continuar com as cotas, mas isso seria muito difícil na nossa Corporação, teria como, mas talvez aumentar, não sei. [...] Não sei a melhor forma, mas deveria ser pensado dentro da nova realidade [...].

Dentre a maioria de homens e mulheres entrevistados, a força física se mostrou um elemento importante e determinante para a função de policial. Dessa forma, ainda vigora a divisão sexual do trabalho nessa Instituição, mantendo as policiais em atividades consideradas mais femininas e de baixa periculosidade.

Ocorre que, com o processo democrático instaurado no País, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Estado, agora, passa a ter o dever de proteger seus cidadãos e garantir seus direitos fundamentais, como liberdade de expressão, direito de ir e vir, de reunião, do devido processo legal e da não discriminação, assim como outros mais.

Diante disso, a PMSC não poderia ficar ileso ao processo democrático vigente, pois ao longo desses anos, foi perceptível algumas mudanças no comportamento dos/as policiais. Ressalta-se, assim, que o uso da força, hoje, não é mais tolerado como meio eficaz de solução do conflito, como foi no passado.

A Corporação passou a capacitar seus/suas policiais em assuntos como Direitos Humanos, criou programas que têm o condão de aproximar a PMSC da comunidade, de forma mais humanitária e menos truculenta, com o objetivo de prevenir ilícitos penais, é o que se constata com o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd<sup>32</sup>, no combate preventivo contra entorpecentes, ou quando passa a se preocupa com o desaparecimento de pessoas, criando o programa SOS Desaparecidos<sup>33</sup>, para auxiliar na busca por pessoas desaparecidas.

Por conseguinte, o que pode constatar é que, a princípio, a inserção feminina na PMSC objetivava a melhora na imagem da Corporação, anexando somente às policiais, atributos como sociabilidade, docilidade e amorosidade no tratamento com os cidadãos. Na atualidade, essas características não podem mais ser consideradas exclusivas das mulheres, denota-se que para ser um bom policial, além do treinamento tático, há a necessidade de buscar profissionais com perfil mais social, pois o trabalho direto com a comunidade exige policiais menos truculentos e mais amorosos, independentemente do seu sexo.

Outro argumento levantado entre eles/elas para manter um sistema discriminatório, foi o fato da gravidez e das licenças-médicas para o cuidado com os filhos. A cultura machista constrói papéis específicos para mulheres e homens, dentre

---

<sup>32</sup> Segundo consta no endereço eletrônico da PMSC, o Proerd tem a “missão de capacitar crianças, adolescentes e adultos para resistirem às drogas e à violência, através de ações de polícia ostensiva de caráter educacional, realizada por policiais militares habilitados, em instituições públicas, privadas e comunitárias, integrando Polícia Militar, família e escola para a valorização da vida e para a construção de uma sociedade mais justa, sadia e feliz.” Disponível em: <<http://www.pm.sc.gov.br/cidadao/proerd.html>> . Acesso em: 14/02/2019.

<sup>33</sup> A Portaria nº 1029, de 18 de outubro de 2012 cria o programa “SOS Desaparecidos” Disponível em <<http://www.pm.sc.gov.br/desaparecidos/apresentacao.html>> . Acesso em: 14/02/2019.

os quais, a maternidade constitui-se na expressão maior da feminilidade e, ao mesmo tempo, torna-se uma barreira para a inserção no mercado de trabalho.

Para compreender como as próprias mulheres legitimam a discriminação sofrida, a pesquisa realizada por Bruschini e Pupinn (2004), revela exatamente o quanto elas não compreendem o preconceito que sofrem na hora da seleção ou da promoção no trabalho, porque a maioria dos atos ocorrem de forma velada, em algumas práticas organizacionais, como por exemplo, no caso da maternidade que limita a mobilidade da mulher no contexto do trabalho.

Em suma, embora o número de entrevistados não seja expressivo, se mostra razoável para as percepções sobre a inserção feminina na PMSC. Das inúmeras observações registradas com o auxílio das entrevistas, destacam-se duas importantes constatações. A primeira, volta-se ao contexto em que ocorreu a inserção das mulheres na PMSC, marcado pela necessidade de criar uma imagem menos agressiva da Instituição, pela exploração da figura maternal atrelada às policiais femininas.

A segunda, diz respeito à trajetória dessas mulheres nessa Instituição, até hoje marcada pela discriminação, por desafios e preconceitos que revelam a necessidade de luz sobre o assunto, para que aquilo que foi considerado conquista em 1983, tenha continuidade, e possa eliminar toda forma de discriminação e constrangimentos vividos pelas mulheres militares no interior da PMSC.

Por fim, posso afirmar que, o processo de inclusão das mulheres na PMSC encontra-se em desenvolvimento, por certo ainda lento, devido à baixa representatividade frente ao número de homens policiais, mas creio que se trata de conquistas futuras, já que a presença delas trouxe mudanças nas estruturas militares. Essas mudanças podem ser percebidas pelo simples fato de que todos/as entrevistados/as não tiveram temor em expor suas opiniões, nem suas experiências na Instituição Militar Estadual, situação que seria impossível no passado.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, procurei identificar, por meio da análise das representações sociais dos/das militares da PMSC, em especial, no município de Santa Catarina, entre os anos de 1983 e 2018, sob a luz das categorias analíticas Gênero e Dominação Masculina, como aconteceu a incorporação das mulheres à Polícia Militar de Santa Catarina, bem como a forma de acesso à carreira militar, caracterizando as relações de Gênero e identificando os desafios e dificuldades, além das estratégias para sobreviver no interior da PMSC, já que se trata de um espaço público dominado por homens.

Daquilo que pude compreender com a literatura que trata de Gênero, bem como o que observei ao longo das entrevistas, agora, passo a responder as perguntas basais que nortearam a minha pesquisa: Quais são os desafios e as dificuldades enfrentados pelas mulheres na Polícia Militar, situada no município de Florianópolis, em Santa Catarina, e as estratégias de sobrevivência desenvolvidas para conviver nesse universo masculinizado?

Para atingir esse objetivo, foi necessário, inicialmente, adotar a abordagem teórica Gênero como categoria de análise, o que significa dizer que a forma como mulheres e homens agem na sociedade não se trata de algo natural, mas moldado por meio de práticas sociais, vivenciadas em cada contexto histórico, tendo como reprodutores delas a família, a sociedade, a escola, a igreja e, até mesmo, o próprio Estado. Esses moldes sociais buscam alicerçar um modelo aceitável de padrões de conduta para os indivíduos. Assim, tudo que destoa dele, torna-se objeto de repúdio.

Diante disso, os padrões sociais exigem que as mulheres sejam inseridas em uma posição de inferioridade e subordinação, destinadas às atividades domésticas, como cuidar da casa, dos filhos e do marido. Essas atividades consideradas “femininas” são direcionadas desde a infância, por meio das brincadeiras e do vestuário. A maioria das meninas recebem bonecas e utensílios de cozinha como brinquedos, e usam roupas cheias de babados, como vestidos e saias, que lhes tiram a liberdade de movimento, tudo isso na pretensão de as tornarem atraentes para conseguirem bons pretendentes.

Por outro lado, para os meninos, o investimento está em atividades ligadas à guerra e ao combate, as brincadeiras de infância envolvem a disputa por espaços de poder, inclusive, suas roupas são confortáveis para dar liberdade de movimento,

porque cria-se a ideia de que homens fortes e viris não precisam se preocupar com estética. Essas práticas têm a finalidade de transformá-los em provedores e protetores de suas futuras famílias.

Essa forma de divisão sexual, baseada no machismo e na dominação masculina, constrói dificuldades para a inserção das mulheres nos espaços públicos, principalmente, nos que historicamente foram ocupados por homens, como ocorre nas Polícias Militares de todo o País. Esse espaço dominado por homens, resiste a ideia de igualdade entre os sexos, devido à construção social de que as mulheres são fracas para a atividade militar ostensiva, tendo um “talento natural” para as atividades administrativas.

Concordo com as palavras de D’Araújo (2004) citado por Alvarez (2011) ao afirmar que os homens militares brasileiros enxergam as mulheres como seres frágeis, movidas pela emoção e dotadas de natural característica pacificadora, o que justifica a necessidade de serem protegidas por eles. Por sua vez, eles são rotulados como criaturas fortes, naturalmente corajosos e guerreiros, e isso justifica a presença deles, de forma maciça, na Instituição Militar.

Essas práticas devem ser combatidas, principalmente pelo Estado, por meio de Políticas Públicas de Gênero que sejam eficazes para eliminar as discriminações em razão do sexo biológico. Existem, no ordenamento pátrio e no ordenamento estrangeiro, normas que coíbem a discriminação e a violência contra as mulheres, mas a cultura machista ainda está em vigor quando nos deparamos com as taxas de feminicídio, com o pagamento de salários mais baixos do que o dos homens, exercendo a mesma função, assim como com a sujeição à dupla jornada como condição para continuarem nos espaços públicos.

O alcance da igualdade de Gênero depende, em grande parte, do Poder Público, que precisa acompanhar o desenvolvimento das Políticas Públicas existentes, no sentido de aperfeiçoar os serviços prestados para que não se tornem obsoletos e ineficazes. Há também, a necessidade de se buscar outros meios para combater os novos obstáculos que se apresentam em cada época, dentro de cada realidade social.

No passado, os movimentos feministas lutavam pelo direito de inserção no mercado de trabalho. Assim, alcançado o direito de ingressar no espaço público, mesmo que em condições precárias, passa-se a reivindicar o direito de permanecer e receber melhores condições para o exercício de suas atividades profissionais.

Atualmente, as mulheres encontram-se nesses espaços públicos, contudo, há a ausência de um ambiente democrático, capaz de proporcionar a Igualdade de Gênero, que será alcançada com o apoio efetivo do Estado, por meio de Políticas Públicas que coíbam a discriminação e incentivem o empoderamento feminino.

Dando prosseguimento, tratou-se sobre o segundo momento da pesquisa, o qual trouxe que a construção social, voltada à discriminação em razão do sexo biológico, atinge a Polícia Militar de Santa Catarina, tendo em vista ser uma Instituição predominantemente masculinizada, já que em seus 183 anos de criação, a inserção feminina só ocorreu em 1983.

Não há como negar que a permissão de mulheres na PMSC, tratou de uma Política Pública, contudo, não voltada à Igualdade de Gênero, mas nitidamente com o propósito de revigorar a sua imagem desgastada pelos anos de repressão à sociedade civil.

Com isso, observei que a inserção de mulheres na PMSC não foi devidamente tratada como deveria, pois o ambiente encontrado por elas era hostil e despreparado para atendê-las, como posso exemplificar com o uniforme das policiais, que diferente do masculino, eram vestimentas feminilizantes como saias e sapatos de salto ou botas de cano alto. Além dessa situação, havia na legislação a limitação da atuação ostensiva, cuja atividade voltava-se, unicamente, para delitos de menor potencial ofensivo, devido à proibição do uso armas de fogo.

Ao longo da pesquisa, destaquei, também, que o Estado de Santa Catarina não foi o primeiro a permitir a presença feminina na Polícia Militar, já existiam em outros Estados, como São Paulo, que em 1950 recebeu as policiais com muitas restrições regimentais. Nesse sentido, todos tinham em comum a ideia de humanização da Instituição com a chegada delas, portanto, suas atividades deveriam ser direcionadas, porque aos homens, cabiam as funções tradicionais de policiamento - com o emprego da força -, o uso de armamento para combater a criminalidade e as manifestações contra o regime político da época.

Ademais, com o decorrer das conversas com os/as entrevistados/as, ficou evidente que a PMSC tem uma forma diferente de se comunicar, já que todo o seu sistema é formado por códigos e símbolos próprios. Esses códigos de condutas foram elaborados por homens em um espaço predominantemente masculino, portanto cercados por um preconceito de Gênero que reforça as diferenças entre mulheres e homens com base em suas diferenças sexuais.

Essa divisão sexual do trabalho pode ser observada quando um dos entrevistados afirma que a presença feminina nos quartéis trouxe consigo qualidades, como a suavidade, que contribuiu para que o ambiente de trabalho se tornasse mais leve quando diz: “Ela é perfumada, é outra cabeça, traz uma alegria, um frescor para o ambiente”. (EM-2).

Nota-se que, embora recebam o mesmo treinamento militar, quando se trata das mulheres, existe um ideal de feminilidade que escraviza e dificulta uma percepção de que elas são capazes de exercer qualquer função na PMSC. Essa ideia de inferioridade não é exclusiva dos homens, pude perceber nas falas que as policiais também reforçam as práticas discriminatórias, como na frase dita pela EF-4: “Eu sempre evitei que eles me vissem como um mulherão, sensual, como mulher!”

Dessa forma, minha percepção de tudo que vivenciei nesse período de estudos é que o primeiro desafio encontrado pelas mulheres foi a proibição para o ingresso na PMSC. Após a permissão legal, para inserção nesse espaço masculinizado, passa-se à luta por melhores condições de trabalho, por meio de reivindicações, sendo elas: o direito de usar fardamento adequado, o respeito às características do corpo feminino, sem, contudo, ampliar o estereótipo de feminilidade, assim como o direito ao uso de armamento e a promoção a postos de Comando, que até então, só os homens tinham o direito de exercerem, como o posto de Coronel da PMSC.

Ao passo que atingiam seus objetivos pleiteados, mais mulheres se interessavam pela carreira militar. Nesse contexto, nascem outros desafios para serem superados, como a insistência em limitar as vagas para as mulheres em leis e editais de concursos públicos. Tenho muito claro, não se pode afirmar que os desafios do passado já foram resolvidos plenamente, mas com o empoderamento feminino houve o crescimento gradativo de mulheres na PMSC, e isso requer que novos desafios e obstáculos sejam superados.

A inserção feminina trouxe para a Corporação Militar a necessidade de se adaptar ao novo modelo misto, no qual fosse possível mulheres e homens trabalharem no mesmo ambiente e com os mesmos direitos e deveres. Com isso, passa-se a lutar pelo direito de não apenas ingressar na Corporação, mas poder efetivamente trabalhar em todas as funções existentes nesse espaço público.

Na contemporaneidade, a PMSC não evoluiu quando se trata de Igualdade de Gênero, ainda mantém padrões predominantemente masculinos para justificar as

barreiras impostas às policiais para serem aceitas em determinadas áreas consideradas de atividades especiais, como é o caso do BOPE, lugar que é considerado um “gueto masculino”, com um processo seletivo interno que exige exercícios físicos com base unicamente na estrutura física masculina.

Outro desafio e dificuldade relatada pelas entrevistadas, para viver no interior da PMSC, relaciona-se com o fato de que precisam diariamente comprovar sua competência para estar naquele espaço público, diferentemente dos policiais militares. Essa constatação é visível quando a EF-2 diz: “Eu senti essa dificuldade, muita trama, não no mau sentido, mas trama para me colocar em situação de desafio, se eu realmente conseguiria contornar essa situação.”

Não se pode ser ingênuo em afirmar que esses desafios e dificuldades são exclusivos da PMSC, as mulheres, no mercado de trabalho, são diariamente sujeitas a diversas práticas discriminatórias. Essas dificuldades e desafios enfrentados por todas nós se assemelham aos que as policiais militares relataram sofrer.

A diferença marcante encontra-se no regimento especial, baseado na hierarquia e disciplina que a PMSC possui, uma vez que muitas dessas práticas discriminatórias, são realizadas de forma subliminar ou escondida por trás da posição hierárquica ocupada, o que dificulta para elas denunciar esses abusos sofridos. Por isso, a importância de ouvir dos/as entrevistados/as suas histórias e opiniões sobre o trabalho na PMSC, a fim de colocar luz sobre os problemas existentes.

Quanto às estratégias adotadas pelas policiais, conforme as entrevistas eram realizadas pude observar que todas elas, em momentos diversos, adotaram meios para sobreviver na PMSC. Todas, mesmo as mais novas, de alguma forma, buscaram se proteger contra as violências explícitas ou implícitas. Dentre todas, a questão do assédio foi predominante, seja pelo fato de que algumas sofreram ou pelo fato de conhecerem alguém que sofreu com essa prática.

Os homens também relataram o conhecimento sobre esse tipo de violência, tanto que o EM-2 afirma se tratar de algo rotineiro entre os colegas masculinos: “A questão do assédio é muito grande, você não tem noção. Além de você ver, as pessoas vêm contar pra ti, é um absurdo.”

As policiais afirmaram que, para serem preservadas do assédio, adotaram as seguintes estratégias: entrar nas brincadeiras machistas para evitar o constrangimento e serem equiparadas aos colegas homens; outra forma foi a de disfarçar suas características femininas para não chamar a atenção deles, ou ainda,

o ato de fingir de que não entendeu os gracejos inoportunos.

No campo das oportunidades de inserção, seja na PMSC, nas funções de Comando ou nas atividades especiais internas, a estratégia mais visível está relacionada à busca por superação, ou seja, partiram da premissa de que, por serem mulheres, precisavam se esforçar mais do que os homens.

Isso porque, para ingressar na PMSC contam com o percentual atual de 10% de vagas, mesmo tendo a Lei sido alterada para considerar esse número o mínimo e não o máximo permitido. Essa situação reflete nos números de mulheres que atualmente trabalham na PMSC, dentre os Praças, em um universo de 9.602 policiais, apenas 792 são mulheres; e no quadro de Oficiais, de um total de 635, apenas 43 são mulheres. Portanto, o baixo percentual praticado atualmente colabora com a desigualdade de Gênero, exigindo-se das mulheres um esforço grandioso para entrar, e ainda maior, para permanecer no interior da PMSC.

Diante de tudo que foi dito, concluo que, embora a PMSC já tenha incorporado, há mais de 35 anos, aos seus quadros, mulheres, mesmo assim, continua a ser um espaço público dominado por homens, com regramentos e códigos de condutas que reforçam a discriminação contra as policiais. Dessa feita, constata-se que enquanto não houver mudanças substanciais na cultura militar catarinense, o número de mulheres na Corporação se manterá ínfimo, vigorando a sub-representatividade nesse espaço público, e com escasso lugar de fala.

A figura feminina foi, e ainda é, importante para a PMSC, no sentido de alinhar uma imagem maternal e amorosa das policiais para “humanizar” a Instituição. Dessa forma, as policiais se tornam reféns dos seus sexos biológicos e são obrigadas a criar estratégias para sobreviver, não só em um espaço machista como o interior da PMSC, mas também conviver em uma sociedade, em especial, formada por uma cultura patriarcal e machista.

Por outro lado, posso destacar que existem conquistas significativas nesse contexto, que vão desde a abertura que recebi da PMSC, por meio de seus/suas entrevistados/as - cuja liberdade para falar sobre suas experiências me surpreendeu, até as mudanças que só se concretizaram em razão do sistema democrático incorporado à própria PMSC, o que, no passado, seria impossível.

Ainda, nessa ótica, não posso deixar de enfatizar sobre o que pude observar durante a história das mulheres na PMSC, e pontuar como as mudanças de comportamento foram gradativas, tendo em vista que há 35 anos não existia a

possibilidade de uma mulher ocupar o posto de Coronel, muito menos a função de Comandante. Convém ressaltar aqui, mesmo que seja apenas uma, pode-se considerar como vitória, pois na medida que esse lugar é conquistado, outras lutarão para ampliar sua representatividade.

A PMSC pode ter recebido as primeiras mulheres com a intenção de melhorar a sua imagem negativa, e afirmo que obteve certo êxito nesse propósito. As mudanças não se restringiram à questão externa, houve também transformações nas suas estruturas internas. A Instituição gradativamente é forçada a adequar seus regimentos e códigos para criar condições que viabilizem as atividades das policiais militares em condições de igualdade dispensadas aos homens. Sem deixar de comentar que, nesse processo de “humanização” da PMSC, todos os integrantes foram atingidos, pois como mencionado na pesquisa, mulheres e homens policiais desempenham atividades voltadas à prevenção de delitos, assim como, nos dias atuais, desenvolvem serviços comunitários. Essas novas atribuições revelam que não é o sexo biológico que define o que é ser mulher ou homem, e sim, a cultura social vivenciada por ambos.

Para finalizar, desejo que a pesquisa contribua para uma reflexão crítica sobre as relações desiguais de Gênero no domínio militar estadual, proporcionando subsídios para a superação dos obstáculos do passado e da atualidade, ligando-se cada vez mais aos projetos de defesa de uma PMSC livre de preconceitos e do machismo, com o fito de efetivar os direitos ligados à Igualdade de Gênero.

## REFERÊNCIAS

ABRANTES, Elizabeth Sousa. "O dote é a moça educada": mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República. 320 f. Tese (Doutorado) - Curso de História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

ALMEIDA, Ísis Furtado; DE JESUS, Cassiano Celestino. O Movimento Feminista e as Redefinições da Mulher na Sociedade após a Segunda Guerra Mundial. BOLETIM HISTORIAR, n. 14, 2016.

ALVAREZ, Iara Maria Martins. Políticas Públicas de Gênero: A inclusão das mulheres na Marinha do Brasil como militares. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Gestão de Políticas Públicas, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2011.

ARAÚJO, Maria de Fátima; MATTIOLI, Olga Ceciliato (Org.). Gênero e violência. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

ARAÚJO, Tatiana dos Santos. Mulheres em fardas policiais militares no Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v. 11, n. 1, p.74-96, fev. 2017. Disponível em: <<http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/781>>. Acesso em: 17 out. 2018.

BASTOS JÚNIOR, Edmundo José de. Polícia Militar de Santa Catarina: história e histórias. Florianópolis: Garapuvu, 2006.

BAYLÃO, André Luís da Silva; SCHETTINO, Elisa Mara Oliveira. A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, XI; 2014, Rio de Janeiro. Anais...Resende:SEGet, 2014, p. 1-12. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/20320175.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo: A experiência vivida. 2. ed. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BENEDITO, Alessandra; MENEZES, Daniel Francisco Nagao. Políticas públicas de inclusão social: o papel das empresas. Revista Ética e Filosofia Política, n. 16, v. 1, p. 57-76, jun. 2013. Disponível em: <[http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2009/08/16\\_1\\_benedito.pdf](http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2009/08/16_1_benedito.pdf)>. Acesso em: 28 jan. 2018.

BISPO, Elisângela. Reafirmação do machismo nas propagandas de cerveja. In: ALMEIDA, Verbena Cordula; BARRETO, Betânia Maria Vilas Bôas (Org.). Comunicação, gênero e identidades: conflitos e debates do século 21. Porto Alegre: Simplíssimo, 2016. p. 32-40.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. Em Tese, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan. 2005. ISSN 1806-5023. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027>>. Acesso em: 01 jan. 2019.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand \_\_\_\_\_ . O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. A dominação masculina. 4. ed. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2017.

Brasil, 2012. Tradução de: La domination masculine. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/762315/mod\\_folder/content/0/BOURDIEU\\_A dominação masculina.pdf?forcedownload=1](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/762315/mod_folder/content/0/BOURDIEU_A%20domina%C3%A7%C3%A3o%20masculina.pdf?forcedownload=1)>. Acesso em: 26 maio 2018.

BRASIL. Constituição (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946. Rio de Janeiro, 18 set. 1946. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm)>. Acesso em: 10 dez. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 10 dez. 2018.

BRUSCHINI, Cristina; PUPPIN, Andrea Brandão. Trabalho de mulheres executivas no Brasil no final do século XX. Caderno de Pesquisa. São Paulo, v. 34, n. 121, p. 105-138, abr. 2004 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742004000100006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742004000100006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 28 jan. 2019.

BUENO, Samira. Entrevista com Samira Bueno. Entrevista concedida ao Movimento Empresarial pelo Desenvolvimento Econômico da Mulher. 16 de jun. 2017. Disponível em: <<http://movimentomulher360.com.br/2017/06/apenas-dos-profissionais-de-seguranca-publica-sao-mulheres-diz-especialista/>>. Acesso em: 18 out. 2018.

BUTLER, Judith P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CALAZANS, Márcia Esteves de. A constituição de Mulheres em policiais: Um estudo Sobre Policiais Femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003, p.17. <<http://www.observatoriodeseguranca.org>> Acesso em: 17 de out. 2018.

\_\_\_\_\_. A constituição de mulheres em policiais: Um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul. 2003. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CALDAS, Ricardo Wahrendorff (Coord.). Políticas públicas: conceitos e práticas. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

CAMPOLINA, Thaís. A naturalização da violência contra a mulher em frases do cotidiano. Revista Fórum, 26 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/ativismodesofa/2015/11/26/naturalizacao-da-violencia-contramulher-em-frases-cotidiano/>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

CARLOTO, Cássia Maria. Gênero, reestruturação produtiva e trabalho feminino. Serviço Social, Londrina, v. 2, n. 4, jun. 2002. Disponível em: <[http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v4n2\\_carlotto.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v4n2_carlotto.htm)>. Acesso em: 03 jan. 2019.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. Estudos Avançados, v. 17, n. 49, São Paulo, p. 117-132, set./dez. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-0142003000300008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-0142003000300008&script=sci_arttext)>. Acesso em: 29 nov. 2017.

CARVALHO, Amanda Moura de. A violência simbólica sofrida pela mulher. Obvious, 2016. Disponível em: <[http://obviousmag.org/peripecias\\_da\\_vida/2016/a-violencia-simbolica-sofrida-pela-mulher.html](http://obviousmag.org/peripecias_da_vida/2016/a-violencia-simbolica-sofrida-pela-mulher.html)>. Acesso em: 27 nov. 2017.

CASERNA. In: DICIO: Dicionário online de Português. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/caserna/>>. Acesso em: 12 jan. 2019

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia científica. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CHANTER, Tina. Gênero: conceitos-chave em Filosofia. Porto Alegre: ARTMED, 2011.

CIRIBELLI, Marilda Corrêa. Como elaborar uma dissertação de mestrado através da pesquisa científica. Rio de Janeiro: Letras, 2003.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Pós-modernidade, sexo e gênero nas Forças Armadas. Security and Defense Studies Review, vol.3, nº1, 2003. Disponível em: <http://www3.n du.edu/chds/journal/index.htm> Acesso em: 17 fev. 2019.

DEMO, Pedro. Metodologia do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2000.

DINIZ, Célia Regina; SILVA, Iolanda Barbosa da. Metodologia científica. Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN - EDUEP, 2008.

DINIZ, Gabriela Almeida; SANTOS, Sandro Prado. Discutindo as Relações entre os Gêneros em Livros Didáticos de Ciências. 2011. Disponível em: <[http://abrapecnet.org.br/atas\\_enpec/viiienpec/index.htm](http://abrapecnet.org.br/atas_enpec/viiienpec/index.htm)>. Acesso em: 1 jun. 2018.

DISCURSO do Governador Chagas. O Globo, Rio de Janeiro, 18 set. 1982.

DRUMONT, M. P. Elementos para uma análise do machismo. Perspectiva, São Paulo, v. 3, p. 82, 1980. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/108171/ISSN1984-0241-1980-3-81-85.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 abril 2019

DUARTE, Karen Machado; WARTCHOW, Rafael. As questões de gênero: a violência simbólica, as práticas reprodutoras de desigualdades no âmbito educativo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, XII, 2015, Santa Cruz do Sul. Anais... Santa Cruz do Sul: UNISC, 2015.

EBIOGRAFIA (Brasil). Immanuel Kant: Filósofo alemão. Disponível em: <[https://www.ebiografia.com/immanuel\\_kant/](https://www.ebiografia.com/immanuel_kant/)>. Acesso em: 21 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Pierre Bourdieu: Sociólogo francês. Disponível em: <[https://www.ebiografia.com/pierre\\_bourdieu/](https://www.ebiografia.com/pierre_bourdieu/)>. Acesso em: 16 jul. 2018.

FACHIN, Odília. Fundamentos de metodologia. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

FEITOSA, Ana Carine do Nascimento. Inserção das mulheres na polícia militar do Ceará: Gênero e policiamento comunitário. 2010. 64 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010. Disponível em: <[http://www.uece.br/labvida/dmdocuments/a\\_insercao\\_das\\_mulheres\\_na\\_polici\\_a\\_militar.pdf](http://www.uece.br/labvida/dmdocuments/a_insercao_das_mulheres_na_polici_a_militar.pdf)>. Acesso em: 11 dez. 2018.

FEITOSA, Ana Carine do Nascimento. INSERÇÃO DAS MULHERES NA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ: INSERÇÃO DAS MULHERES NA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ. 2010. 64 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010. Disponível em: <[http://www.uece.br/labvida/dmdocuments/a\\_insercao\\_das\\_mulheres\\_na\\_polici\\_a\\_militar.pdf](http://www.uece.br/labvida/dmdocuments/a_insercao_das_mulheres_na_polici_a_militar.pdf)>. Acesso em: 18 out. 2018.

FERNANDES, Andrei Francisco. Polícia Militar de Santa Catarina, origens e evolução: hierarquia, fardamentos, inclusões, promoções e ensino. Florianópolis: Papa-livro, 2013.

FERTUZINHOS, Sónia. Fundamentos constitucionais da igualdade de género. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, Edição Especial, p.49-70, 2 dez. 2016. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL). <http://dx.doi.org/10.7458/spp2016ne10350>. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/sociologiapp/article/view/10350>>. Acesso em: 01 jan. 2019.

FOLHAPRESS. Amanda Nunes vira novo rosto do MMA no Brasil: A ideia é a de que Amanda siga os passos de Anderson Silva quando o MMA explodiu em território nacional. *Folha de Pernambuco*. Pernambuco, dez. 18. Esportes. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/esportes/mais-esportes/ufc/2018/12/31/NWS,91915,68,1329,ESPORTES,2191-AMANDA-NUNES-VIRA-NOVO-ROSTO-MMA-BRASIL.aspx>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 21, p. 211-259, jun. 2000. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper21.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

FUKUDA, Rachel Franzan. Assédio Sexual: Uma releitura a partir das relações de gênero. *Simbiótica: Razão e Sensibilidade*, Vitória (ES), v. único, n. 1, p.119-135, jun. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/4512/3516>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel et al. Estrutura do projeto de pesquisa. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 46-63 e 65-87.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. *Conceitos essenciais da sociologia*. 2. ed. Tradução: Cláudia Freire. São Paulo: Unesp, 2017.

GIULIANI, Marco. Policy termination. In: CAPANO, Gilberto; GIULIANI, Marco. *Dizionario di politiche pubbliche*. Roma: Carocci, 2005. p. 290-291.

GODELIER, M. As relações homem e mulher: o problema da dominação masculina. *Encontros com a civilização brasileira*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 8, p. 9-30, 1980.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. Relações de gênero no trabalho policial. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 30., 2006, Caxambu. Seminário temático: 01 – Conflitualidade social, acesso à justiça e à segurança pública. Caxambu: 2006. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/papers-30-encontro/st-6/st01-5>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

HANKS, William F. *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin*. Tradução de Anna Christina Bentes *et al.* São Paulo: Cortez, 2008.

HEIDEMANN, Francisco G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (Org.). *Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010. p. 2-11.

HIRIGOYEN, Marie-France. *Assédio Moral: A Violência Perversa no Cotidiano*. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2010. p.65. Tradução: Maria Helena Kühner.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, ano XXI, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

INSTITUTE FOR ADVANCED STUDY (New Jersey). Joan Wallach Scott. Disponível em: <<https://www.sss.ias.edu/faculty/scott>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE; 2018.

\_\_\_\_\_. Trabalho. Disponível em: <<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/trabalho>>. Acesso em: 01 jan. 2019.

KANT, Immanuel. *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime: ensaio sobre as doenças mentais*. 2 ed. Tradução de Vinícius de Figueiredo. Campinas: Papyrus, 1993.

LEMOS, F. Entrevista com Joan Scott. *Revista Mandrágora*, São Paulo, p. 161-164, 1996. Entrevista concedida à Revista Mandrágora.

LIMA, Wagner Gonçalves. Política pública: discussão de conceitos. *Núcleo de Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento – NEMAD*, n. 5, out. 2012. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/interface/article/view/370> >. Acesso em: 28 jan. 2018.

LOURO, Guaciara Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1230/Guaciara-Lopes-Louro-O-Corpo-Educado-pdf-rev.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARQUES DE ARAUJO, Luciane; GARCIA PENNA, Lucia Helena. A relação entre sexo, identidades sexual e de gênero no campo da saúde da mulher [Sex, gender, and sexual identities in women's health]. Revista Enfermagem UERJ, [S.l.], v. 22, n. 1, p. 134-138, jun. 2014. ISSN 0104-3552. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/11468>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

MARTINEZ, A. *et al.* Las categorías o facetas fundamentales: una metodología para el diseño de taxonomías corporativas de sitios Web argentinos. Ci. Inf., Brasília, v. 33, n. 2, p. 106-111, maio/ago. 2004.

MARTINS, Iara Maria Batista. Mulheres militares: Conquistas e desafios. Curitiba: Appris, 2015.

MATIAS-PEREIRA, José. Manual de gestão pública contemporânea. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MATOS, Maria Izilda S. de. Outras histórias: as mulheres e os estudos dos gêneros - percursos e possibilidades. In: SAMARA, Eni de Mesquita. (Org). *et al.* Gênero em debate: trajetória e perspectiva da historiografia contemporânea. São Paulo: EDUC, 1997. p. 83-114.

MAYNARD, Andrezza S. C.. Resenha de As mulheres na guerra, 1939-1945. São Paulo: Larrouse do Brasil, 2009. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/210/569>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

MELO, Marcos Antonio de. A INCLUSÃO DAS MULHERES NA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA. 2013. 50 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <[http://www.pm.sc.gov.br/fmanager/pmsc/upload/ccsnoticias/ART\\_ccsnoticias\\_2013\\_07\\_19\\_113543\\_tcc\\_marcos.pdf](http://www.pm.sc.gov.br/fmanager/pmsc/upload/ccsnoticias/ART_ccsnoticias_2013_07_19_113543_tcc_marcos.pdf)>. Acesso em: 18 out. 2018.

MEYER, Dagmar Estermann; SOARES, Rosângela de F. Rodrigues. Corpo, Gênero e Sexualidade nas Práticas Escolares: um início de reflexão. In: MEYER, Dagmar Estermann; SOARES, Rosângela de F. Rodrigues (Org.). Corpo, Gênero e Sexualidade. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004. p. 5-16.

MICHAELIS. SEXO. [S. l.]: Melhoramentos, 2018. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/sexo/>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

MINAYO, Cecília de S. O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MIRANDA, Tereza Lopes; SCHIMANSKI, Edina. Relações de gênero: algumas considerações conceituais. In: FERREIRA, A. J. (org.). Relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade: perspectivas contemporâneas [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014. p. 66-91.

MORAES, Orlinda Claudia Rosa de. A violência silenciosa: Percepções femininas sobre o assédio na Polícia Militar do Rio de Janeiro. 30 f. Monografia (Especialização) - Curso de Gênero e Direito, Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <[http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistas/genero\\_e\\_direito/edicoes/1\\_2017/pdf/OrlindaClaudiaRosadeMoraes.pdf](http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistas/genero_e_direito/edicoes/1_2017/pdf/OrlindaClaudiaRosadeMoraes.pdf)>. Acesso em: 03 jan. 2019.

MORAES, Ulisses Quadros de. Pierre Bourdieu: Campo, Habitus e Capital Simbólico: Um método de análise para as políticas públicas para a música popular e a produção musical em Curitiba (1971-1983). In: FÓRUM DE PESQUISA CIENTÍFICA EM ARTE, 5., 2006-2007, Curitiba. Anais... Curitiba: Embap, 2007. 13 p. Disponível em: <<http://www.embap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=33>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

MPSC. Polícia Militar de Santa Catarina: História. Disponível em: <<http://www.pm.sc.gov.br/institucional/historia/>>. Acesso em: 19 out. 2018.

NASCIMENTO, Janaína Xavier do. Políticas públicas e desigualdade de gênero na sociedade brasileira: considerações sobre os campos do trabalho, da política e da ciência. Mediações - Revista de Ciências Sociais: para além do "ativismo judicial" e da "judicialização da política", Londrina, v. 21, n. 1, p.317-337, jan. 2016. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/20885>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

NICHNIG, Cláudia Regina. Mulher, Mulheres e Mulherio: discursos, resistência e reivindicações por direitos. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

OLIVEIRA, Anna Paula Garcia; CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Violência doméstica na perspectiva de gênero e políticas públicas. Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano, v. 17, n. 1, São Paulo, p. 39-51, abr./2007. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12822007000100005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822007000100005)>. Acesso em: 29 nov. 2017.

OLIVEIRA, Olga Maria Bosch Aguiar de. Mulheres e trabalho: desigualdade e discriminação em razão de gênero: o resgate do princípio da fraternidade como expressão da dignidade humana. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2016.

ONU BR. Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods5/>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

PACHECO FILHO, Carlos Eduardo Ribeiro. Políticas afirmativas de gênero no Banco do Brasil: uma análise organizacional e seu contexto no mercado de trabalho em Manaus. 99 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

PASOLD, César Luiz. Prática da pesquisa jurídica - ideias e ferramentas úteis para o pesquisador do Direito. 2. ed. rev. e ampl. Florianópolis: OAB/SC Editora, 1999.

PINTO, Isabela Cardoso de Matos. Mudanças nas políticas públicas: a perspectiva do ciclo de política. Revista de Políticas Públicas, São Luís, v. 12, n. 1, p. 27-36, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3832/1960>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o direito constitucional internacional. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

PMPR, Polícia Militar do Estado do Paraná. EDITAL nº 01-CADETE PMPR-2019. Disponível em: <<https://omegaconcursos.com.br/editais/edital-d218b5-concurso-pm-policia-militar-do-estado-2018-curso-de-formacao-de-oficiais.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2018.

"PMSC, Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 091/CESIEP/2017.

PARA ADMISSÃO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR . Disponível em: <[http://www.pm.sc.gov.br/fmanager/pmsc/upload/ccsimprensa/ART\\_922208\\_2017\\_07\\_10\\_183220\\_edital\\_91..pdf](http://www.pm.sc.gov.br/fmanager/pmsc/upload/ccsimprensa/ART_922208_2017_07_10_183220_edital_91..pdf)>. Acesso em: 08 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. EDITAL nº 003/CESIEP/2005. Disponível em: <[https://static-files.folhadirigida.com.br/uploads/files/Edital2511\\_1.pdf](https://static-files.folhadirigida.com.br/uploads/files/Edital2511_1.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Coronel Claudete assume a direção do Centro de Ensino da PMSC. 2017. Disponível em: <<http://www.pm.sc.gov.br/noticias/coronel-claudete-assume-a-direcao-do-centro-de-ensino-da-pmsc.html>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.pm.sc.gov.br/institucional/historia/>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

QUÉTEL, Claude. As mulheres na guerra, 1939-1945. São Paulo: Larrouse do Brasil, 2009. Tradução de: Ciro Mioranza. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/210/569>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary del (Org.); Carla Bassanezi (Coordenadora de textos). História das mulheres no Brasil. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 578-606.

ROCHA, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira. Entrevista com Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha. Entrevista concedida ao Correio Web Concursos. 08 de mar. 2018. Disponível em: <<http://concursos.correioweb.com.br/app/noticias/2018/03/08/noticiasinterna,38039/isonomia-entre-sexos-na-carreira-militar-esta-longe-diz-ministra-stm.shtml/>>. Acesso em: 04 dez. 2018.

RUA, Maria das Graças. Análise das políticas públicas: conceitos básicos. Ambiente Virtual de Aprendizagem Professor Francisco Queiroz, p. 1-19, 2016. Disponível em: <<http://www.franciscoqueiroz.com.br/portal/>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

SANTA CATARINA (Estado). Constituição Estadual (1989). Constituição do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, SC, Disponível em: <[http://leis.alesc.sc.gov.br/html/constituicao\\_estadual\\_1989.html](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/constituicao_estadual_1989.html)>. Acesso em: 18 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Assembleia Legislativa. Projeto de Lei Complementar PLC 005/1983. Dispõe sobre a criação do Pelotão da Polícia Militar Feminina da Polícia Militar de Santa Catarina. Disponível na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Texto Original. Obs. Convertida na Lei 6.209/1983.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar n. 704, de 21 de setembro de 2017. Altera os arts. 5º e 6º da Lei Complementar n. 587, de 2013, para estabelecer percentual mínimo de 10% (dez por cento) de vagas, para o sexo feminino, em concursos e no ingresso no estado efetivo das instituições militares do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 19 set. 2017. Disponível em: <[http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2017/704\\_2017\\_lei\\_complementar.html](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2017/704_2017_lei_complementar.html)>. Acesso em: 25 maio 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.209, de 10 de fevereiro de 1983. Criação do Pelotão de Polícia Feminina da Polícia Militar de Santa Catarina. Lei disponível na Ajudância Geral da Polícia Militar de Santa Catarina.

SANTOS, Agnaldo dos. Construção das políticas públicas – processos, atores e papéis. Polis, p. 1-5, 2016. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/1244/1244.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

SANTOS, Juliana Anacleto dos. Desigualdade social e o conceito de gênero. *Virtu*, Juiz de Fora, v. 3, n. 7, p. 1-14, jan. 2006. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/virtu/edicoes-anteriores/terceira/>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

SCHERER, Berta Rieg. Sobre o caráter sexual da mulher e do homem em Kant. In: BORGES, Maria de Lourdes; TIBURI, Márcia (Org.). *Filosofia: Machismos e feminismos*. Florianópolis: UFSC, 2016. p. 23-47.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

\_\_\_\_\_. Entrevista com Joan Wallach Scott. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*. São Paulo, 2 de fev. 1998. Entrevista concedida a Miriam Grossi, Maria Luiza Heilborn e Carmen Rial. Tradução de Patrice Charles F. X. Guillaume. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12037/11314>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SEGAL, Mady Wechsler. Funções militares das mulheres numa perspectiva comparada: passado, presente e futuro. *Revista Nação e Defesa*, [s. L.], v. 2, n. 88, p.15-43, dez. 1999. Disponível em: <<https://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD88.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 22. ed. rev. de acordo com a ABNT e ampl. 7. reimpr. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Armando Correa da. As Categorias como Fundamentos do Conhecimento Geográfico. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia. A. (Orgs.). *Espaço Interdisciplinar*. São Paulo: Nobel, 1986. p. 25-37.

SILVA, Maria Veruska da; ANJOS, Edjânia Pereira dos. *Dominação masculina: a violência simbólica contra a mulher nas letras de músicas brasileiras*. 2013. p. 9-17. Disponível em: <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2013/2013\\_ufpr\\_hist\\_artigo\\_rogerio\\_zanetti.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_ufpr_hist_artigo_rogerio_zanetti.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2017.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 31-42.

SIMIÃO, Daniel Schroeter. Gênero no mundo do trabalho: variações sobre um tema. *Caderno de Gênero e Tecnologia*, Curitiba, v. 2, n. 5, p. 9-20, jan. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/6143>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

SOARES, B.M e MUSUMECI, Leonarda. Entrevista com Bárbara Musumeci Soares e Leonarda Musumeci. Grupo Editorial Record. Disponível em: <[http://www.record.com.br/autor\\_entrevista.asp?id\\_autor=4513&id\\_entrevista=149](http://www.record.com.br/autor_entrevista.asp?id_autor=4513&id_entrevista=149)>. Acesso em: 18 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Mulheres Policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOUZA, Antônio Carlos de; FIALHO, Francisco Antônio Pereira; OTANI, Nilo. TCC: métodos e técnicas. Florianópolis: Visual Books, 2007.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

TEIXEIRA, A. B. M.; DUMONT, A. Discutindo relações de gênero na escola: reflexões e propostas para a ação docente. Araraquara: Juqueira & Marin; Belo Horizonte: GSS: FUNDEP, 2009.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. Políticas públicas – o papel das políticas públicas, p. 1-11, 2002. Disponível em: <<http://www.escoladebicicleta.com.br/politicaspUBLICAS.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

THÉBAUD, Françoise. A Grande Guerra: o triunfo da divisão sexual. In: DUBY, Georges, PERROT, Michelle (Org.). História das Mulheres no Ocidente: o século XX. Porto: Afrontamento, 1995, p. 31-94. Acesso em: 01. jan. 2019.

THIOLLENT, Michel. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. 5 ed. São Paulo, Polis, 1987.

TREVISAN, Andrei Pittol; BELLEN, Hans Michael van. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. Revista de Administração Pública, v. 42, n. 3, p. 529-550, maio/jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a05v42n3.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. Revista de Administração Pública, v. 30, n. 2, p. 5-43, 1996. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8095/6917>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

VITAL, Luciane Paula; CAFÉ, Lígia Maria Arruda. Ontologias e taxonomias: diferenças. Perspect. ciênc. inf., Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 115-130, jun. 2011. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-99362011000200008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362011000200008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 16 jul. 2018.

WARAT, Luiz Alberto. A Fantasia Jurídica da Igualdade: Democracia e Direitos Humanos numa pragmática da singularidade. In: Revista Sequência, n.24, set/1992, Florianópolis, SC.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4. ed. Tradução de Ana Thorell. Porto Alegre: Bookman, 2010.

## **APÊNDICES**

### **APÊNDICE A - Questionário aplicado a todos/as policiais participantes da entrevista.**

1. Por que escolheu a Polícia Militar?
2. Como sua família recebeu a notícia de sua escolha?
3. Tratamento para homens e mulheres é isonômico?
4. O que você acha do sistema de cotas para inserção das mulheres na PMSC

### **APÊNDICE B – Uma das perguntas foi direcionada apenas às policiais militares entrevistadas.**

1. Quais as estratégias você adotou para driblar as dificuldades da carreira militar?

### **APÊNDICE C – A pergunta realizada foi decorrente de uma afirmativa feita pela entrevistada EF-5 sobre sua percepção inicial da PMSC.**

1. Que visão você tinha antes?